

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA

CENTRO DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO

CURSO DE MESTRADO EM EDUCAÇÃO

A INSTRUÇÃO PÚBLICA SECUNDÁRIA EM DESTERRO -

o Atheneu Provincial (1874-1883)

ROSMERI SCHARDONG

FLORIANÓPOLIS

1997

ROSMERI SCHARDONG

A INSTRUÇÃO PÚBLICA SECUNDÁRIA EM DESTERRO -

o Atheneu Provincial (1874-1883)

*Dissertação apresentada ao Curso de  
Mestrado do Programa de Pós-  
Graduação em Educação da  
Universidade Federal de Santa Catarina  
como requisito parcial para a obtenção  
do título de Mestre.*

Orientadoras: Profa. Dr. Marli Auras

Profa. Olinda Evangelista

Florianópolis, outubro de 1997



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA  
CENTRO DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO  
CURSO DE MESTRADO EM EDUCAÇÃO**

***“A INSTRUÇÃO PÚBLICA SECUNDÁRIA EM DESTERRO: O ATHENEU  
PROVINCIAL (1874-1883)”.***

Dissertação submetida ao Colegiado do  
Curso de Mestrado em Educação do Centro  
de Ciências da Educação em cumprimento  
parcial para a obtenção do título de Mestre  
em Educação.

**APROVADO PELA COMISSÃO EXAMINADORA em 17/10/97**

**Profa. Dra. Marli Auras (Orientadora)**

**Msc. Olinda Evangelista (Co-Orientadora)**

**Prof. Dr. Élio Cantalício Serpa (Examinador)**

**Profa. Dra. Neide Almeida Fiori (Examinadora)**

**Profa. Dra. Leda Scheibe (Suplente)**

**Rosmeri Schardong**

***Florianópolis, Santa Catarina, outubro de 1997.***

## *AGRADECIMENTOS*

À Secretaria Estadual de Educação de Santa Catarina pela licença concedida.

Ao Programa de Pós-Graduação em Educação da UFSC e ao CNPq pelo apoio financeiro.

Aos funcionários dos Arquivos e Bibliotecas consultadas pela atenção dispensada.

Às professoras Marli Auras e Olinda Evangelista pelo incentivo e orientação da pesquisa.

Às colegas e amigas Leonete e Rosiclér pelo companheirismo.

Ao Chico pelo seu amor.

## *RESUMO*

O presente trabalho trata do processo de implementação do Atheneu Provincial, escola pública secundária existente em Desterro (atual Florianópolis) no último quartel do século XIX. Para melhor compreendê-lo foi necessário reconstruir a trajetória da instrução pública secundária buscando identificar as relações e tensões existentes no período. Esse histórico evidenciou que desde a povoação da vila houve a preocupação em instruir a mocidade desterrense, fosse em aulas ou colégios secundários. O ensino secundário oferecido, em especial no Atheneu Provincial, destinado às camadas favorecidas, caracterizou-se pela cultura clássico-literária, necessária ao ingresso nos cursos superiores e prerrogativa de distinção aos que o cursavam.

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	01
------------	----

### **PRIMEIRA PARTE: PRIMÓRDIOS DO ENSINO SECUNDÁRIO EM DESTERRO**

CAPÍTULO I - O POVOAMENTO DE DESTERRO E AS INICIATIVAS PARA INSTRUIR A MOCIDADE	05
--	----

1. Primeiras iniciativas para instruir a mocidade desterrense	08
2. A descentralização da instrução secundária	17

CAPÍTULO II - A URBANIZAÇÃO DE DESTERRO E A CRIAÇÃO DOS COLÉGIOS SECUNDÁRIOS	24
---	----

1. O Estado auxilia e os jesuítas dirigem - Colégio dos jesuítas (1845-1853)	26
2. O Estado financia e dirige - Liceu Provincial (1857-1863)	36
3. O retorno dos jesuítas - Colégio Santíssimo Salvador (1865-1870)	48
4. Subvenção a particulares - Colégio da Conceição (1872-1874)	56

### **SEGUNDA PARTE: O ATHENEU PROVINCIAL (1874-1883)**

CAPÍTULO III - A MODERNIZAÇÃO DE DESTERRO E A CRIAÇÃO DO ATHENEU PROVINCIAL	62
--	----

1. A criação do Atheneu Provincial	68
2. Localização e espaço físico	75
3. Disposições legais	78

<b>CAPÍTULO IV - A ORGANIZAÇÃO DO ATHENEU PROVINCIAL</b>	<b>87</b>
1. Internato	87
2. Aula de primeiras letras	91
3. Corpo docente	97
4. Congregação	103
5. Quadro discente	109
6. Currículo	109
7. Recursos orçamentários	124
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>	<b>127</b>
<b>FONTES DOCUMENTAIS e BIBLIOGRAFIA</b>	<b>132</b>

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Número de alunos do Colégio dos Jesuítas (1846-1853)	32
Tabela 2 - Número de alunos do Liceu Provincial (1857-1863)	46
Tabela 3 - Número de alunos no curso secundário do Atheneu (1874-1883)	107
Tabela 4 - Receita total e despesa com Instrução Pública (1874-1883)	125

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Currículo do Liceu Provincial	42
Quadro 2 - Atividades dos alunos pensionistas do Atheneu Provincial	89

## SIGLAS

AALESC - Arquivo da Assembléia Legislativa de Santa Catarina

ACEE - Arquivo do Conselho Estadual de Educação

ALP - Assembléia Legislativa Provincial

APESC - Arquivo Público do Estado de Santa Catarina

BALESC - Biblioteca da Assembléia Legislativa de Santa Catarina

BCUFSC - Biblioteca Central da Universidade Federal de Santa Catarina

BPSC - Biblioteca Pública de Santa Catarina



## INTRODUÇÃO

O desafio de compreender mais profundamente o objeto de minha prática diária, a educação pública catarinense, motivou-me a realizar uma pesquisa de caráter histórico. Parti do pressuposto que a educação, bem como o contexto da qual ela é, ao mesmo tempo, determinante e determinada, não é fruto do acaso, mas resultado de um processo histórico, das relações que os homens mantiveram entre si e com a natureza ao longo da história. Partindo desse entendimento, ou seja, que *o presente é trabalho pretérito*, acredito que a análise da instrução pública no século XIX, contribuirá para a construção do inventário da história da educação catarinense, inventário que é, no dizer de GRAMSCI, o primeiro passo para termos consciência do que somos.<sup>1</sup>

O interesse em pesquisar a história da educação catarinense uniu-me, no início da pesquisa, a outras duas colegas interessadas no mesmo tema. Formamos então um grupo de pesquisa e discussão, coordenado e orientado pelas professoras Marli Auras e Olinda Evangelista. Enquanto eu me propus a pesquisar o Atheneu Provincial (1874-1883), Leonete Schmidt buscou investigar a constituição da rede pública de ensino elementar em Santa Catarina (1830-1859) e Rosiclér Schafasckek analisar artigos relativos à educação divulgados na imprensa desterrense na década de 1850.

---

<sup>1</sup> GRAMSCI, Antônio. *Concepção dialética da história*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 8. ed., 1989. p. 12.

Iniciei a investigação fazendo um levantamento da produção sobre a instrução pública catarinense no período imperial, através do qual foi possível verificar a carência de pesquisas que abordassem a nossa história educacional, bem como analisassem o que já foi produzido sobre o tema. A temática da instrução secundária apareceu como item de algumas obras. Neste sentido podemos citar os trabalhos de FIORI<sup>2</sup>, GOULART<sup>3</sup> e RAMOS<sup>4</sup>. O trato mais específico da questão está na obra *Os jesuítas em Santa Catarina e o ensino de humanidades na Província*, de Oswaldo Rodrigues CABRAL, publicada em 1940 pelo Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina, em comemoração ao quarto centenário da fundação da Companhia de Jesus. Embora dê ênfase à ação dos jesuítas no ensino secundário catarinense, essa obra proporcionou uma visão panorâmica do ensino secundário e as primeiras pistas para a pesquisa.

Comecei a pesquisa de campo fazendo a leitura e catalogação da legislação escolar do período imperial (leis, decretos, atos, resoluções, regimentos, regulamentos) a qual permitiu traçar em linhas gerais a evolução do ensino secundário em Desterro. A legislação provincial pode ser encontrada na Biblioteca Pública de Santa Catarina, no Arquivo Público de Santa Catarina e no Arquivo do Conselho Estadual de Educação. Como em alguns volumes estão faltando folhas foi necessário, muitas vezes, recorrer a diferentes instituições. A legislação do Império pode ser encontrada no Arquivo Público de Santa Catarina e na Biblioteca da Assembléia Legislativa de Santa Catarina. Em seguida passei a analisar as *Fallas* dirigidas ao legislativo pelos Presidentes da Província na primeira sessão da Assembléia, onde os mesmos relatavam os trabalhos realizados pela administração provincial e sugeriam providências consideradas necessárias ao melhoramento dos serviços públicos, e os *Relatórios* de Presidentes da Província para os seus sucessores. Como a

<sup>2</sup> FIORI, Neide Almeida. *Aspectos da evolução do ensino público: ensino público e política de assimilação cultural no Estado de Santa Catarina nos períodos Imperial e Republicano*. Florianópolis, EdUFSC, 1991.

<sup>3</sup> GOULART, Jane Janete. *A instrução pública elementar na Província de Santa Catarina (1834-1889)*. Dissertação de Mestrado em História, Florianópolis, UFSC, 1992.

<sup>4</sup> RAMOS, Nilton João. *Relações históricas entre Igreja e Estado na formação do pensamento educacional catarinense (1850-1910)*. Dissertação de Mestrado em Sociologia Política, Florianópolis, UFSC, 1990.

rotatividade dos Presidentes era altíssima, há uma quantidade considerável de Fallas e Relatórios. Tais documentos (impressos e manuscritos) podem ser encontrados no Arquivo Público de Santa Catarina e na Biblioteca Central da UFSC - Setor de Santa Catarina.

Paralelamente passei a pesquisar os ofícios enviados pela Inspetoria (a partir de 1881 Diretoria) Geral da Instrução Pública para o Presidente da Província e vice-versa, ofícios de diversos para o Presidente da Província e vice-versa, ofícios do Ministério do Império para o Presidente da Província e vice-versa, encontrados no Arquivo Público do Estado de Santa Catarina. Como esses ofícios são manuscritos, alguns quase ilegíveis, limitei-me, com algumas exceções, a analisar os ofícios do período de existência do Atheneu Provincial. Consultei ainda algumas atas das sessões da Assembléia Legislativa Provincial e alguns Pareceres da Comissão de Instrução Pública e da Comissão de Fazenda e Orçamento da Assembléia Provincial, encontrados no Arquivo da Assembléia Legislativa e no Arquivo Público. Consultei também alguns artigos publicados nos periódicos de Desterro, arquivados na Biblioteca Pública do Estado.

A pesquisa de campo evidenciou que há uma grande quantidade de material empírico (inédito até) a ser explorado, demandando novas pesquisas. Muitas fontes que permitem confrontar dados e enriquecer a análise, evidenciando diferentes perspectivas, não apenas a fala oficial, encontram-se dispersas em fundos documentais nem sempre específicos sobre instrução pública o que requer maior tempo e disponibilidade de recursos para a investigação.

A empiria coligida para a elaboração deste trabalho constituiu-se, em sua maioria, de fontes oficiais expressando a voz de determinado grupo social. Ela foi tomada como sendo indício de uma realidade a ser compreendida. Busquei, por este caminho, captar as relações, tensões e litígios existentes no período, assim como as múltiplas determinações constitutivas do processo educacional que me propus estudar.

A partir de algumas hipóteses preliminares e outras elaboradas no decorrer da pesquisa empírica, o objeto foi sendo definido e construído, resultando nesse trabalho que constitui-se naquilo que SAVIANI denomina Monografia de Base<sup>5</sup>, ou seja, um trabalho de levantamento, análise e ordenação das fontes disponíveis sobre o ensino secundário em Desterro, em especial do Atheneu Provincial.

Para melhor analisar e compreender a instituição e organização do Atheneu Provincial foi necessário reconstruir historicamente a trajetória da instrução pública secundária em Desterro, buscando identificar as relações e tensões existentes no período. Esse histórico constitui os capítulos iniciais do trabalho, onde mostrei as primeiras iniciativas para instruir a mocidade desterrense e a criação dos primeiros colégios secundários. No terceiro capítulo busquei situar o Atheneu no seu momento histórico e mostrar algumas razões que levaram o Estado a organizar e manter pela segunda vez um colégio secundário público. No quarto capítulo descrevi a organização interna do colégio. Finalizei o trabalho tecendo algumas considerações sobre as tensões (público e privado, Igreja e Estado) que permearam a trajetória da instrução secundária em Desterro, as características do ensino secundário oferecido, em especial no Atheneu Provincial, e a que demandas atendia.

Encerrei o período de análise em meados de 1883 quando o Atheneu Provincial foi transformado em Instituto Literário e Normal. Estabeleceram-se outros objetivos, novas cadeiras foram criadas e novas nomeações foram feitas, embora alguns dos professores do Atheneu tenham composto o novo quadro docente do Instituto Literário e Normal.

---

<sup>5</sup> SAVIANI, Dermeval. *É possível uma história da educação latino-americana?* Texto referente a Conferência proferida no II Congresso Ibero-Americano de História da Educação Latino-Americana. Campinas, 1994. p. 12.

## PRIMEIRA PARTE: PRIMÓRDIOS DO ENSINO SECUNDÁRIO EM DESTERRO

### CAPÍTULO I - O POVOAMENTO DE DESTERRO E AS INICIATIVAS PARA INSTRUIR A MOCIDADE

A posição geográfica da Ilha de Santa Catarina e seus ancoradouros, protegidos pelas baías, fizeram com que desde o século XVI a mesma fosse muito procurada por viajantes e navegadores em busca de suprimentos para seus navios ou abrigo das tempestades. Esses viajantes e navegadores, em sua maioria exploradores espanhóis com destino à região da Bacia do Prata e mar Pacífico, eram recebidos pelos índios Carijós que habitavam a Ilha. Na segunda metade do século XVII ocorreram as primeiras iniciativas de ocupação e povoamento da Ilha. Vários povoadores, vicentistas e portugueses, acompanhados por suas famílias, alguns índios domesticados e escravos, estabeleceram-se na Ilha, fazendo com que, lentamente, a população fosse aumentando. FRÉZIER, viajante francês, em sua passagem pela Ilha em 1712, assim a descreveu em seu relatório:

*É uma floresta contínua de árvores verdes o ano inteiro, não se encontrando nela outros sítios praticáveis a não ser os desbravados em torno das habitações, isto é, 12 ou 15 sítios dispersos aqui e acolá a beira mar nas pequenas*

*enseadas fronteiras à terra firme; os moradores que as ocupam são portugueses, uma parte de europeus fugitivos e alguns negros; vê-se também índios, alguns servindo voluntariamente aos portugueses, outros que são aprisionados em guerra.*<sup>1</sup>

Após descrever o modo como os habitantes viviam, se vestiam e se alimentavam, o autor relata que a única coisa que tinham a lamentar era a de viverem na ignorância.<sup>2</sup>

Com a disputa cada vez mais acirrada entre Portugal e Espanha pelos territórios do sul, a Ilha de Santa Catarina tornou-se ponto estratégico na preservação e conquista dos domínios meridionais. Para tanto era necessário fortificá-la e povoá-la mais efetivamente. Em 1737 determinou-se que haveria na mesma uma guarnição de infantaria composta por um capitão, um alferes, dois sargentos, 52 soldados e sete artilheiros, todos vindos de Santos.<sup>3</sup> Com o capitão vieram mais algumas famílias portuguesas a fim de povoar a Ilha e ocupar, presume-se, os primeiros cargos da organização militar que se iniciava. No ano seguinte a Ilha e os Sertões de Terra Firme passaram a formar uma Capitania independente, cuja capital passou a ser Desterro. O primeiro governador da Capitania, o português José da Silva Paes, iniciou a construção de vários fortes e fortalezas e criou um batalhão de artilheiros fuzileiros. Mas, não bastava fortificar a Ilha, era necessário aumentar sua população. Alguns historiadores<sup>4</sup> atribuem a Silva Paes a sugestão de trazer casais das Ilhas dos Açores e Madeira para povoar e cultivar a Ilha. De 1748 a 1756, em torno de seis mil imigrantes açorianos e madeirenses chegaram ao litoral catarinense. Para COELHO,

<sup>1</sup> In: HARO, Martim Afonso Palma de (org.). *Ilha de Santa Catarina: Relato de viajantes estrangeiros nos séculos XVIII e XIX*. Florianópolis, Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina, 1979. p. 20.

<sup>2</sup> Ibidem, p. 21.

<sup>3</sup> COELHO, Manuel Joaquim de Almeida. *Memória Histórica da Província de Santa Catarina*. Desterro, Tipografia de J. J. Lopes, 1877 (escrita em 1854). p. 14.

<sup>4</sup> CORRÊA, Carlos Humberto. *Os governantes de Santa Catarina de 1739 a 1982*. Florianópolis, EdUFSC, 1983. p. 232 e COELHO, M. J. A. Op. cit. p. 16.

*Desde a chegada desses colonos, começou a Ilha a florescer em habitantes, em agricultura, e mesmo em indústria manufatureira, (...) principiaram a aparecer os tecidos de algodão e linho, dos quais, a bem dizer, se serviam todas as famílias, e não pequena foi logo a exportação, principalmente para o Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul.*<sup>5</sup>

A produção, em pequenas propriedades, de algodão, mandioca, cana-de-açúcar, café, feijão, milho e outros gêneros alimentícios, permitiu a formação de um pequeno produtor independente e dono de seus meios de produção, que garantia sua auto-suficiência e um excedente exportável.<sup>6</sup> Contudo, como em muitos momentos a população foi obrigada a “doar” sua produção para abastecer as tropas, “oferecer” seus filhos às milícias, fazer exercícios militares e trabalhar nas obras públicas, deixando em segundo plano as atividades agrícolas, não houve uma maior expansão de tais atividades. A proibição de fábricas e manufaturas no Brasil a partir de 1785 possivelmente tenha restringido e inibido as possibilidades de crescimento de algumas manufaturas domésticas locais como os engenhos de farinha e açúcar e, principalmente, os teares. O algodão cultivado na Ilha de Santa Catarina nessa época era, segundo o secretário da Mesa de Inspeção da Bahia, José da Silva Lisboa, de *ótima qualidade, (produzia) uma grande maçã ou capulho de fina e muito felpuda lã*.<sup>7</sup> O aumento da procura desse produto no mercado internacional levou a Coroa Portuguesa a incentivar a sua produção, enviando novas espécies para serem cultivadas na Colônia. Tendo em vista a dificuldade de adaptação dessas espécies, José da Silva Lisboa propôs a divulgação da espécie

<sup>5</sup> COELHO, M. J. A. Op. cit. p. 21.

<sup>6</sup> CAMPOS, Nazareno J. de. *Terras comunais da Ilha de Santa Catarina*. Florianópolis, FCC/EdUFSC, 1991. p. 26.

<sup>7</sup> Inventário dos documentos relativos ao Brasil existentes no Arquivo de Marinha e Ultramar, IV, Anais da Biblioteca Nacional, XXXVI (Rio de Janeiro, 1916), p. 122. Apud HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Caminhos e Fronteiras*. 3. ed., São Paulo, Companhia das Letras, 1994. p. 236.

existente em Santa Catarina da qual tinha boas referências.<sup>8</sup> A atividade que favoreceu o aparecimento de um grupo econômico diferenciado foi a pesca da baleia, gerando grandes lucros nas últimas décadas do século XVIII.

Com a vinda de contingentes militares e civis para assumir os primeiros cargos da recém criada Capitania, formando uma incipiente burocracia administrativa militar e civil, e a chegada dos primeiros imigrantes tornou-se necessário manter essa população, bem como os nativos aqui residentes, unida em torno dos mesmos princípios religiosos e civis. Tarefa para a qual foram requisitados os jesuítas, incumbidos de oferecer assistência religiosa e instrução, visando cristianizar e civilizar alguns e ilustrar outros.

### 1. Primeiras iniciativas para instruir a mocidade

Ao expedir a ordem para transportar os casais açorianos e madeirenses, Dom João V mandou escrever ao Provincial da Companhia de Jesus para que enviasse dois missionários para a Ilha de Santa Catarina.<sup>9</sup> No final de 1750, através de Provisão do Conselho Ultramarino, comunicou-se ao Governador da Capitania de Santa Catarina, Manoel Escudeiro Ferreira de Souza, que o monarca Dom José I tinha determinado que houvesse na Ilha de Santa Catarina um Colégio de Padres da Companhia de Jesus, *para instrução da mocidade, e também para que com maior edificação, e com maior número de Ministros se instruissem na Religião e pudessem ter o exercício dela os moradores da mesma Ilha.*<sup>10</sup>

<sup>8</sup> HOLANDA, S. B. de. Op. cit. p. 236-8.

<sup>9</sup> Provisão do Conselho Ultramarino, de 09.08.1747. In.: COELHO, M.J.A. Op. cit. ps. 17-9.

<sup>10</sup> COELHO, M.J.A. Op. cit. p. 23.



Os jesuítas detinham desde o início da colonização brasileira a hegemonia na difusão da instrução. Preocupados inicialmente com a catequese e a instrução dos povos indígenas passaram, aos poucos, motivados pela política portuguesa<sup>11</sup> de fornecimento de subsídios aos colégios por eles fundados, a atender outros setores da população, principalmente os filhos da elite colonial, aos quais ofereciam uma formação clássica e humanista. Para AZEVEDO, *se os jesuítas atacaram, no século XVI, a missão civilizadora a que se propunham, começando, (...) pelas escolas de ler e escrever, não se detiveram, porém, no ensino elementar,*<sup>12</sup> pois já nesse primeiro século de colonização, mantinham *colégios* no Rio de Janeiro, Pernambuco e Bahia. Para FREYRE, o colégio dos jesuítas, nessa época, *chegara a fazer sombra à casa-grande e aos sobrados patriarcais, na sua autoridade sobre o menino, a mulher e o escravo (...)* Procuraram tirar da casa-grande duas de suas funções mais prestigiosas: a da escola e a da Igreja.<sup>13</sup> Nos séculos XVII e XVIII os jesuítas expandiram seu sistema, criando e mantendo, em diferentes cidades e vilas brasileiras, mais de uma dezena de colégios e seminários, além de escolas de ler e escrever e outros colégios menores.

Em Desterro, segundo BOITEUX, havia em 1751 *um pequeno Hospício (casa religiosa) na face leste do Largo da Matriz assistido por dois jesuítas, com o exercício de doutrinar e ensinar os rapazes da vila e dos seus arredores.*<sup>14</sup> Presume-se que a estes dois missionários jesuítas caberia a criação do colégio solicitada por Dom José I.

<sup>11</sup> Em 07.09.1564 a Corte Portuguesa, a pedido dos jesuítas, concedeu um padrão de redizima (10% dos dízimos reais) sobre todas as utilidades taxáveis da crescente Colônia para a manutenção e sustento dos Colégios da Companhia de Jesus. O primeiro colégio beneficiado foi o Colégio da Bahia, considerado por Serafim Leite o primeiro colégio oficial do Brasil. Foi à base desta redizima que se organizaram todos os demais colégios jesuítas. In.: TAVARES, Maria do Carmo. *Educação no Brasil* (esboço de estudo histórico). 3. ed., Recife, EdUFPE, 1978. p. 22.

<sup>12</sup> AZEVEDO, Fernando de. *A transmissão da cultura*. São Paulo/Brasília, Melhoramentos/INEP, 1976. p. 27.

<sup>13</sup> FREYRE, Gilberto. *Sobrados e mocambos: decadência do patriarcado rural no Brasil*. São Paulo, Ed. Nacional, 1936. Apud. AZEVEDO, F. de. Op. cit. p. 21.

<sup>14</sup> BOITEUX, Lucas Alexandre. A instrução pública em Santa Catarina - na Colônia e no Império. *Jornal do Comércio*, Rio de Janeiro, 31.12.1944. (Fonte cedida pela Professora Dr.<sup>a</sup> Maria Teresa Santos Cunha).

Contudo, os mesmos não chegaram a instalá-lo nos moldes exigidos, pois a Provisão do Conselho Ultramarino de 16.10.1754 determinou a suspensão de certos favores a eles prestados, enquanto não fundassem o *colégio mandado criar*.<sup>15</sup>

A Coroa Portuguesa estava na época nas mãos de Dom José I que buscou durante o seu governo (1750-1777) acompanhar o movimento iluminista europeu que até então passava ao largo do território português. Para tanto foi necessário, entre outras medidas, colocar a educação, até então monopolizada pelos jesuítas, *em condições de ser útil ao esforço de recuperação econômica*.<sup>16</sup> As reformas educacionais propostas pelo ministro<sup>17</sup> de Dom José I, entre as quais a expulsão dos jesuítas, inseridas num quadro de reestruturação econômica, política e cultural, representavam *um esforço no sentido de colocar as escolas portuguesas em condições de acompanhar com êxito o progresso do século*.<sup>18</sup> Para XAVIER, enquanto em Portugal a expulsão *fazia parte de um projeto de reconstrução cultural e acabou desembocando na criação de um sistema público de ensino mais moderno e popular, entre nós foi a supressão pura e simples do sistema que havia*.<sup>19</sup>

No início de 1759, atendendo aos interesses da Metrópole, ordenou-se ao Governador da Capitania catarinense a retirada de todos os padres jesuítas residentes em Santa Catarina, não permitindo a entrada de novos, fossem portugueses ou castelhanos.<sup>20</sup> Para BOITEUX, se os mesmos não chegaram a fundar o colégio nos moldes exigidos não deixaram de ensinar os jovens desterrenses pois *com o recolhimento dos referidos missionários inacianos, ficou a mocidade catarinense privada da única casa de ensino com que contava nesse tempo*.<sup>21</sup> Data,

<sup>15</sup> COELHO, M.J.A. Op. cit. p. 23.

<sup>16</sup> CARVALHO, José Murilo de. *A construção da ordem: a elite política imperial*. Brasília, EdUFB, 1981. p. 52

<sup>17</sup> Sebastião José de Carvalho e Melo, futuro Marquês de Pombal.

<sup>18</sup> CARVALHO, José Murilo de. Op. cit. p. 51.

<sup>19</sup> XAVIER, Maria E. S. P., RIBEIRO, Maria Luisa Santos, NORONHA, Olinda Maria. *História da educação: a escola no Brasil*. São Paulo, FTD, 1994. p. 49.

<sup>20</sup> COELHO, M.J.A. Op. cit. p. 24.

<sup>21</sup> BOITEUX, L. A. Op. cit.

assim, do período da entrada dos imigrantes açorianos e madeirenses no litoral catarinense uma das primeiras iniciativas do governo português de oferecer instrução à mocidade desterrense.

Com a expulsão dos membros da Companhia de Jesus de Portugal e de seus domínios ultramarinos em 1759, a Reforma Pombalina buscou suprir as lacunas deixadas pela extinção das escolas dos jesuítas espalhadas pelas terras portuguesas criando *aulas régias*. Segundo SILVA, *nos atos oficiais que criaram as aulas régias a palavra é sinônimo de escolas: criavam-se escolas dessa ou daquela matéria, de latim ou de outras disciplinas (...)*. As aulas régias eram *instituições menos desenvolvidas e menos diferenciadas internamente* do que os colégios jesuítas. Nestes *havia uma organização e divisão do trabalho pedagógico. Reunindo número suficiente de alunos e mestres, o trabalho didático era convenientemente planejado, distribuindo-se por graus ou estágios do progresso dos alunos.*<sup>22</sup> Já as aulas reuniam poucos jovens com um único professor, não havendo classificação dos alunos, nem graduação do ensino, sendo consideradas por isso, pelo autor, uma *involução pedagógica*. Para HOLANDA, a *única vantagem, com a quebra da uniformidade dogmática dos colégios jesuítas foi a introdução de novas matérias, até então completamente ignoradas: línguas vivas, matemática, física, ciências naturais, etc.*<sup>23</sup>

Embora desde 1759 houvesse professores régios em algumas capitanias brasileiras, como Pernambuco e Bahia, somente com a criação do subsídio literário,<sup>24</sup> posto em vigor no Brasil a partir de 1773, é que ocorreu uma ampliação do número das aulas régias na Colônia brasileira. Segundo AZEVEDO, instalaram-se, em 1774, uma aula régia de Latim em Minas Gerais e uma de Filosofia no Rio de Janeiro *seguindo-se outras iniciativas dessa ordem, nas principais*

<sup>22</sup> SILVA, Geraldo Bastos. *A educação secundária* (perspectiva histórica e teórica). São Paulo, Cia. Editora Nacional, 1969. p. 188.

<sup>23</sup> HOLANDA, Sérgio B., CAMPOS, Pedro M. *História geral da civilização brasileira*. São Paulo, Divisão Européia do Livro, 1971. p. 366.

<sup>24</sup> Criado pelo governo português em 1772, era um imposto que incidia sobre carne e aguardente e cuja arrecadação destinava-se ao ensino público.

*idades da orla marítima e em algumas, raras, do planalto e do sertão.*<sup>25</sup> Na Vila de Desterro havia, no final dos setecentos, segundo dados de BOITEUX, uma aula de Geometria e uma de Latim. A primeira era regida pelo Tenente de Engenharia Antônio Ignacio que a pedido do Governador da Capitania, José Pereira Pinto (1786-1791), e por mando do Vice-rei Luiz de Vasconcelos passou a servir na Vila de Desterro a fim de ensinar Geometria. A aula de Latim passou a ser regida, a partir de 03 de junho de 1799, pelo Pe. Francisco José Ramos. Em 19 de março de 1800 mandava-se que ele continuasse no cargo, devendo pautar-se pelas Instruções Regulamentares de 28 de junho de 1759, recebendo o ordenado anual de 300\$000 réis, pagos, presume-se, com os recursos arrecadados com o subsídio literário, instituído na Capitania catarinense em 1774.<sup>26</sup>

Quanto à aula de Geometria não encontramos mais referências. A aula de Latim continuou sendo ministrada nas primeiras décadas dos oitocentos pois em 1816 Paulo José Miguel de BRITO, antigo ajudante de ordens do Governador da Capitania catarinense, José Pereira Pinto (1786-91), e correspondente da Academia Real das Ciências de Lisboa, ao referir-se à instrução pública nas terras catarinenses assim se expressou:

*É sobremaneira apoucada a educação pública nesta Capitania: nela não há sociedade alguma literária, não há colégios, nem seminários; apenas um Professor Régio de Gramática Latina na Capital, e algumas escolas de primeiras letras são os únicos meios de instrução que couberam em partilha a estes desgraçados povos, que pela maior parte fora das Vilas não sabem ler, nem escrever. Contudo, há na Capital muitas pessoas que têm instrução (que elas não adquiriram no país), sendo certo que os homens ricos que querem dar melhor educação a seus*

<sup>25</sup> AZEVEDO, F. de. Op. cit. p. 50.

<sup>26</sup> BOITEUX, L. A. Op. cit.

*filhos os mandam para esta Corte; porém aqueles que não têm posses para fazer as despesas necessárias a este fim; também não têm a satisfação de que os filhos saibam mais do que o podem aprender dos tristes mestres que há na Capitania.*<sup>27</sup>

Este excerto evidencia que havia em Desterro, no início do século XIX, uma pequena elite letrada preocupada e interessada em oferecer a seus filhos uma educação que a Capitania não dispunha, o que a obrigava a enviar os filhos para a Corte.

BRITO apontou em sua obra algumas providências para promover o desenvolvimento e prosperidade da Província catarinense. Entre elas destacou o aumento da população, incentivo à agricultura, maior arrecadação de rendas e a promoção da educação pública. Quanto a esta, considerada *o manancial dos bons vassalos*,<sup>28</sup> indicou duas medidas. A primeira foi o estabelecimento de uma escola de Primeiras Letras e de Doutrina Cristã em cada uma das freguesias e uma aula de Gramática Portuguesa e Latina em cada vila da Capitania. Existiam então dez freguesias e três vilas: Desterro, Laguna e São Francisco. A segunda medida sugerida foi a criação de um seminário ou colégio na Vila Capital do Desterro, onde se ensinaria as Primeiras Letras, Gramática Portuguesa e Latina, Retórica, Filosofia e as Línguas Francesa e Inglesa. Quanto a esta medida fez a seguinte ressalva:

*Não trato de estabelecimento de educação mais elevada, dos de caridade, de ciências, e de artes, porque atualmente não são da maior necessidade naquela Capitania, e seria grande desacerto exigi-los, quando*

<sup>27</sup> BRITO, Paulo José Miguel de. *Memória Política sobre a Capitania de Santa Catarina*. Florianópolis, Livraria Central, 1932, p. 72-3. (Obra escrita no Rio de Janeiro em 1816 e publicada em Lisboa, pela Academia Real das Ciências, em 1829).

<sup>28</sup> Ibidem, p. 88.

*nesta Corte, onde alguns deles são mais necessários, ainda não os há.*<sup>29</sup>

Ao tecer algumas reflexões sobre as medidas que propunha, o autor apontou um dos problemas cruciais da instrução pública catarinense durante todo o período imperial: a problemática dos professores. Disse ele:

*a maior parte dos habitantes de Santa Catarina não sabem ler, escrever ou contar, por não terem mestres que os ensinem nos distritos e freguesias das suas habitações; e certamente o Estado nada utiliza ou pode ganhar com esta desgraçada ignorância dos povos. É portanto necessário que os mil vezes infelizes habitantes da Capitania (...). aprendam uns as primeiras letras, outros mais algumas coisas que os tire da ignorância em que tem vivido até agora, sem lhes ser preciso deixar os seus lares para virem a esta Corte a estudá-las.*<sup>30</sup>

Oferecer as condições mínimas de escolarização colocava-se, para o autor, como garantia da moralidade e do respeito às leis. Constituir um povo moral, identificado com os interesses do Estado começava a ser uma das funções atribuídas à instrução pública. São os primórdios de uma sociedade onde a instrução tornou-se um distintivo social. Nesse sentido percebe-se que o autor não defende a instrução para todos, mas que *uns* aprendam as primeiras letras e *outros* algo mais. Como capital da Capitania, Desterro, *suficientemente populosa e comerciante*<sup>31</sup>, abrigava já algumas repartições públicas, como a Junta da Fazenda e a Alfândega, as quais empregavam, embora em número reduzido, pessoas com preparo elementar. As atividades portuárias também exigiam pessoas com determinados conhecimentos. BRITO

<sup>29</sup> Ibidem, p. 92.

<sup>30</sup> Ibidem, p. 109.

<sup>31</sup> Ibidem, p. 38.

chamou atenção para a necessidade do conhecimento das línguas francesa e inglesa, as mais vulgarizadas, pois sendo o porto da Ilha muito frequentado pelos estrangeiros era preciso que houvesse pessoas que os entendessem.

A população catarinense compunha-se nessa época, segundo BRITO, de uma parcela branca, constituída, basicamente, de descendentes de vicentistas e açorianos, uma parcela negra, *geralmente inclinada a toda a qualidade de indústria, e aos ofícios mecânicos* e uma parcela de escravos, *aptos para toda a qualidade de trabalho braçal e maquinal*.<sup>32</sup> Em termos quantitativos, em 1821, havia na Capitania de Santa Catarina 35.223 habitantes, dos quais 21.811 (62%) residiam no Município de Nossa Senhora do Desterro.<sup>33</sup>

Apesar das medidas propostas por BRITO chegamos à Independência sem grandes mudanças na instrução pública secundária catarinense, limitando-se a uma aula de Latim na Capital da Capitania. Nos anos subsequentes houve em Desterro, elevada a categoria de Cidade em 1823, algumas medidas do poder público visando auxiliar iniciativas que buscassem oferecer à mocidade desterreense alguns conhecimentos específicos que atendessem determinadas necessidades como saúde pública, construção de estradas e outros melhoramentos urbanos. Assim, além da aula de Latim havia aulas de Anatomia e Cirurgia Prática proferidas pelo Dr. José Antônio de Lima, 1º cirurgião do Hospital Militar do Desterro, uma aula militar de Aritmética e lições de inglês proferidas pelo 1º Tenente reformado da Armada José Maria Pinto, ambas recebendo gratificações do Tesouro Provincial.<sup>34</sup>

Em 1830, no relatório apresentado ao Conselho Geral da Província, o Presidente da Província, Miguel de Souza Mello e Alvim, informou que havia na cidade de Desterro, *pagas pelo Estado, uma*

<sup>32</sup> Ibidem, ps. 73-5.

<sup>33</sup> CABRAL, Oswaldo Rodrigues. *História de Santa Catarina*. Florianópolis, 1968.

<sup>34</sup> BOITEUX, L. A. Op. cit.

*Aula Militar de Aritmética com 18 alunos, outra de Gramática Latina com 11, e uma de Anatomia e Cirurgia Prática com 3.*<sup>35</sup>

Nem todas essas iniciativas tiveram existência contínua mas evidenciaram a necessidade e o interesse do poder público em oferecer aos jovens desterrenses os conhecimentos necessários a fim de que pudessem exercer cargos e funções intermediárias que começavam a expandir-se na incipiente burocracia administrativa. Como a Província não contava com instituições destinadas a oferecer tais conhecimentos e poucos tinham condições de enviar seus filhos à Corte, o Estado apoiava financeiramente as pessoas dispostas a transmitir seus conhecimentos a pequenos grupos de jovens.

Em 1831 o Governo Imperial tornou extensiva à todas as Províncias o decreto de 25 de junho que criou cadeiras de Filosofia Racional e Moral, Retórica, Geometria e Francês na cidade de Fortaleza. A definição dessas cadeiras estava vinculada às exigidas como preparatórias nos cursos superiores de ciências jurídicas e sociais. O artigo 8º da lei que criou os cursos jurídicos, em 11.08.1827, tornou obrigatória a apresentação de certidão de exame e aprovação das Línguas Latina e Francesa, Retórica, Filosofia Racional e Moral, Aritmética e Geometria para os estudantes interessados em matricular-se nos mesmos. Os exames seriam realizados junto aos cursos jurídicos por dois professores. O art. 11 previa ainda a criação, nas cidades de São Paulo e Olinda, sede dos cursos, das cadeiras necessárias para os estudos preparatórios. Mas somente em 1831 o Governo incorporou aos Cursos Jurídicos sete cadeiras nas quais se ensinaria as matérias dos exames preparatórios, que passaram a ser: Latim, Francês, Inglês, Retórica e Poética, Filosofia Racional e Moral, Aritmética e Geometria, História e Geografia. Estavam criados, assim, os cursos destinados a preparar os interessados para o ingresso no ensino superior.<sup>36</sup>

---

<sup>35</sup> Relatório ao Conselho Geral da Província pelo Presidente da Província, Miguel de Souza Mello e Alvim, em 01.12.1830.

<sup>36</sup> A respeito das vicissitudes dos cursos e exames preparatórios ver: HAIDAR, Maria de L. M. *O ensino secundário no Império brasileiro*. São Paulo, Grijalbo/EdUSP, 1972, em especial o capítulo II.



Em 1833 Feliciano Nunes Pires, Presidente da Província catarinense, referindo-se ao decreto autorizando a criação de determinadas cadeiras nas Províncias, assim se expressou:

*a que pode ser aqui útil, e que poderia ter-se estabelecido, é sem dúvida a de Francês; mas sua falta é atualmente suprida por um cidadão, que interessado pelo adiantamento dos nossos jovens patricios, dá lições diárias, de que um grande número se aproveitou o ano passado, e de que alguns continuam a aproveitar-se.*<sup>37</sup>

Se a criação daquelas cadeiras foi reivindicada pelos dirigentes de algumas Províncias, não parece que o tenha sido pelos catarinenses. Nesse momento as cadeiras necessárias, *úteis*, eram ligadas à administração pública ou as que oferecessem um certo ilustramento ao espírito e não as que preparavam para o ensino superior.

## **2. A descentralização da instrução secundária**

O sistema de aulas ou cadeiras avulsas era uma realidade nacional. Em 1834, com a instituição do Ato Adicional à Constituição do Império, iniciou-se uma fase de ação mais ampla do poder público no sentido de imprimir alguma organicidade ao ensino público secundário. Para HAIDAR,

---

<sup>37</sup> Relatório ao Conselho Geral da Província pelo Presidente da Província, Feliciano Nunes Pires, em 09.12.1833.

*a organização dos estudos secundários (...) inexistia na área dos estudos públicos. Fragmentado em aulas avulsas, à moda das aulas régias, o ensino secundário público reduzia-se, às vésperas do Ato Adicional, a um punhado de aulas de latim, retórica, filosofia, geometria, francês e comércio, espalhadas pelos quatro cantos do Império.*<sup>38</sup>

O Ato Adicional dispunha, em seu artigo 10º, §2º, que às Assembléias Legislativas Provinciais, criadas pelo artigo 1º deste mesmo ato, competia legislar sobre a instrução pública e estabelecimentos próprios a promovê-la. Não estavam incluídas aí as Faculdades de Medicina, os cursos jurídicos, academias então existentes e outros quaisquer estabelecimentos de instrução que no futuro fossem criados por lei geral. Embora a lei admitisse a dualidade de competência (geral e provincial) nos diferentes níveis de ensino, a regulamentação e promoção da instrução primária e secundária coube, a partir de então, quase exclusivamente, aos governos provinciais. O governo geral limitou sua atuação ao ensino primário e secundário do Município Neutro, sede da Corte, e monopolizou o ensino superior.

CALMON considera que o Ato Adicional sacrificou as Províncias *na angústia dos pobres orçamentos locais, ao espírito acanhado e rotineiro que persistia longe da Corte.*<sup>39</sup> Assim, o ensino primário foi se difundindo de forma irregular e limitada nas diversas Províncias, cada uma legislando de modo particular, sem uma diretriz, eliminando quaisquer pretensões de uniformização nacional.<sup>40</sup>

Após essa descentralização administrativa as cadeiras avulsas existentes na maioria das capitais das Províncias e em algumas cidades, foram agrupadas e deram origem aos liceus e colégios provinciais. Assim, em 1835 foi criado o Ateneu do Rio Grande do Norte, em 1836 os Liceus da Bahia e da Paraíba e em 02.12.1837 foi baixado o decreto

<sup>38</sup> HAIDAR, M. L. M. Op. cit. p. 20.

<sup>39</sup> CALMON, Pedro. *História social do Brasil*. São Paulo, Nacional, 1940.

<sup>40</sup> PAIVA, Vanilda Pereira. *Educação popular e educação de adultos*. 3ª ed., São Paulo, Loyola, 1985. p. 62.

que transformou o Seminário de São Joaquim, na Corte, em estabelecimento de instrução secundária sob a denominação de Colégio Pedro II, destinado a servir de modelo aos estabelecimentos provinciais e particulares. Nele os estudos de Latim, Grego, Francês, Inglês, Retórica, Geografia, História, Filosofia, Zoologia, Mineralogia, Botânica, Química, Física, Matemáticas e Astronomia, foram organizados de forma simultânea e seriada num curso regular de 6 a 8 anos.

Não obstante o Colégio Pedro II tenha sido criado para servir de modelo, foram os exames preparatórios aos cursos superiores que determinaram o padrão orientador aos demais estabelecimentos de instrução secundária. Para HAIDAR, *o ensino ministrado no Colégio Pedro II foi, portanto, durante todo o Império um padrão ideal. O padrão real forneceram-no, (...), os preparatórios e os exames parcelados*.<sup>41</sup>

Nos primeiros anos da década de 1830 surgiram em Desterro importantes iniciativas culturais. Em 1831 o lagunense Jerônimo Coelho, engenheiro formado na Escola Militar do Rio de Janeiro, imprimiu o primeiro periódico, O CATHARINENSE, provocando uma *ruidosa alegria principalmente pela mocidade amante das letras, que nele iria encontrar a suspirada arena para os seus torneios literários e políticos*.<sup>42</sup> Jerônimo Coelho, defensor dos ideais liberais, organizou ainda a Sociedade Patriótica de Santa Catarina, a qual criou, em 1832, numa das suas salas, um Gabinete Público de Leitura. Este colocava-se ao lado da instrução pública, constituída pela aula de Latim e algumas escolas de primeiras letras, como meio de difundir as *luzes* e o espírito patriótico:

*por meio dele (e é este o principal fim da instituição)  
vulgarizando-se a inclinação à leitura, e o amor ao estudo  
se difundam as luzes por todas as classes para que em*

<sup>41</sup> HAIDAR, M.L.M. Op. cit. p. 95.

<sup>42</sup> BOITEUX, L. A. A instrução pública em Santa Catarina - na Colônia e no Império. *Jornal do Comércio*, Rio de Janeiro, 11.03.1945.

*todas tenhamos cidadãos que conhecendo as excelências das Instituições que temos abraçado sejam firmes em sustentá-las, e que tornando-se aptos para os empregos possam neles merecer bem da Pátria.*<sup>43</sup>

Uma das reivindicações dos membros da Sociedade Patriótica, dissolvida em 1836, efetivou-se através do Ato Adicional de 1834 quando os Conselhos Gerais foram substituídos por Assembléias Legislativas Provinciais. Durante a primeira legislatura da Assembléia Legislativa Provincial de Santa Catarina (1835-7), composta por vinte deputados, dos quais onze pertenciam a Sociedade Patriótica, discutiu-se um projeto de lei tendente a criar um colégio na Capital. A idéia, ao que parece, era do Reverendo João de S. Boaventura Cardoso. A Comissão da Fazenda e Orçamento, responsável pela elaboração do orçamento emitiu, na ocasião, o seguinte parecer sobre a instrução na Província:

*A instrução primária acha-se em atraso; é diminuto o número de escolas para a propagarem, e não podem deixar de ser mal regidas as que existem, porque os ordenados estabelecidos não convidam professores hábeis. A nossa mocidade, privada de cadeiras maiores, não tem podido cultivar seus talentos e as disposições para aprender que não podem negar-se-lhe.*<sup>44</sup>

Ao apresentar à Assembléia o orçamento para o ano financeiro de 1835-1836, a comissão incluiu, no item instrução pública, as despesas *com os professores do Colégio da Cidade, e preparos para a casa de seu estabelecimento*, num montante de 4:150\$000 réis.<sup>45</sup> Contudo, o orçamento aprovado não contemplou essas despesas. No

<sup>43</sup> Discurso do Presidente da Sociedade Patriótica, Thomás Silveira de Souza, ao inaugurar o Gabinete Público de Leitura. In.: BOITEUX, L. A. Op. cit.

<sup>44</sup> Pareceres da Comissão da Fazenda e Orçamento da ALP de 1835.

<sup>45</sup> Ibidem. Faziam parte da Comissão José da Silva Mafra, João Prestes da Fontoura e Antônio Joaquim de Siqueira.

relatório apresentado à Assembléia Legislativa Provincial, no ano seguinte, o Presidente da Província afirmou que a lei não foi aprovada devido *a falta de meios para se montar e manter um estabelecimento que forçosamente traria consigo grande dispêndio*.<sup>46</sup> Informou ainda que o Reverendo João de São Boaventura Cardoso, havia estabelecido uma escola particular, onde, além de Latim, ensinava Retórica, Poética, História, Cronologia, Geografia, Francês, Teologia e Filosofia, a 31 alunos. Apesar dos *progressos* obtidos pelos alunos do Reverendo Cardoso, o Presidente da Província julgou

*manifesta a necessidade da criação de algumas escolas maiores, pois devendo haver nesta Capital (...) cadeiras de Filosofia Racional e Moral, Retórica, Geometria e Francês, nem uma destas foi criada*.<sup>47</sup>

Assim, em 1837, foram criadas em Desterro duas cadeiras, uma de Filosofia Racional e Moral, Retórica e Geografia e outra de Aritmética, Álgebra, Geometria Teórica e Prática e Trigonometria Retilínea, constituindo um curso de dois anos.<sup>48</sup> Contudo, não entraram em funcionamento. Inicialmente por não se apresentarem candidatos para regê-las e quando o Pe. João Boaventura Cardoso se apresentou para reger a primeira, a mesma não iniciou, segundo o Presidente da Província, *por não haver discípulos com a indispensável instrução preparatória para ouvirem suas lições*.<sup>49</sup> Passados cinco anos sem que as cadeiras fossem implementadas, a partir de 1842 não mais foram consignados nas leis orçamentais os valores relativos aos ordenados dos respectivos professores.

Fracassada essa tentativa, o Estado lançou mão das pensões mensais a serem oferecidas aos jovens que se dispusessem a estudar em Escolas e Seminários na Corte e em outras Províncias, tendo em vista

<sup>46</sup> Relatório à ALP pelo Presidente da Província, José Mariano de Albuquerque Cavalçanti, em 01.03.1836.

<sup>47</sup> Ibidem.

<sup>48</sup> Lei Provincial nº 69, de 25.04.1837.

<sup>49</sup> Relatório à ALP pelo Presidente da Província, João Carlos Pardal, em 01.03.1839.

formar o quadro técnico-administrativo, político e eclesiástico de que carecia. Na década de 1840, por exemplo, receberam pensões, entre outros, Joaquim Gomes de Oliveira e Paiva para estudar no Seminário de São José da Corte, Francisco José da Neves para se habilitar na Escola Normal, Augusto César Carpineti para se habilitar na Escola de Arquitetos Medidores, José Zeferino Dias e Tomaz Juvêncio da Silveira para se ordenarem no Seminário Episcopal, todos no Rio de Janeiro e, Luiz de Medeiros para estudar na cidade de São Paulo os preparatórios necessários a matricular-se e poder continuar o curso de Ciências Jurídicas e Sociais na mesma cidade. Tais pensões atrelavam-se ao compromisso de regresso à Província para exercer atividades compatíveis com a formação recebida, caso contrário, o pensionista teria que devolver aos cofres públicos os valores recebidos.

O pensionista Francisco José das Neves retornou à Desterro em 1843 e começou a reger a escola pública de primeiras letras da Capital, a qual passou a funcionar também como escola de formação de professores. Segundo SCHMIDT, apresentaram-se, em 1843, onze professores interessados, oito efetivos e três interinos, os quais, após seis meses de frequência, foram considerados habilitados pelo professor Neves.<sup>50</sup> Como no ano seguinte não houve candidatos interessados, a Escola de Instrução Primária da Capital voltou a atender apenas as crianças e sucumbia, assim, uma das primeiras iniciativas de formar os professores públicos de primeiras letras da Província.

O arquiteto medidor retornou à Província em 1844 passando a desempenhar *alguns trabalhos* definidos pelo Presidente da Província que lhe designou outros de *interesse provincial*.<sup>51</sup> Luiz de Medeiros recebeu o grau de bacharel em 1855 e não retornando à Província, indenizou-a a partir de 1855. Com relação aos jovens pensionistas encaminhados aos seminários, levantamento preliminar mostrou que

<sup>50</sup> SCHMIDT, Leonete Luzia. *A constituição da rede pública de ensino elementar em Santa Catarina: 1830-1859*. Florianópolis, UFSC, 1996. p. 88. (Dissertação de Mestrado)

<sup>51</sup> Relatório à ALP pelo Presidente da Província, Antero José Ferreira de Brito, em 01.03.1845.

foram mais de uma dezena, que a maioria retornou à Província exercendo não apenas atividades eclesiásticas mas, no decorrer dos anos, assumindo cargos na máquina administrativa e no legislativo.

O empenho do Estado em formar os quadros da Igreja justificou-se na medida em que as relações entre ambos eram regidas pelo regime do padroado. A Igreja, mantida pelo Estado, era um ramo do serviço público. Formar os quadros da Igreja era na verdade formar os quadros do próprio Estado.

O Padre Joaquim Gomes de Oliveira e Paiva ao retornar à Desterro, em 1842, ensinava Latim e Francês. O Presidente da Província assim se expressou com relação a sua iniciativa:

*este estimável Eclesiástico principiou a pagar a sua dívida de gratidão ao seu País, abrindo, como tem aberto, Aula, em que se propõe ensinar as línguas latina e francesa, devendo esperar-se bons resultados deste novo estabelecimento em prol da instrução pública.*<sup>52</sup>

Além dessas aulas, o Padre Paiva criou e manteve durante os primeiros anos da década de 1850 o Colégio de Belas Letras no qual ensinava-se grande número de matérias do ensino secundário. Sua ação, contudo, não restringiu-se ao campo educacional e eclesiástico. Dedicou-se à literatura e ao jornalismo, além de expressiva atuação política como membro do Partido Conservador, elegendo-se inúmeras vezes deputado provincial.

Na década de 1840, além da aula pública de Latim e das aulas do Padre Paiva, jesuítas espanhóis vindos de Buenos Aires estabeleceram também uma aula de Latim em Desterro que transformou-se, como veremos, no primeiro colégio de instrução secundária da Província.

---

<sup>52</sup> Relatório à ALP pelo Presidente da Província, Antero José Ferreira de Brito, em 01.03.1843.

## CAPÍTULO II - A URBANIZAÇÃO DE DESTERRO E A CRIAÇÃO DOS COLÉGIOS SECUNDÁRIOS

Segundo CARDOSO a partir da segunda metade do século XIX a economia catarinense, especialmente a de Desterro, iniciou um processo de transformação integrando-se à economia de mercado, através do comércio com outros mercados consumidores.<sup>1</sup> Para PEDRO as atividades do porto foram o principal fator gerador da acumulação de riquezas e a consequente diversificação das atividades urbanas em Desterro, destacando-se ainda a produção e o comércio da farinha de mandioca.<sup>2</sup> A especialização na fabricação de farinha de mandioca diminuiu, segundo a autora, a produção de outros produtos gerando a necessidade de importá-los de outras regiões. Com isso surgiu uma classe ligada *ao comércio, à especulação e ao contrabando, a qual, junto com os elementos enriquecidos através das atividades do porto, constituiu a nova elite desterrense composta, anteriormente, por militares de alta patente e funcionários civis, vindos para assumir os cargos quando do estabelecimento da administração na Província. Alternando-se no poder, essa nova classe assumiu as funções administrativas antes ocupadas pelos funcionários civis e militares e produziu novos hábitos, que pretendiam copiar aqueles que eram usuais em grandes centros, como o Rio de Janeiro.*<sup>3</sup>

---

<sup>1</sup> CARDOSO, F. H., IANNI, Octávio. *Cor e mobilidade social em Florianópolis*. São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1960. ps. 51-3.

<sup>2</sup> PEDRO, Joana Maria. *Mulheres honestas e mulheres faladas: uma questão de classe*. Florianópolis, EdUFSC, 1994. p. 27.

<sup>3</sup> Ibidem. ps. 28-9.



Envolvida num processo de auto-afirmação e interessada em urbanizar a cidade e construir uma sociedade “civilizada”, essa elite buscou reformular o espaço urbano, construindo aterros e criando espaços de lazer e cultura. Em 31.05.1854, a lei provincial nº 373 autorizou o Presidente da Província a despendar a quantia necessária para preparar uma sala no edifício da Assembléia para estabelecer uma Biblioteca Pública, inaugurada no ano seguinte. Embora já existissem casas e salões particulares destinados à apresentação de espetáculos teatrais, inclusive o Teatro particular São Pedro de Alcântara, o desenvolvimento teatral nos primeiros anos da década de 1850 *provocou na sociedade desterrense o desejo de possuir um teatro mais condizente com sua condição de capital da Província.*<sup>4</sup> Assim, em 29.07.1857 foi lançada a pedra fundamental do Teatro Santa Isabel, inaugurado na década de 1870. O teatro, além de recrear a elite, distinguia os que o frequentavam. Na imprensa desterrense era colocado como importante indicativo de civilidade:

*Um viajante célebre, para avaliar da moral e da civilização de um povo entrava nos seus templos e nos seus teatros: a moral estava nos primeiros, a civilização nos segundos. Incontestavelmente o teatro é o termômetro do grau de civilização de um povo. Aí, de um relancear de olhos se pode julgar da índole, da instrução, da civilização e mesmo da moral pública e doméstica do espectador.*<sup>5</sup>

Apoiada cada vez mais pelo poder público, a elite ansiava promover um amplo reajustamento social da população. Para tal, criou novas formas de conduta e de sociabilidade que constituíram-se em parâmetros para a diferenciação das classes, além de visarem disciplinar

---

<sup>4</sup> COLLAÇO, Vera Regina Martins. *Um painel do teatro catarinense século XIX - com enfoque em Nossa Senhora do Desterro*. São Paulo, USP, Dissertação de Mestrado em Artes, 1984. p. 38.

<sup>5</sup> Jornal O ARGOS, Desterro, 09.03.1861.

a maneira de ser e agir dos desterrenses. Essas condutas e normas, bem como as discussões em torno da urbanização e do saneamento da cidade, podem ser encontradas nos artigos da imprensa e nos códigos de posturas da Câmara Municipal. É neste contexto de incipiente urbanização e da formação da classe dirigente, com ideais burgueses, que se criaram os primeiros colégios secundários em Desterro.

### 1. O Estado auxilia e os jesuítas dirigem - Colégio dos jesuítas (1845-1853)

O quadro de pessoal da Igreja em Santa Catarina na primeira metade do século XIX era, segundo os dirigentes civis, *lamentável*.<sup>6</sup> Em muitos lugares da Província não havia quem prestasse os serviços religiosos *e os homens abandonados, e entregues a si mesmos, (estavam) mais perto da barbaridade, que do Cristianismo, e da civilização*.<sup>7</sup>

A religião era para os dirigentes da época

*o grande e poderoso móvel do coração humano, que impondo além da morte regula na vida a conduta do homem nas diferentes condições sociais, tornando-o amigo da ordem, do Trono, e respeitador das autoridades*.<sup>8</sup>

Ao Estado Nacional em constituição era imprescindível a formação religiosa, garantidora da ordem através do reconhecimento do poder e respeito à minoria dirigente.

---

<sup>6</sup> Relatório à ALP pelo Presidente da Província, Antero José Ferreira de Brito, em 01.03.1844.

<sup>7</sup> Relatório à ALP pelo Presidente da Província, Antero José Ferreira de Brito, em 01.03.1845.

<sup>8</sup> Ibidem.

Carente de quadros religiosos, em 1843 o legislativo catarinense autorizou um auxílio financeiro para estabelecer uma Missão da Sociedade Propagadora da Fé, sediada em Lyon, para o serviço *de catequese e civilização dos indígenas e para vigorar o espírito religioso na população* da Província.<sup>9</sup> Jesuítas espanhóis residentes em Buenos Aires sabendo das medidas adotadas pelo legislativo catarinense e autorizados pelo Bispo Diocesano resolveram transferir-se, em 1843, para Desterro.<sup>10</sup> Instalados inicialmente na Igreja do Rosário, realizaram missões não só na Ilha como em outros lugares da Província, obtendo boa aceitação por parte da população. Para o então Presidente da Província esses resultados deviam-se *a maior dedicação com que se empregavam no serviço de Deus, à austeridade de seus costumes, e abnegação das coisas mundanas*.<sup>11</sup> Tal observação parece revelar um descontentamento do Presidente com o envolvimento do clero local na vida civil (eleições, imprensa) mais do que com a formação religiosa.

Em 1844 os jesuítas receberam dos cofres públicos, para o aluguel da casa onde residiam, 200\$000 réis. No ano seguinte o orçamento provincial previa mais 600\$000 réis caso se propusessem a instalar um colégio para instrução da mocidade. Em 01.09.1845 os jesuítas iniciaram um curso de Latim e no final do ano seguinte em torno de 30 alunos fizeram exames públicos. Em 1847 além da aula de Latim, ensinavam Geografia, Filosofia, História, Retórica, Geometria e Francês. Já haviam mudado para uma chácara no bairro do Mato Grosso e admitiam pensionistas internos mediante o pagamento de 16\$000 réis mensais, *prestando gratuitamente o ensino de quase todas essas matérias aos externos, que as procuravam*.<sup>12</sup> Para ser admitido o aluno deveria ter menos de 14 anos e saber ler e escrever suficientemente.<sup>13</sup>

---

<sup>9</sup> Lei Provincial nº 182, de 29.04.1843.

<sup>10</sup> CABRAL, O. R. Op. cit. ps. 23-4.

<sup>11</sup> Relatório à ALP pelo Presidente da Província, Antero José Ferreira de Brito, em 01.03.1847.

<sup>12</sup> Falla à ALP pelo Presidente da Província, João José Coutinho, em 01.03.1850.

<sup>13</sup> Falla à ALP pelo Presidente da Província, João José Coutinho, em 01.03.1853.

O estabelecimento do colégio pelos jesuítas deveu-se ao incentivo do governo provincial que auxiliou o empreendimento. Contudo, no orçamento provincial de 1849 não foi incluído o auxílio de 600\$000 réis para os missionários. Ao dirigir-se em 1850 à Assembléia Legislativa Provincial o recém empossado Presidente da Província, João José Coutinho, disse:

*No corrente exercício, porém, suponho que por olvidação, se não consignou a dita gratificação (...) Isto não obstante continuaram os Reverendos Padres a prestarem-se, da mesma maneira, ao ensino, e a educação da mocidade.(...) Essa falta de consignação atribuo antes a olvidação na confecção da Lei, que a propósito de a suprimir; porque me não posso persuadir, que a Assembléia quisesse dar garrote num Estabelecimento único, que, por ora, na Província, a par dos conhecimentos úteis, e científicos infunde uma verdadeira educação nos nossos Jovens, ou supusesse, que esse Estabelecimento já estava tão bem firmado, e abastado, que pudesse dispensar essa prova de gratidão, e reconhecimento, da parte da Assembléia.<sup>14</sup>*

Coutinho solicitou o restabelecimento da consignação e, em troca, os padres seriam obrigados a franquear as aulas a todos os externos. No entanto, a mesma não foi incluída nas leis orçamentais e os externos começaram a pagar 20\$000 réis mensais aos jesuítas.

Que motivos teria a Assembléia para cortar o auxílio aos jesuítas? Teria sido mero esquecimento como supôs Coutinho? Na Falla dirigida ao legislativo em 01.03.1849 pelo Presidente da Assembléia Legislativa, Severo Amorim do Valle, na ocasião ocupando o cargo de Presidente da Província, pôde-se perceber que o problema não foi o

---

<sup>14</sup> Ibidem.

valor da contribuição dada aos jesuítas mas, entre outras questões, a necessidade de fiscalização por parte do Estado sobre um estabelecimento religioso:

*Não é licito duvidar da utilidade, que se pode tirar de um estabelecimento tal nesta Capital, e tanto mais, quanto ele importa apenas a medíocre despesa de 600\$000 réis, decretada anualmente para aluguel de casas aos Padres; mas também não se deve omitir a conveniência, a necessidade mesmo, de que o Colégio esteja muito imediatamente sujeito a inspeção do Governo da Província; que este reconheça seus estatutos, e que exerça na educação que se aí dá à mocidade Brasileira toda a possível fiscalização.(...)*

*Senhores, nós somos Brasileiros, e Brasileira deve ser a educação de nossos filhos: é sobre este assunto, mais que todos, que reclamo a vossa solicitude, e o vosso patriotismo.*

*Aproveitemos dos Padres Missionários da Companhia de Jesus, que de tão bom grado se prestam, quanto for a bem da educação instrutiva de nossa mocidade, de acordo com nossas instituições políticas e religiosas; ministrai mesmo os meios de dar incremento ao seu estabelecimento de instrução, para que medre, para que seja duradouro; mas sujeitai-o a ação, e fiscalização da Autoridade.<sup>15</sup>*

A legislação em vigor não permitia a abertura de escola primária particular sem licença do Diretor Municipal da Instrução Pública e caso a escola admitisse pensionistas era necessário que fosse apresentado o regimento interno, *especialmente na parte religiosa*.<sup>16</sup>

<sup>15</sup> Falla à ALP pelo 3º Vice-Presidente da Província, Severo Amorim do Valle, em 01.03.1849.

<sup>16</sup> Artigo 33 da Lei Provincial nº 268, de 01.05.1848.

Ou seja, num país onde a Religião Católica era a religião do Estado, este deveria assegurar que a mesma fosse difundida dentro de certos princípios. Para Amorim do Valle, se esta determinação era válida para a instrução primária, *em que os discípulos não tem a aprender mais do que primeiras letras e noções gramaticais, e aritmética, quando muito, não tinha*

*razão plausível para excetuar-se de providência tão salutar, o que respeita a instrução secundária, em que os alunos tem de desenvolver as faculdades intelectuais, em que os professores tem de formar-lhes, para assim dizer, a alma, e o espírito, e de transmitir-lhes inspiração, e princípios, que uma vez recebidos, e professados, com dificuldade se desprezam.*<sup>17</sup>

Amorim do Valle faz uma defesa clara do regalismo, ou seja, da necessidade de fiscalização por parte do Estado sobre a ação da Igreja, no caso, uma ordem religiosa. O fato de serem espanhóis aguçou a necessidade da inspeção pública oficial no estabelecimento. Num país em formação entregar a instrução dos filhos das camadas favorecidas, futuros dirigentes, a estrangeiros era um risco.

Desde 1830 havia dois grupos disputando os cargos legislativos. Em 1847 as eleições para a Assembléia Geral do Império acirraram os ânimos políticos em Desterro. Constituíram-se dois partidos, um de tendência conservadora e outro liberal. Na composição da 7ª legislatura da Assembléia Legislativa Provincial (1848-1849) - que cortou o auxílio aos jesuítas - composta majoritariamente por conservadores, figurava entre os deputados o Pe. Joaquim Gomes de Oliveira e Paiva, que em seguida abriu o Colégio de Belas Letras. Possivelmente, na ocasião da elaboração do orçamento, Paiva já

---

<sup>17</sup> Falla à ALP pelo 3º Vice-Presidente da Província, Severo Amorim do Valle, em 01.03.1849.

estivesse com a intenção de abrir um colégio e apoiado por seus correligionários, não fizesse questão da inclusão da gratificação aos jesuítas. Percebendo a insatisfação de alguns com a atuação dos jesuítas, insatisfação que o próprio Paiva ajudava a construir através de artigos publicados na imprensa local, resolveu abrir um colégio visando muito mais que oferecer uma alternativa aos pais que quisessem matricular seus filhos num colégio que não o dos jesuítas, disputar com estes a demanda do ensino secundário.

O Presidente Coutinho, foi convidado e se apresentou à solenidade de abertura do Colégio de Belas Letras, situado à rua da Matriz, nº 4, em 02.02.1850. O programa de ensino previa aulas de Francês, Inglês, Latinidade, Geografia, História, Matemáticas, Retórica e Poética, Filosofia Racional e Moral, Elementos de Física, Química e Botânica, Música Vocal e Instrumental, Desenho e Escrituração Mercantil. Contudo, segundo relatórios oficiais, algumas delas não chegaram a ser implantadas. Quanto aos docentes, além do Pe. Paiva seriam professores o cônsul Carlos João Watson, o engenheiro argentino Dom Mariano Moreno, o médico Manoel Pinto Portella, o bacharel João Silveira de Souza e o professor Francisco de Paula Silveira.<sup>18</sup> Em 1850 frequentaram as aulas 19 alunos, cinco internos, um catarinense e quatro gaúchos e 14 externos, catarinenses e, em 1851, 16 alunos, oito internos, dois catarinenses e seis gaúchos e oito externos, catarinenses.

A existência dos dois colégios era motivo de orgulho para os dirigentes locais:

*A Província, que a custa de seus cofres não pode ainda sustentar iguais estabelecimentos, deve cordialmente agradecer os serviços que estes Colégios prestam à*

---

<sup>18</sup> Falla à ALP pelo Presidente da Província, João José Coutinho, em 01.03.1850.

*mocidade, e procurar de alguma maneira agradecer os esforços que seus diretores tem feito para os sustentar.*<sup>19</sup>

**Tabela 1**

**Número de alunos do Colégio dos Jesuítas (1846-1853)**

Ano	Número de alunos		
	Externos	Internos	Total
1846			32
1847	-	-	-
1848	30	15	45
1849	17	17	34
1850	15	20	35
1851	19	26	45
1852	28	40	68
1853			75

Fonte: Fallas e Relatórios dos Presidentes da Província 1845-1854.

Mesmo contando com *um corpo docente de primeira ordem*,<sup>20</sup> a iniciativa do Pe. Paiva não foi além de 1852. Já o colégio dos jesuítas, sem receber subvenção provincial desde 1849, alcançou nesse ano, conforme pode se observar na **Tabela 1**, um número expressivo de alunos. Matricularam-se 68, sendo 28 externos, catarinenses e 40 internos, onze catarinenses, dezesseis de outras Províncias brasileiras e treze de países vizinhos. Quanto às práticas pedagógicas dos jesuítas veja-se depoimento de Coutinho:

*Não se dá castigos corporais quer aos externos, quer aos internos. Conseguem os RR. PP. inspirar nos meninos o amor ao estudo, e os princípios de moralidade, e de boa educação por meio da emulação nas aulas, exortações,*

<sup>19</sup> Falla à ALP pelo Presidente da Província, João José Coutinho, em 01.03.1852.

<sup>20</sup> CABRAL, O. R. Op. cit. p. 33.



*práticas religiosas e privação de recreios. Tão bem me parece o regimen do Colégio, que este ano para ali mandei três dos meus filhos.*<sup>21</sup>

Na abertura dos trabalhos legislativos de 1853 Coutinho buscou convencer os deputados da necessidade de oferecer um auxílio financeiro aos jesuítas para que estes oferecessem o ensino gratuitamente aos externos *proporcionando destarte a um maior número os benefícios da instrução secundária*<sup>22</sup>, sem sucesso.

Nessa época, meados do século XIX, o porto - principal gerador da acumulação de riquezas e diversificação das atividades na área urbana - era responsável pela entrada de diversas doenças na cidade. Os surtos epidêmicos eram freqüentes. O governo promovia campanhas de vacinação mas a maioria da população não admitia ser vacinada. Em 1844 o Presidente da Província lamentava que *apesar de todas as instâncias e diligências (...), apenas 100 pessoas se vacinaram na Cidade; tão arraigadas estão ainda as preocupações populares contra este salutar preservativo.*<sup>23</sup> A proliferação das doenças era facilitada ainda devido *a conservação de pântanos e lamaçais, da estagnação de águas pútridas e infectas, e do escandaloso costume de depósitos de imundices nas ruas e lugares públicos.*<sup>24</sup>

Segundo CABRAL, a febre amarela rondava Desterro desde 1850, mas só em 1853 entrou de forma violenta fazendo vítimas em todos os bairros.<sup>25</sup> A febre *atacou a mais de metade de sua população e, afetou de preferência o lado sul, acometendo indistintamente a ricos e pobres, habitantes de lugares baixos e altos, de pantanosos e secos,*

---

<sup>21</sup> Falla à ALP pelo Presidente da Província, João José Coutinho, em 01.03.1853.

<sup>22</sup> Ibidem.

<sup>23</sup> Falla à ALP pelo Presidente da Província, Antero José Ferreira de Brito, em 01.03.1844.

<sup>24</sup> Falla à ALP pelo 3º Vice-Presidente da Província, Severo Amorim do Valle, em 01.03.1849.

<sup>25</sup> CABRAL, O. R. Op. cit. p. 36-7.

*aos de beira-mar e aos dos centros, e bem ventilados, estrangeiros e nacionais: (...).*<sup>26</sup> O colégio dos jesuítas funcionava numa chácara no bairro do Mato Grosso o qual, afastado do centro urbano, abrigava as chácaras dos mandatários da cidade que serviam nos tempos normais de morada de verão e nos de pandemia de esconderijo. Contudo, dessa vez a febre amarela atingiu várias dessas chácaras. No colégio dos jesuítas apenas três padres escaparam da epidemia vendo-se obrigados a fechar definitivamente as portas do estabelecimento.

As palavras que o Presidente da Província, João José Coutinho, dirigiu à Assembléia Legislativa Provincial no início do ano legislativo de 1854 ilustram e resumem a trajetória do colégio:

*Como antes de 1846, acha-se a instrução secundária desta Província reduzida a uma aula de Gramática Latina desta Capital. O Colégio dos RR. PP. Missionários da Companhia de Jesus, superando dificuldades e com não pequeno sacrificio de dinheiro estabeleceram nesta Cidade e onde mais de 75 alunos entre internos e externos, sendo 43 naturais da Província aproveitavam as lições de Latinidade, Retórica, Filosofia, Poesia, Matemáticas, Física, Lições de Língua Francesa e Inglesa, Geografia, História, Aritmética comercial e escrituração mercantil, já não existe. Esse estabelecimento, que nada recebia da Província desde 1849, e que poupava-lhe o ordenado de professor de Gramática Latina, onde a mocidade desta Província e de outros lugares a par da instrução bebia os princípios de uma regular educação, acabou em maio do ano passado, vítima também da febre amarela que ceifou entre outras*

---

<sup>26</sup> Falla à ALP pelo Presidente da Província, João José Coutinho, em 19.04.1854.

*as vidas de quatro Padres encarregados da instrução e educação dos alunos.*<sup>27</sup>

Com o fechamento do colégio foi provida interinamente a cadeira de Latim sendo nomeado o Pe. Sebastião Antônio Martins para regê-la. Ele iniciou seu trabalho em 01 de setembro de 1853 com 34 alunos. No ano seguinte foi frequentada por 52 e em 1855 por 42 alunos, funcionando até junho desse ano pois o padre Martins solicitou demissão.

O restabelecimento da cadeira de Latim de maneira alguma preencheu, segundo Coutinho, o *vácuo* deixado pelo fechamento do colégio dos jesuítas. No princípio de 1854 solicitou ao legislativo autorização para que a Presidência pudesse despender certa quantia com a instrução secundária, fosse oferecendo uma subvenção aos jesuítas, caso resolvessem restabelecer o colégio, fosse criando e provendo determinadas cadeiras. Em maio de 1854 o legislativo aprovou a lei nº 366 autorizando o executivo a contratar com o superior dos jesuítas, o restabelecimento do colégio, mediante um auxílio pecuniário de até 3:000\$000 réis no primeiro ano e 1:200\$000 réis nos seguintes. O artigo 2º obrigava o estabelecimento a admitir gratuitamente até quatro alunos internos como pensionistas da Província. Na escolha dos pensionistas deveria dar-se preferência aos habilitados às ordens sacras, para posteriormente completarem seus estudos em seminários. O contrato não se efetivou porque o restabelecimento do colégio dependia da vinda de novos padres de Montevidéu.

Em outubro de 1855 quando os jesuítas remanescentes estavam prestes a deixar a Província, circulou pela cidade petição assinada por centenas de pessoas que pediam a permanência e o restabelecimento do colégio. Contudo, não havia unanimidade:

---

<sup>27</sup> Ibidem.

*opinamos que mais vantajoso nos será criar a Assembléia, que dispõe de suficientes fundos, um liceu, com bons ordenados, que convidem as capacidades ao magistério; pois então poderemos contar com um estabelecimento de cor nacional, e permanente, sujeito a direção e inspeção do Governo, e por isso mesmo oferecendo mais garantias, vantagens que faltaram sem dúvida no Colégio, que se quer fazer restabelecer.*<sup>28</sup>

O jornal liberal criticava a política de subvenção e sugeria a criação de um estabelecimento de ensino secundário laico, *de cor nacional*, mantido e controlado pelo Estado. O poder político no período imperial, elitizado e centralizado, percebia nos estabelecimentos educacionais um meio para imprimir sua direção à sociedade.

## **2. O Estado financia e dirige - Liceu Provincial (1857-1863)**

Em maio de 1855, havendo rumores da saída dos jesuítas da cidade, o legislativo autorizou o executivo a despender a quantia necessária para a aquisição do prédio que ocupavam os Missionários caso o mesmo fosse colocado a venda.<sup>29</sup> Em abril do ano seguinte, estando Desterro sob um surto de cólera, o governo adquiriu o prédio e a chácara dos jesuítas. Embora tenham sido adquiridos para resolver um problema imediato - nele foi instalada uma enfermaria de campanha - o prédio destinava-se a *reunir num só edifício as aulas de instrução*

---

<sup>28</sup> Jornal O MENSAGEIRO, Desterro, 17.11.1855.

<sup>29</sup> Lei Provincial nº 401, de 12.05.1855.

*primária e secundária da Capital a fim de melhor regular o ensino e inspecionar as aulas.*<sup>30</sup>

No início de 1856 abriram-se aulas públicas de Francês e Inglês, para as quais foram nomeados Guilherme Henrique Wellington e Landry Saut, respectivamente, que já as lecionavam particularmente. A primeira foi frequentada por 17 alunos e a segunda por 39, funcionando a segunda até meados do ano devido à demissão do professor. A contratação dos dois professores foi noticiada e comentada pela imprensa local, a qual recomendava *o provimento das cadeiras de Latim, Filosofia, Retórica, Geografia, e Matemáticas Elementares.*<sup>31</sup>

Em maio de 1856 o legislativo aprovou a lei nº 417, projeto de autoria do deputado e padre Joaquim Gomes de Oliveira e Paiva, criando as cadeiras de instrução secundária de Francês, Inglês, Latim, Filosofia Racional e Moral, Retórica e Poética, História e Geografia e Matemáticas Elementares, a serem providas interinamente durante o primeiro ano e depois postas a concurso.

No jornal liberal O MENSAGEIRO foi publicada a seguinte nota com relação à medida adotada pelo legislativo:

*Já tivemos uma vez ocasião de dizer, que a Assembléia cônica de sua missão e de seus deveres não se esqueceria de organizar a instrução secundária da Província; satisfazendo assim uma das nossas mais palpitantes necessidades, (...) hoje, ao menos por parte da Assembléia, estão criadas todas as cadeiras de preparatórios dos cursos superiores. Confiamos também que S. Ex. o Presidente da Província sancionará estas disposições, e que em breve poderão os nossos patrícios*

---

<sup>30</sup> Jornal O MENSAGEIRO, Desterro, 02.04.1856.

<sup>31</sup> Ibidem, 09.01.1856.

*evitar não pequenas despesas em mandar seus filhos a estudar longe de si os preparatórios.*<sup>32</sup>

O padre Paiva mantinha na época um curso particular de Latim e requereu ao Presidente da Província a aula pública dessa cadeira, o que lhe foi negado. Para CABRAL, a recusa de Coutinho talvez tenha ocorrido devido a intenção do governo de reunir todas as cadeiras num mesmo prédio estabelecendo assim novo colégio de ensino secundário.<sup>33</sup> Não se pode descartar a hipótese, mas há que considerar as relações entre o governo provincial e o clero, pouco amistosas. Recusada a cadeira, Paiva transferiu-se para a Província de São Pedro do Rio Grande do Sul, de onde intervia nos assuntos políticos locais através da imprensa. Retornou à Desterro após a saída de Coutinho da Presidência da Província, passando a lecionar Filosofia no Liceu.

Mesmo tendo sido criadas as sete cadeiras de instrução secundária, analisando a legislação, verifica-se que a mesma legislatura que as criou, elaborou uma lei, nº 419, de 09.05.1856, autorizando o Presidente da Província a contratar, por tempo determinado, os missionários da Companhia de Jesus, para o estabelecimento de um colégio de instrução secundária em Desterro. Ou seja, mantinha-se oficialmente a possibilidade de subvencionar um colégio dirigido por jesuítas, e caso estes firmassem o contrato com o governo teriam prioridade no usufruto da chácara ficando as demais cadeiras criadas funcionando, presume-se, em locais separados e alugados. Em 1857 nova lei, nº 436, manteve em vigor, sem limitação de tempo, a resolução nº 419. O Presidente da Província poderia contratar os Padres da Companhia de Jesus ou os Reverendos Padres Lazaristas<sup>34</sup> para o colégio, elevando-se a subvenção até três contos de réis.<sup>35</sup>

---

<sup>32</sup> Ibidem, 30.04.1856.

<sup>33</sup> CABRAL, O. R. Op. cit. p.48.

<sup>34</sup> Em outubro de 1856 haviam chegado ao Hospital de Caridade de Desterro, vindos da França, as Irmãs de Caridade e os Padres Lazaristas Jean Baptiste Laurent e Bernard Pader, que instalaram um educandário. As irmãs cuidaram das meninas e os padres dos meninos. Iniciaram as aulas em 14 de março de 1857, os padres com 29

As cadeiras criadas pela lei nº 417 compuseram o Liceu Provincial, primeiro colégio secundário público propriamente dito, ou seja, financiado e dirigido pelo Estado. A 3 de fevereiro de 1857 iniciou o Liceu suas atividades, na chácara do Mato-Grosso.<sup>36</sup> Um regulamento provisório foi instituído e com a matrícula de 14 alunos começaram as aulas. Inicialmente foram providas interinamente apenas as cadeiras de Francês, Inglês, Latim e Matemáticas. Para as duas últimas foram nomeados dois alemães da Colônia Blumenau, Ricardo Becker e Frederico Müller.<sup>37</sup> O último foi indicado pelo diretor da Colônia, Dr. Blumenau, que reconhecia sua dedicação ao trabalho mas temia que sua irreligião e seu materialismo pudessem influenciar os colonos. Inicialmente a idéia não agradou a Müller mas a possibilidade de realizar estudos sobre os crustáceos do litoral da Ilha o fez aceitar o convite:

*Poder explorar um mar quase tropical e transbordante de vida, ao invés do pequeno Mar Báltico, isto constitui para mim uma enorme perspectiva. 'O que o Presidente da Província me comunicou sobre a escola a ser fundada e a minha colocação na mesma, foi do meu agrado. Acima de*

---

estudantes, que frequentavam as aulas de Francês, Latim e Filosofia e as irmãs com 48 alunas, em sistema de externato e meio-internato, para os quais cobravam 2\$000 e 7\$000 réis respectivamente. Os padres mantiveram, inicialmente, apenas externato, mas em 1860 abriram também internato, cobrando 25\$000 réis mensais. Ambos os colégios funcionaram até 1864, quando as irmãs retiraram-se do Hospital. In.: CABRAL, O. R. Op. cit. ps. 49-56.

<sup>35</sup> Estas duas leis, nº 419 e nº 436, dão na década de 1860 respaldo legal para o governo realizar novo contrato com jesuítas.

<sup>36</sup> Atual Praça Getúlio Vargas.

<sup>37</sup> Fritz Müller nasceu na Alemanha em 31.03.1822. Seu pai era pastor protestante e seu avô materno conhecido químico. Em 1848 obteve o título de Doutor em Filosofia pela Universidade de Berlim. Nessa época, segundo o próprio Müller, *começou na Prússia, mais precisamente na província da Saxônia a perseguição aos religiosos de pensamentos liberais. (...) Nesta intolerância religiosa vigente no país de Frederico O Grande não se poderia esperar, ..., alguma mudança.* Como a situação alemã não era favorável às suas manifestações, Müller resolveu imigrar para o Brasil, mais precisamente para a Colônia Blumenau, onde chegou em 1852, acompanhado pela esposa, uma filha, um irmão e sua esposa. In.: Carta-biográfica escrita em 1892 por Fritz Müller para um amigo em Munique, publicada em *Blumenau em Cadernos*, nº 25, Blumenau, maio/93.

*tudo me agradou a pessoa do Presidente cujo caráter simples e despretensioso contrastava agradavelmente, por um lado, com a burocracia Prussiana, e por outro, com a cordialidade vazia dos brasileiros.*<sup>38</sup>

Seus estudos sobre os crustáceos deram origem a vários artigos científicos<sup>39</sup> publicados em revistas especializadas da Europa. Culminaram na elaboração, em 1863, do livro *Für Darwin* (Pró-Darwin), publicado na Alemanha em 1864, onde Müller buscou comprovar a teoria darwiniana sobre a evolução das espécies. Müller correspondia-se com inúmeros naturalistas renomados da época, entre eles Darwin que o denominou *Príncipe dos Observadores*.

As cadeiras de Retórica, Filosofia, Geografia e História, não foram instituídas no primeiro ano de funcionamento do Liceu por não terem aparecido, segundo COUTINHO, *pessoas habilitadas* para regê-las.<sup>40</sup> Só foram interinamente providas no início do ano seguinte. Em meados de 1858 foram realizados os primeiros concursos para provimento de algumas cadeiras do Liceu. O pretendente deveria provar ser cidadão brasileiro, maior de 21 anos e de bons costumes. Para o ensino de línguas vivas poderiam ser admitidos estrangeiros que, para serem vitalícios, deveriam naturalizar-se dentro de quatro anos. A cadeira de Inglês foi conquistada por Guilherme Henrique Wellington, a de Francês por João José das Rosas Ribeiro de Almeida, a de Latim pelo Dr. Ricardo Becker e a de Matemáticas pelo Dr. Frederico Müller<sup>41</sup>, regentes interinos das cadeiras. A nomeação efetiva dos

---

<sup>38</sup> Carta-biográfica escrita em 1892 por Fritz Müller para um amigo em Munique, publicada em *Blumenau em Cadernos*, nº 25, Blumenau, maio/93.

<sup>39</sup> De 1844 a 1899 Müller deu publicidade a 248 trabalhos científicos. Em 1868 recebeu da Universidade de Bonn o título de Doutor Honoris Causa; em 1874 foi nomeado sócio-correspondente da Sociedade Zoológica Argentina e Doutor Honoris Causa pela Universidade de Tübingen; em 1884 sócio-correspondente da Sociedade Nacional de Ciências de Buenos Aires e sócio-honorário da Sociedade Entomológica de Londres. In.: Müller, Fritz. *Fatos e Argumentos a favor de Darwin* (Für Darwin). Tradução e apresentação de Hitoshi Nomura. Florianópolis/ Rio de Janeiro, FCC/CPRM-DNPM, 1990. p. ii.

<sup>40</sup> Falla à ALP pelo Presidente da Província, João José Coutinho, em 01.03.1857.

<sup>41</sup> Jornal CRUZEIRO DO SUL, Desterro, 15.07.1858.



professores alemães que não professavam a fé católica, gerou na imprensa local críticas ao Presidente da Província.

As ciências naturais começavam a ganhar espaço entre a intelectualidade brasileira da época. Coutinho, membro dessa intelectualidade, dizia:

*É sobre as ciências naturais que se baseiam os grandes progressos da agricultura, da indústria fabril, dos meios de comunicação, etc., de que justamente se ufana o nosso século.*<sup>42</sup>

Fritz Müller organizou, com apoio de Coutinho, um pequeno Jardim Botânico nas imediações do colégio e ofereceu-se para lecionar Física e Química aos alunos mais adiantados. Em 1859 Coutinho sugeriu ao legislativo catarinense a:

*criação de uma cadeira de Ciências Naturais, ou Físicas, e outra de Desenho. Essas cadeiras, chamando a atenção dos alunos a objetos concretos e reais, darão um conveniente contrapeso aos estudos abstratos da Matemática, Filosofia e Línguas. (...) A cadeira de Desenho unida às de Ciências Naturais, e de Matemáticas Elementares, é de grande vantagem, ou para melhor dizer, necessária para termos bons e esclarecidos artífices.*<sup>43</sup>

Suas idéias foram incorporadas no Regulamento da Instrução Secundária, de 30.06.1859, ficando as cadeiras do Liceu assim distribuídas:

---

<sup>42</sup> Falla à ALP pelo Presidente da Província, João José Coutinho, em 01.03.1859.

<sup>43</sup> Ibidem.

**Quadro 1**  
**Currículo do Liceu Provincial**

Anos letivos	Matérias do estudo						
1º	Latim	Francês	Aritmética	Desenho			
2º	“	“	“	“	Inglês		
3º	“	“	Álgebra	“	“	Zoologia	
4º	“	Retórica	Geometria	“	“	Botânica	Geog. e História
5º	“	Retórica e Poética	Filosofia		“	Química	“
6º	“	“	“			Física	“

**Fonte:** Regulamento da Instrução Secundária de 30.06.1859.

Esse currículo, composto de nove cadeiras distribuídas em seis anos de estudo, com ênfase no ensino de línguas, evidencia a predominância da cultura clássico-literária. A inclusão temporária das cadeiras de Desenho e Ciências Naturais foi uma tentativa de abrir espaço para os conhecimentos científicos emergentes da época.

O professor de Matemáticas, Fritz Müller, foi incumbido de ministrar o ensino de Ciências Naturais, *tendo encontrado atentos alunos*.<sup>44</sup> A este foi entregue a quantia de 500\$000 réis *para mandar vir da Europa utensis para um pequeno gabinete de Física e Química*.<sup>45</sup> Não obstante, logo que Coutinho deixou a Presidência da Província, em setembro de 1859, Müller solicitou sua demissão como professor de Ciências Naturais e a aparelhagem do gabinete de Física e Química,

<sup>44</sup> Carta-biográfica escrita em 1892 por Fritz Müller para um amigo em Munique, publicada em *Blumenau em Cadernos*, nº 25, Blumenau, maio/93.  
<sup>45</sup> Relatório do Presidente da Província, João José Coutinho, ao 2º Vice-Presidente, Esperidião Eloy de Barros Pimentel, em 23.09.1859.

vinda da Alemanha, foi vendida por uma *bagatela* e o *incipiente Jardim Botânico* desapareceu *de baixo do mato*.<sup>46</sup>

A matrícula no colégio restringia-se aos meninos livres sadios, pois não eram aceitos escravos, portadores de doenças contagiosas e os que tivessem sido expulsos de outros colégios. Os que contraíssem doenças contagiosas durante o ano letivo seriam dispensados. A taxa de matrícula era de 10\$000 réis por aula, exceto para os alunos reconhecidamente pobres que deveriam anexar ao requerimento da matrícula atestados do Pároco, do Delegado de Polícia e do Juiz de Paz, declarando, sob juramento, que o aluno era pobre. Além da taxa de matrícula, aos alunos caberia a aquisição dos *compêndios e de outros livros para o estudo de suas lições, papel, lápis, penas e outros objetos para as lições e exercícios de cada um, quer feitos em casa quer nas aulas*.<sup>47</sup> Quanto ao compêndios, inicialmente seriam designados pelo Presidente da Província, *preferindo os admitidos nas aulas preparatórias das academias do Império*.<sup>48</sup> Nos Regulamentos posteriores estabeleceu-se os usados no Colégio Pedro II ou outros propostos pelos professores e aprovados pela Presidência da Província. Os alunos poderiam matricular-se nas aulas que quisessem frequentar. Esse sistema não parecia, ao professor Müller, o mais adequado:

*Para quem estava acostumado aos costumes escolares alemães, esta escola foi uma coisa meio esquisita. Isto porque, as classes que cada aluno tinha que passar, não existiam, como também não havia qualquer plano de ensino definido. Também os pais podiam matricular os filhos na disciplina que mais lhe agradasse, como em nossas universidades alemãs. Um começava com Latim, outro com Francês e um terceiro com Matemática. Um*

---

<sup>46</sup> Carta-biográfica escrita em 1892 por Fritz Müller para um amigo em Munique, publicada em *Blumenau em Cadernos*, nº 25, Blumenau, maio/93.

<sup>47</sup> Art. 97º do Regulamento da Instrução Secundária, de 30.06.1859.

<sup>48</sup> Artigo 18º da Lei Provincial nº 417, de 06.05.1856.

*podia começar com um matéria, o outro com duas e um terceiro simultaneamente com todas as quatro matérias exigidas no início da escola. Alguns assistiam uma matéria no terceiro ano, outra no segundo ano e uma terceira no primeiro ano. Desta forma era extremamente trabalhoso fazer um horário que desse oportunidade, a cada aluno, de poder assistir as disciplinas desejadas.*<sup>49</sup>

Algumas matérias exigiam pré-requisitos, como constava no Regulamento. Para matricular-se nas aulas de Geografia e História era necessário saber o Francês, o qual, além do Latim, era pré-requisito para Filosofia, Retórica e, posteriormente, para Ciências Naturais. Poderiam matricular-se a qualquer tempo os alunos que apresentassem atestados emitidos por professores que declarassem estarem em condições de acompanhar os demais alunos.

Após a saída de Coutinho em 1859 e a ascensão dos liberais, houve uma rápida sucessão de Presidentes da Província. Segundo Müller, *cada um procurava remodelar o sistema do Liceu mais ou menos conforme suas idéias e assim a escola, que até a estas alturas vinha se desenvolvendo com ótimas expectativas, começou a andar de mal a pior.*<sup>50</sup> Alguns professores foram demitidos e substituídos e outros procuraram outros empregos. Em 1860 Brusque, sucessor de Coutinho, afirmou que não haviam sido estabelecidas claramente as condições para admissão dos alunos. *Os alunos eram admitidos à matrícula sem verificar-se se tinham ou não aproveitado as lições da instrução primária.*<sup>51</sup> Assim, foi proposto a elaboração de um novo regulamento. Nesse, aprovado em 15.02.1861, o curso foi reduzido para quatro anos e estabeleceram-se algumas condições para a admissão e matrícula dos alunos. Para matricular-se no primeiro ano era necessário

---

<sup>49</sup> Carta-biográfica escrita em 1892 por Fritz Müller para um amigo em Munique, publicada em *Blumenau em Cadernos*, nº 25, Blumenau, maio/93.

<sup>50</sup> Ibidem.

<sup>51</sup> Falla à ALP pelo Presidente da Província, Francisco Carlos de Araújo Brusque, em 01.04.1860.

ser aprovado nas matérias do ensino primário, mediante exame de suficiência perante o diretor e dois professores do Liceu. Para os anos subsequentes teria que ser aprovado em todas as matérias do ano antecedente. O aluno habilitado e idôneo que completasse o curso e fosse aprovado plenamente nas diversas cadeiras do Liceu seria preferido para qualquer emprego provincial.<sup>52</sup>

Em 1861 dos 32 alunos matriculados,<sup>53</sup> 15 frequentaram a primeira cadeira de Latim, 11 a segunda cadeira de Latim, 9 de Inglês, 25 de Francês, 16 de Desenho, 18 de Matemáticas, 6 de Filosofia e 3 de História. O Presidente da Província, Vicente Pires da Mota, tendo assistido alguns exames finais assim se expressou: *não fiquei satisfeito com o que presenciei, (...) a instrução que adquiriram é bem fraca, (...).*<sup>54</sup> Tendo em vista os resultados pouco animadores, em abril de 1862 o currículo do Liceu foi reduzido às cadeiras de Francês, Inglês, Latim e Matemáticas. Com a morte do professor de Latim, reduziu-se a três.

Observando-se a **Tabela 2** verifica-se que nos três últimos anos de existência do Liceu houve um pequeno crescimento no número de matriculados, contudo a frequência às aulas, segundo os dirigentes, era diminuta. Além da baixa frequência, o Liceu enfrentava inúmeros problemas decorrentes de uma estrutura educacional em formação e de um Estado que se constituía em meio à disputas de diferentes grupos.

---

<sup>52</sup> Artigo 41º do Regulamento do Liceu Provincial, de 15.02.1861

<sup>53</sup> Em 1878 membros de uma comissão da instrução pública ao comentaram os resultados alcançados pelo extinto Liceu assim se referiram: *atestam-no os muitos dos mancebos dali saídos, e já hoje formados em Direito, em Medicina, em Matemáticas, sacerdotes, oficiais do exército e da armada, comerciantes e empregados de repartições públicas.* In.: Parecer da Comissão de Instrução Pública de 29.04.1878. Francisco Luiz da Gama Rosa, aluno do Liceu Provincial e também do colégio que o sucedeu, Colégio Santíssimo Salvador (jesuíta), formou-se em Medicina e em 1883 foi nomeado Presidente da Província de Santa Catarina, permanecendo no cargo de 29.08.1883 a 09.09.1884. In.: CORRÊA, Carlos Humberto. *Os governantes de Santa Catarina de 1739 a 1982*. Florianópolis, EdUFSC, 1983. p. 282.

<sup>54</sup> Relatório à ALP pelo Presidente da Província, Vicente Pires da Mota, em 02.03.1862.

Tabela 2

## Número de alunos do Liceu Provincial (1857-1863)

Ano	Número de alunos
1857	14
1858	23
1859	35
1860	45
1861	32
1862	35
1863	37

**Fonte:** Falla dos Presidentes da Província 1857-1864.

Um fato veio antecipar o fim do Liceu. No princípio de 1863 os jesuítas apresentaram ao executivo provincial uma proposta para restabelecer o antigo colégio por eles dirigido e, como havia amparo legal<sup>55</sup> para a realização do contrato, o então Presidente da Província, Pedro Leitão da Cunha, não hesitou em aceitá-la. Estabeleceram-se algumas condições básicas preliminares para a realização do contrato. A segunda previa que os então lentes de Matemáticas, Francês e Inglês, ficariam, se quisessem, lecionando por cinco anos no colégio dirigido pelos jesuítas.<sup>56</sup> Os três professores ficaram indignados com essa condição e enviaram um ofício à Assembléia Provincial no intuito de *representar e protestar contra a violência imerecida, inaudita e virgem nos anais dos governos constitucionais, que lhes infling(ia) a segunda condição do contrato*.<sup>57</sup> Além da vitaliciedade adquirida, os três lentes argumentaram que a legislação estabelecia que os professores do ensino secundário deveriam ser cidadãos brasileiros e os jesuítas não o eram. Estes, segundo os três professores, por não se submeterem ao poder

<sup>55</sup> Lei Provincial nº 436, de 30.04.1857.

<sup>56</sup> Relatório ao 1º Vice-Presidente da Província, Francisco José de Oliveira, pelo Presidente da Província, Pedro Leitão da Cunha, em 19.12.1863.

<sup>57</sup> Ofício à ALP pelos professores Frederico Müller, Anphilóquio Nunes Pires e João José Rosas Ribeiro de Almeida, em 10.03.1864.

civil instituído mas tão somente aos seus superiores, representavam um perigo ao espírito nacional em constituição:

*Como brasileiros, e em virtude destas determinantes disposições de lei, os professores do Liceu protestam mais uma vez solenemente contra a dita segunda condição, ... que os subordina à estrangeiros sem pátria nem família e submissos não as autoridades dos Países em que se estabelecem, mas só e cegamente à Superiores residentes fora deles ...*<sup>58</sup>

Nesse sentido julgavam que o contrato era uma afronta pois *ofend(ia) a lei, ofend(ia) os seus direitos adquiridos, ofend(ia) o seu brio nacional*<sup>59</sup> e esperavam medidas justas por parte da Assembléia:

*E vós, Ilmos. e Exmos. Srs. Membros da Assembléia Provincial, que sois guardas das leis, vós que sois de acrisolado patriotismo, e em quem abundam brio nacional e amor das nossas instituições pátrias, não podereis deixar de receber este solene protesto, e de providenciar para que não se realize a atroz violência e esbulho que dos abaixo assinados se quer fazer.*<sup>60</sup>

As Comissões de Instrução Pública e Justiça Civil argumentaram que a segunda condição do contrato apontava aos professores *um dever e não uma pena*. Lembraram que quando Coutinho nomeou Becker e Müller para as cadeiras do Liceu, ninguém protestou parecendo que o que havia sido bom, justo e legal naquele tempo, tornava-se agora *iníquo e inconstitucional*. Quanto às críticas feitas

---

<sup>58</sup> Ibidem.

<sup>59</sup> Ibidem.

<sup>60</sup> Ibidem.

aos jesuítas consideravam *uma injúria lançada sobre uma classe digna por muitos títulos dos respeitos da sociedade*.<sup>61</sup>

O protesto dos professores, no entanto, surtiu efeito pois a condição não constou no contrato definitivo.

### 3. O retorno dos jesuítas - Colégio Santíssimo Salvador (1864-1870)

Em abril de 1864 o legislativo catarinense, através da lei nº 540, extinguiu o Liceu Provincial e autorizou o executivo a contratar os jesuítas para o restabelecimento do antigo colégio. O contrato foi realizado entre o Presidente da Província, Francisco José de Oliveira, e o Reverendo Padre Jacques Razzini, em 06.04.1867. Pelos termos contratuais os padres ficariam obrigados a oferecer as matérias preparatórias exigidas para a matrícula nos cursos superiores, a alunos externos e internos, gratuitamente para os primeiros e para os segundos os padres poderiam fixar uma pensão mensal, concedendo aos pensionistas naturais da Província abatimento de  $\frac{1}{4}$  no seu valor.<sup>62</sup> As atividades escolares iniciariam em fevereiro de 1865 oferecendo, no primeiro ano, pelo menos as aulas de Latim, Francês e Inglês e as demais matérias exigidas nos exames preparatórios<sup>63</sup> aos cursos

---

<sup>61</sup> Ofício das Comissões de Instrução Pública e Justiça Civil da Assembléia Legislativa Provincial, em 28.03.1864.

<sup>62</sup> Segundo o contrato, essas vantagens diziam respeito apenas aos pensionistas e alunos externos cujos pais residissem na Província, não sendo extensivas, de modo algum, àqueles que temporariamente para ela se mudassem *e somente com o fim de se aproveitarem da instrução*. Tal ressalva se justifica a medida que no colégio jesuíta fundado na década de 1840 em muitos anos o número de alunos oriundos de outras Províncias e até de outros países suplantava o número de alunos catarinenses. O Estado não estava disposto a subvencionar um colégio que não se destinasse a instruir, primeiramente, os catarinenses.

<sup>63</sup> Os Decretos Imperiais 1.386 e 1.387, de 28.04.1854, estabeleceram como preparatórias para o ingresso nos cursos superiores de Direito e Medicina as matérias de Latim, Francês, Inglês, Filosofia, Matemáticas, História e Geografia. Retórica e Poética era exigida apenas nos preparatórios aos cursos de Direito.



superiores dentro dos três primeiros anos. O governo provincial obrigava-se a ceder gratuitamente o domínio da chácara e casa onde funcionara o Liceu, pagar uma subvenção de 3:000\$000 réis anuais e deixar aos padres inteira e plena liberdade na direção e administração interna do colégio, bem como na direção do ensino, fosse na escolha dos compêndios ou na distribuição das horas das aulas.<sup>64</sup> O sucessor de Francisco José de Oliveira, Alexandre Rodrigues da Silva Chaves, ao assumir a Presidência da Província propôs ao Pe. Razzini a modificação de alguns pontos do contrato. O item referente à direção do ensino foi alterado, passando o Presidente da Província a ter direito de *intervir na administração e direção do ensino, na parte que fosse tendente à sua moralidade e legalidade*.<sup>65</sup> Percebe-se mais uma vez a preocupação do Estado em fiscalizar a ação dos jesuítas.

A 3 de fevereiro de 1865, com 53 alunos matriculados, abriu-se o Colégio Santíssimo Salvador. No primeiro ano funcionaram as cadeiras de Matemáticas, Geografia e História, Grego, Francês, Inglês e Latim. As cadeiras de Francês, Inglês e Matemáticas, que constituíam o antigo Liceu, funcionaram inicialmente no mesmo prédio, depois em edifício alugado pelos cofres públicos como cadeiras avulsas. Assim, por algum tempo os jovens tiveram a possibilidade de optar pelo ensino de Francês, Inglês e Matemáticas dos jesuítas ou dos três professores remanescentes do Liceu. Segundo Müller, *no primeiro ano quase a totalidade da juventude estudiosa se transferiu para o Colégio dos Jesuítas, ficando apenas uns poucos fiéis aos três professores*, mas no ano seguinte vários ex-alunos, além de novos voltaram à eles.<sup>66</sup>

O artigo 3º da lei nº 540 previa que as três cadeiras poderiam ser removidas da Capital caso não fossem freqüentadas por no mínimo

---

<sup>64</sup> Contrato celebrado pelo Vice-Presidente da Província, Francisco José de Oliveira, com o Reverendo Padre Jacques Razzini. In.: Relatório à ALP pelo Presidente da Província, Alexandre Rodrigues da Silva Chaves, em 01.03.1865.

<sup>65</sup> Aditivo ao contrato realizado entre o governo provincial e o Pe. Razzini, datado de 27.04.1864. In.: Relatório à ALP pelo Presidente da Província, Alexandre Rodrigues da Silva Chaves, em 01.03.1865.

<sup>66</sup> Carta-biográfica escrita em 1892 por Fritz Müller para um amigo em Munique, publicada em *Blumenau em Cadernos*, nº 25, Blumenau, maio/93.

oito alunos. O professor de Francês, João José das Rosas Ribeiro de Almeida, talvez prevendo o uso político que poderia ser realizado utilizando-se tal artigo, reclamou à Assembléia a revogação do mesmo, sem ser atendido. Os três professores, Anphiloquio Nunes Pires, João José das Rosas Ribeiro de Almeida e Fritz Müller, criticaram pela imprensa as diretrizes traçadas para o funcionamento do colégio dos jesuítas. Criticaram, por exemplo, as férias passadas no colégio, a obrigação do uniforme cortado e confeccionado pelo alfaiate oficial do estabelecimento e também o programa de ensino, classificado como uma *pílula dourada, (...), feita no intuito de só atrair ao seu Colégio os incautos e os inexperientes*.<sup>67</sup>

A cadeira avulsa de Inglês, regida pelo conservador Anphiloquio Nunes Pires, foi removida para Lages em abril de 1865 pelo Presidente da Província, o liberal Alexandre Rodrigues da Silva Chaves, alegando que a mesma não era frequentada pelo número de alunos exigidos pela lei. Mas, no princípio de 1867 o Presidente da Província, Adolpho de Barros Cavalcanti de Albuquerque Lacerda, fez retornar a cadeira de Inglês para Desterro, pois, segundo ele, *sem nenhum proveito funcionava na cidade de Lages*.<sup>68</sup> Fica claro o que Ribeiro de Almeida temia, ou seja, o destino das três cadeiras passava a depender, mais do que do número de alunos, dos interesses do partido do Presidente da Província.

A permanência das três aulas avulsas, também oferecidas no Colégio Santíssimo Salvador, criava embaraços não só aos dirigentes locais como aos jesuítas e aos três professores. Fritz Müller assim se expressou:

*Toda esta situação foi-nos muito desagradável e por isso, em 1867 eu dirigi uma carta à Assembléia Provincial*

---

<sup>67</sup> Jornal O DESPERTADOR, Desterro, 25.11.1864.

<sup>68</sup> Relatório à ALP pelo Presidente da Província, Adolpho de Barros Cavalcanti de Albuquerque Lacerda, em 01.05.1867.

*pedindo que se pusesse um ponto final a esta situação e que nós professores fossemos aproveitados com algo mais agradável. De minha parte eu me oferecia para fazer novas experiências no cultivo de plantas, para o que nosso clima seria propício e com excursões pelas redondezas da Província estudar a natureza existente.*

*Como nós fazíamos uma concorrência incômoda aos patrocinadores dos devotos padres, a Assembléia com prazer concordou com esta proposta.*<sup>69</sup>

Ao abrir os trabalhos legislativos de 1867, Albuquerque Lacerda mencionou a necessidade de se tomar alguma medida em relação às cadeiras avulsas, pois, *a espécie de abandono a que elas ficaram reduzidas depois da extinção do Liceu*, não deveria de forma alguma continuar.<sup>70</sup> Para ele ou se as suprimia definitivamente ou se lhes dava a *animação* de que precisavam, aproveitando a *aptidão e bons desejos* dos professores, tornando *profícua a despesa* que com elas se fazia.<sup>71</sup> O legislativo considerou melhor extingui-las, mantendo a vitaliciedade dos professores. O professor de Matemáticas, Fritz Müller, foi encarregado de explorar as riquezas naturais de Santa Catarina e cultivar sementes e mudas de plantas para serem distribuídas pela Província. O professor de Inglês, Anphiloquio Nunes Pires, foi nomeado para oficial maior da Secretaria do Governo e o professor de Francês, João José Rosas Ribeiro de Almeida, tornou-se bibliotecário da Biblioteca Provincial.<sup>72</sup>

Quanto ao Colégio Santíssimo Salvador, em novembro de 1865 o Imperador Dom Pedro II, de passagem por Desterro, foi visitá-lo e

---

<sup>69</sup> Carta-biográfica dirigida em 1892 por Fritz Müller para um amigo em Munique, publicada em *Blumenau em Cadernos*, nº 25, Blumenau, maio/1983.

<sup>70</sup> Relatório à ALP pelo Presidente da Província, Adolpho de Barros Cavalcanti de Albuquerque Lacerda, em 01.05.1867.

<sup>71</sup> Ibidem.

<sup>72</sup> Lei Provincial nº 585, de 15.05.1867 e Relatório do Vice-Presidente da Província, Francisco José de Oliveira, ao Presidente da Província, Adolpho de Barros Cavalcanti de Albuquerque Lacerda, de 09.10.1867.

interrogou alguns alunos. O jornal conservador, O DESPERTADOR assim narrou a inspeção aos alunos:

*Sua Majestade dirigiu-lhes algumas perguntas sobre gramática latina, francês, inglês e tão mal satisfizeram as perguntas que S. M. perguntou se não sabiam mais do que aquilo que imperfeitamente respondiam (...) Os que mais souberam eram antigos alunos do Liceu e S. M. deixando a cadeira recomendou aos RR. que fossem mais cuidadosos na instrução dos seus colegiais.<sup>73</sup>*

Não faltaram críticas ao trabalho dos jesuítas e tendo aparecido num dos jornais locais *algumas censuras que tendiam a desconceituar o estabelecimento*, o diretor do colégio solicitou ao Presidente da Província a realização de *um inquérito, a fim de destruir no espírito público a má impressão deixada por tais acusações, caso fossem julgadas sem fundamento.*<sup>74</sup> No duplo interesse do próprio colégio e da Província, que o (subvencionava), o Presidente da Província nomeou uma comissão<sup>75</sup> e a partir do parecer desta o Presidente afirmou *que eram infundadas as censuras, e que o colégio (achava-se) nas condições mais desejáveis em estabelecimento (daquela) ordem.*<sup>76</sup>

Era pouco provável que uma comissão nomeada pelo Presidente da Província fosse dar parecer contrário a uma iniciativa do seu partido. Contudo, as críticas não pareciam tão infundadas pois um ano depois o próprio Albuquerque Lacerda admitiu que:

<sup>73</sup> Jornal O DESPERTADOR, Desterro, 11.11.1865.

<sup>74</sup> Relatório à ALP pelo Presidente da Província, Adolpho de Barros Cavalcanti de Albuquerque Lacerda, em 01.05.1867.

<sup>75</sup> Esta comissão foi composta pelo Inspetor da Tesouraria João Francisco de Souza Coutinho, pelo Major Afonso de Albuquerque Mello e pelos Drs. Duarte Paranhos Schutel e Olímpio Adolpho de Souza Pitanga. In.: Relatório à ALP pelo Presidente da Província, Adolpho de Barros Cavalcanti de Albuquerque Lacerda, em 01.05.1867.

<sup>76</sup> Ibidem.

*Este estabelecimento marcha com regularidade; mas não tem feito grande progresso, conforme é reconhecido pelo respectivo diretor, e se pode inferir do número de alunos que o frequentaram durante o ano.*<sup>77</sup>

Nessa época pagou-se um auxílio de 4:500\$000 réis para obras no colégio embora o Presidente da Província não fosse favorável a tal despesa:

*não me parece muito justificável o dispêndio feito pela Província com o aumento de acomodações de um colégio particular, posto que subvencionado pelos seus cofres, quando tantas obras de mais reconhecido e mais imediato interesse público estão sendo todos os dias adiadas para época mais prospera.*<sup>78</sup>

No relatório apresentado ao seu sucessor em 1870, o 2º Vice-Presidente da Província, o conservador Manoel do Nascimento da Fonseca Galvão, afirmou o seguinte a respeito do colégio dos jesuítas:

*O colégio dos S. S. Salvador não preenche os fins para que foi criado. A instrução especial, que aí se dá, prepara o espírito somente para a vida religiosa, e não sei se devido a esta causa, ou a outras, que o estabelecimento tem perdido toda a frequência, de maneira que o número de seus alunos eleva-se a pouco mais de 12 internos, sendo a maior parte deles filhos de outras Províncias. A reorganização pois do Liceu, sob bases mais regulares, é, no meu entender, uma necessidade palpitante que muito*

---

<sup>77</sup> Relatório à ALP pelo Presidente da Província, Adolpho de Barros Cavalcanti de Albuquerque Lacerda, em 01.03.1868.

<sup>78</sup> Ibidem.

*concorrerá para o melhoramento deste ramo do serviço público.*<sup>79</sup>

Analisando-se o número de alunos matriculados no colégio no ano de 1866, verificou-se que dentre as cadeiras oferecidas nesse ano, Matemáticas, Geografia e História, Retórica, Grego, Francês, Inglês, Latim e Catecismo, as duas últimas obtiveram o maior número de alunos. Tais dados parecem ter dado motivos para o Presidente da Província afirmar que estava dando-se prioridade à formação religiosa. Quanto à origem geográfica dos alunos parecia estar acontecendo o ocorrido no primeiro colégio, ou seja, atendia mais estudantes de outras Províncias do que os catarinenses.

Segundo CABRAL, a imprensa não só publicou o relatório de Fonseca Galvão como admitiu em suas colunas ataques aos padres da Companhia.<sup>80</sup> André Cordeiro de Araújo Lima, liberal que sucedeu Fonseca Galvão, nomeou então outra comissão<sup>81</sup> para examinar e emitir um parecer sobre o colégio, pois, segundo ele, era voz geral que este estabelecimento *não satisfazia cabalmente o seu fim*.<sup>82</sup>

Dirigiu-se a comissão ao colégio, onde o diretor, segundo relatório de Araújo Lima, negou-se a apresentar alguns alunos para serem examinados. De modo geral a congregação jesuíta não se submetia a ingerência civil em seus estabelecimentos, haja vista sua maior autonomia frente ao Estado. Apresentar alguns alunos para serem avaliados seria submeter-se a uma arbitrariedade que não podiam consentir. Frente a essa atitude o Presidente da Província suspendeu a subvenção a eles concedida pelos cofres públicos:

---

<sup>79</sup> Relatório do 2º Vice-Presidente da Província, Manoel do Nascimento da Fonseca Galvão, ao Presidente da Província, André Cordeiro de Araújo Lima, em 03.01.1870.

<sup>80</sup> CABRAL, O. R. Op. cit. p. 73.

<sup>81</sup> Esta comissão era composta por Anphilóquio Nunes Pires, Dr. Olympio Adolpho de Souza Pitanga, Dr. José Cândido Lacerda Coutinho, Capitão Eugênio Frederico de Lossio e Seilbtz e João José Rosas Ribeiro de Almeida.

<sup>82</sup> Relatório à ALP pelo Presidente da Província, André Cordeiro de Araújo Lima, em 25.03.1870.

*Neste procedimento enxergaram os padres premeditada oposição ao Estabelecimento, e declararam, ainda oficialmente, que não continuariam com o colégio depois do fim deste mês. (...) Julgo conveniente, Senhores, que, desde já autorizeis o restabelecimento do extinto Liceu, bem como a dar-lhe um regulamento que, quanto for possível, lhe garanta estabilidade.*<sup>83</sup>

Em 21.03.1870 aceitou o Presidente a rescisão do contrato, fechando-se, assim, o colégio dos jesuítas em Desterro. Segundo um parecer da Comissão de Instrução Pública da Assembléia Legislativa Provincial de 05.04.1870, foi dirigida ao legislativo uma petição assinada por noventa pessoas - pais, mães e protetores dos alunos do Colégio Santíssimo Salvador - suplicando a restauração do contrato e o aumento da subvenção ao colégio, a qual, segundo os peticionários, por ser insuficiente, impunha aos padres sacrifícios que os impossibilitavam de manter o colégio. A Comissão encarregada de emitir parecer ponderou que mais da metade dos signatários da petição não poderia ser considerada pai, mãe ou protetor dos alunos, porque o número de alunos do colégio era inferior a quarenta. Ponderou ainda que o contrato era oneroso e desvantajoso à Província e que a rescisão havia sido proposta pelos próprios padres. Antes de indeferir a petição a comissão transferiu à Assembléia e ao governo provincial a responsabilidade pelos novos encaminhamentos a serem dados ao ensino secundário:

*quanto ao prejuízo resultante aos alunos, confia demasiado esta Comissão na solicitude e patriotismo desta*

---

<sup>83</sup> Ibidem.

*Assembléia e do Governo Provincial para esperar que lhe será facultado pronto e acertado remédio.*<sup>84</sup>

Na sessão de 11 de abril de 1870 da Assembléia Legislativa houve a apresentação de um projeto de restauração do colégio dos jesuítas, porém o mesmo foi, segundo CABRAL, fortemente contrariado:

*A idéia de se reabrir o Liceu, também surgida na época, mereceu fortes repulsas de certo grupo de deputados, pois iria custar nada menos de uma dúzia de contos ao Governo, por ano, e nem toda gente estava convencida da excelência dos serviços que viria a prestar.*<sup>85</sup>

Precariedade financeira, intrigas políticas, poder público centralizado, alta rotatividade dos Presidentes da Província, dificultavam a organização e manutenção do ensino público secundário. Os administradores, secundados certamente por determinados setores dirigentes locais interessados na instrução de seus filhos, optaram por apoiar uma iniciativa particular.

#### **4. Subvenção à particulares - Colégio da Conceição (1872-1874)**

Com o fechamento do Colégio Santíssimo Salvador a instrução pública da Província reduziu-se às escolas de instrução primária e o Estado, parece, via-se incapaz de num período curto reorganizar o ensino público secundário. No final de 1871 o Presidente da Província,

---

<sup>84</sup> Parecer da Comissão de Instrução Pública, datado de 05.04.1870 e assinado pelos deputados José Cândido de Lacerda Coutinho, José Bonifácio Caldeira de Andrade e José Higino Duarte Pereira.

<sup>85</sup> CABRAL, O. R. Op. cit. p. 82.



o liberal Joaquim Bandeira de Gouveia, concedeu provisoriamente o prédio e a chácara do extinto Liceu ao Capitão Tenente Jacinto Furtado Paes Leme a fim de que estabelecesse um colégio de instrução secundária para o sexo masculino, oferecendo também instrução primária.

Segundo O DESPERTADOR, Paes Leme havia chegado há pouco à Desterro, proveniente do Rio de Janeiro,

*com a louvável pretensão de estabelecer um colégio em grande escala, sob a direção de sua Senhora, com a denominação de - Colégio da Conceição -, onde a mocidade desta capital e de fora dela adquiram a educação e instrução convenientes de preparatórios para poderem seguir estudos superiores.<sup>86</sup>*

Segundo o mesmo jornal,

*as garantias que tem este colégio a seu favor, são as boas qualidades pessoais e sociais que reúne o seu ilustre protetor, já bem conhecido em nossa capital, além da sua elevada inteligência e reconhecida moralidade.<sup>87</sup>*

A esposa de Paes Leme, D. Rosalina Vilela Paes Leme, era filha de velha e distinta família desterrense.<sup>88</sup> Numa época em que a maioria dos cargos diretivos era ocupada por homens, o fato de uma mulher dirigir um colégio secundário destinado exclusivamente a rapazes era algo inovador.

No dia 13.04.1872, data prevista para o início das aulas no Colégio da Conceição, com alunos pensionistas, semi-pensionistas e

---

<sup>86</sup> Jornal O DESPERTADOR, Desterro, 13.04.1872.

<sup>87</sup> Ibidem.

<sup>88</sup> CABRAL, O. R. Op. cit. p. 88.

externos, foram publicados seus Estatutos. Os dois artigos do capítulo II expressavam claramente os objetivos do colégio:

*Art. 1º O fim da instituição é ser útil à humanidade, instruindo a mocidade do sexo masculino em todas as matérias que são exigidas como preparatórias às diversas academias do Império. Art. 2º A instrução moral e religiosa será dada à mocidade com todo o cuidado, tanto pelos preceitos, como pelos exemplos, e com igual esmero desenvolverá a inteligência da mesma mocidade.*<sup>89</sup>

As matérias a serem ensinadas no curso secundário, segundo os Estatutos, seriam Latim, Francês, Inglês, Aritmética, Álgebra, Geometria, História, Geografia, Retórica e Filosofia. Haveria ainda aulas de Ginástica, Alemão, Desenho e Música Instrumental, as três últimas pagas separadamente.

Nesse mesmo período houve algumas outras iniciativas de particulares no estabelecimento de cadeiras de ensino secundário. Em 02 de abril foi publicado no DESPERTADOR o anúncio de Francisca Carolina Wellington a qual participava aos pais de família da Capital que pretendia abrir um colégio de meninas, de instrução primária e secundária, sob a denominação de Colégio Conceição. Seu marido, Guilherme Henrique Wellington, anunciava o estabelecimento de um colégio de meninos - Colégio Catarinense. Ambos funcionariam à rua da Paz, nº 7.

O DESPERTADOR elogiou as iniciativas e buscou motivar os pais:

*Fazemos votos para que todos esses estabelecimentos prosperem, e os pais de família devem estar bastante*

---

<sup>89</sup> Jornal O DESPERTADOR, Desterro, 13.04.1872.

*satisfeitos com a fundação de tão úteis estabelecimentos, pelo incalculável proveito que hão de colher na educação e instrução dos seus filhos. (...)*

*Já não se pode lamentar a falta de estabelecimentos de educação primária e secundária em nossa capital; o que convém agora é que o público trate de animá-los com sua valiosa proteção, a fim de que não sucumbam ao nascer.<sup>90</sup>*

Em 23 de abril, e nos dias posteriores, foi publicado o anúncio de Bernardo Francisco Broring, aceitando alunos para as cadeiras de Alemão, Francês, Geografia, Aritmética (até equações do 2º grão, compreendendo o sistema métrico e planimetria), Gramática Portuguesa e Correspondência. A taxa era de 10\$000 réis mensais. Caso houvesse interessados ofereceria ainda *lições de Latim, História Geral, Matemática, etc., por preços módicos.*<sup>91</sup> Nem todas essas iniciativas tiveram êxito ou vida prolongada,<sup>92</sup> mas evidenciavam, sem dúvida, que havia demanda para o ensino secundário.

Quanto ao Colégio da Conceição, além da cessão do prédio do extinto Liceu, o mesmo não recebeu, de imediato, nenhuma ajuda financeira dos cofres públicos. Cobrava 100\$000 réis, por trimestre, dos alunos pensionistas, 60\$000 réis dos semi-pensionistas e 18\$000 réis dos externos, sendo a instrução primária gratuita para os alunos externos.<sup>93</sup> Aos pais de família que matriculassem mais de um filho no colégio era feito um abatimento nas mensalidades. Embora funcionasse num prédio provincial, era um colégio secundário estritamente particular, cobrava tanto dos internos como dos externos.

<sup>90</sup> Jornal O DESPERTADOR, Desterro, 13.04.1872.

<sup>91</sup> Ibidem, 23, 27 e 30.04 e 04, 07 e 11.05.1872.

<sup>92</sup> O Colégio Catarinense é que teve existência mais longa, fechou em meados de 1874, quando abriram-se as portas do Atheneu.

<sup>93</sup> Estatutos do Colégio da Conceição, publicados no jornal O DESPERTADOR de 13.04.1872. No final de 1873, o preço anunciado nos jornais era de 75\$000 réis trimestrais para os pensionistas, 45\$000 para os semi-pensionistas e 9\$000 para os externos de instrução primária. Aos externos de instrução secundária a matrícula era gratuita.

Em maio de 1872 o legislativo aprovou a lei nº 685 autorizando o Presidente da Província a contratar D. Rosalina Vilela Paes Leme ou quem melhores vantagens oferecesse, para o estabelecimento de um colégio de instrução secundária, gratuito aos externos, mediante subvenção de 2:400\$000 réis anuais e a cessão do prédio e da chácara do extinto Liceu, pelo tempo que durasse o colégio. O contrato acabou sendo realizado com a própria D. Rosalina em dezembro desse ano, durante o governo de Manoel do Nascimento da Fonseca, para o qual

*A falta de um estabelecimento de instrução secundária em uma Província cujos empregos exigem o conhecimento de certas matérias, tornava-se de dia em dia mais palpitante.*<sup>94</sup>

No final de 1872 e início de 1873 O DESPERTADOR publicou o seguinte anúncio do Colégio da Conceição:

*A diretora deste estabelecimento faz ciente ao respeitável público que, em virtude do contrato feito com a Província, serão lecionadas neste colégio desde janeiro de 1873 em diante gratuitamente todos os alunos que como externos quiserem frequentar as aulas de Latim, Francês, Inglês, Aritmética, Álgebra, e Geometria, pelo que acha-se aberta desde já a competente matrícula.*<sup>95</sup>

Assim, a partir de 1873, o Colégio da Conceição passou a ser subvencionado pelos cofres públicos, oferecendo gratuitamente as aulas de Latim, Francês, Inglês e Matemáticas, a todos os alunos que como externos as quisessem frequentar. A primeira era regida pelo Reverendo

---

<sup>94</sup> Relatório do 2º Vice-Presidente da Província, Manoel do Nascimento da Fonseca Galvão, ao 3º Vice-Presidente, Ignácio Accioli de Almeida, em 27.01.1873.

<sup>95</sup> Jornal O DESPERTADOR, Desterro, 24 e 28.12.1872 e 07, 11 e 14.01.1873.

José Leite Mendes de Almeida, que posteriormente seria professor da mesma cadeira no Atheneu, a segunda por Gustavo Nunes Pires, a terceira por Carlos João Watson, nomeado posteriormente para a cadeira de História e Geografia do Atheneu, e a quarta por Eugênio de La Matinière. Em 1873 frequentaram o colégio 64 alunos de instrução primária e 44 de instrução secundária.<sup>96</sup> Com relação ao exames finais desse ano, para os quais foram convidados, pelos jornais, todos os interessados em assisti-los, um pai de família, tendo participado, *não só por simples recreio*, mas também para certificar-se do que se dizia a respeito do progresso que tal estabelecimento apresentava no curto espaço de onze meses, comentava, em artigo do DESPERTADOR, que havia ficado surpreendido por ver que tudo que se dizia era realidade, *pois quase todos os alunos se apresentaram com muita presença de espírito, respondendo às perguntas que se lhes faziam*.<sup>97</sup> O Presidente da Província, João Thomé da Silva, também assistiu a esses exames e formou *juízo favorável à direção do estabelecimento*.<sup>98</sup>

Novos fatos, porém, como veremos no próximo capítulo, precipitaram a substituição do Colégio da Conceição por um novo colégio.

---

<sup>96</sup> In: PAIVA, Pe. Joaquim Gomes de Oliveira e. *Notícia geral da Província de Santa Catarina*. Desterro, Tipografia da Regeneração, 1873. p. 9 (notas)

<sup>97</sup> Jornal O DESPERTADOR, Desterro, 23.12.1873.

<sup>98</sup> Falla à ALP pelo Presidente da Província, João Thomé da Silva, em 25.03.1874.

## SEGUNDA PARTE: O ATHENEU PROVINCIAL (1874-1883)

### CAPÍTULO III - A MODERNIZAÇÃO DE DESTERRO E A CRIAÇÃO DO ATHENEU PROVINCIAL

O processo de urbanização desencadeado a partir do desenvolvimento econômico da década de 1850, o crescimento demográfico, a ampliação dos espaços de cultura e lazer e a implantação de novos serviços urbanos<sup>1</sup> nas décadas de 1870 e 1880, conferiram a cidade um aspecto mais evoluído e moderno. Em 1880, segundo BOITEUX, Desterro possuía oito praças, 47 ruas, quatro travessas, oito becos, oito igrejas e capelas, treze prédios gerais e cinco provinciais, um cemitério evangélico e 1750 prédios urbanos dos quais 136 assobradados.<sup>2</sup>

Frente a desejada “modernização” da cidade e ao crescimento demográfico colocou-se para os dirigentes da época, interessados na manutenção da ordem pública, a necessidade de disciplinar e controlar o espaço e a população urbana. A instrução, ao lado do aparato policial

---

<sup>1</sup> Em 1874 os lampeões de gás são substituídos por lampeões à querosene; 1878 é instalado o primeiro telefone na Casa do Palácio; 1880 é inaugurada uma linha de bondes.

<sup>2</sup> BOITEUX, Lucas Alexandre. *Notas para a história catarinense*. Florianópolis, Tipografia a vapor da Livraria Moderna, 1912. p. 387.

e da Igreja, apresentavam-se como meios de prevenir a indesejada desordem:

*Não é somente a ignorância que gera entre nós a prática e frequência do crime, é sim também o enfraquecimento, e quase ausência do princípio de autoridade, e a falta de religião.<sup>3</sup>*

O desenvolvimento intelectual e principalmente moral da população, através da instrução, era condição de progresso e civilização:

*Por mais graves que sejam os assuntos que devam atrair a vossa atenção, nenhum de certo mais elevado e importante do que aquele que se refere ao desenvolvimento moral da sociedade, e que modernamente constitui uma aspiração de todos os povos, um programa de todos os governos, pela sua influência prodigiosa na civilização e no progresso de qualquer país.*

*É na verdade a instrução pública a grande preocupação dos espíritos devotados à emancipação da inteligência, e à prosperidade social. Somente ela pode dar ao cidadão a consciência de seus deveres, imprimir em seus atos o selo de sua dignidade, torná-lo incompatível com o crime, e fazê-lo apto para os diversos misteres da vida pública.<sup>4</sup>*

Para BARROS os homens das décadas de setenta e oitenta se propõem, realmente, a “ilustrar” o país; a “iluminá-lo” pela ciência e pela cultura; a fazer das escolas “focos de luz”, donde haveria de sair

---

<sup>3</sup> Falla à ALP pelo Presidente da Província, João Tomé da Silva, em 25.03.1874.

<sup>4</sup> Falla à ALP pelo Presidente da Província, João Capistrano Bandeira de Mello Filho, em 01.03.1876.

*uma nação transformada.*<sup>5</sup> Destinava-se, a educação, a colocar o país ao nível do século.<sup>6</sup>

Dentre os temas que permearam o discurso e a ação dos dirigentes e responsáveis pela instrução catarinense nas décadas de 1870 e 1880 destaca-se a liberdade, a secularização e a obrigatoriedade do ensino. O decreto imperial 1.331A de 17.02.1854 reformou o ensino primário e secundário na Corte e estabeleceu a obrigatoriedade do ensino. Em seguida algumas Províncias também a adotaram. Em Santa Catarina, embora o Regulamento da Instrução Pública de 29.04.1868 copiasse quase integralmente o decreto 1.331A, não adotou-se a obrigatoriedade do ensino. Havia, no entanto, fervorosos defensores da mesma:

*Contra o ensino obrigatório invoca-se o direito dos pais e a liberdade do pátrio poder. (...) Pois, que faz o Estado na presença do pai embriagado ou doido? Tutela-lhe o filho. Que faz quando o pai lhe nega os alimentos? Obriga-o a ministrar-lhe. Recusareis ao Estado estes direitos em virtude da liberdade paterna? (...) O pai pois que nega a seu filho a instrução primária deixou de ser pai, rasgou a carta divina do seu poder. O direito que afirmais, é o direito do mais asqueroso dos parricidas, do parricida moral.*<sup>7</sup>

Em 1874, no discurso dirigido aos deputados que pouco depois tornaram lei a obrigatoriedade do ensino,<sup>8</sup> o Presidente da Província também a defendeu:

<sup>5</sup> BARROS, Roque Spencer Maciel de. *A ilustração brasileira e a idéia de universidade*. São Paulo, Convívio/EdUSP, 1986. ps. 9-10.

<sup>6</sup> Ibidem. p. 11.

<sup>7</sup> Relatório do Inspetor da Instrução Pública ao Presidente da Província, em 14.02.1872.

<sup>8</sup> Lei Provincial nº 699, de 11.04.1874, estabeleceu que todo aquele que tivesse em sua companhia, nas Cidades e Vilas da Província, menino maior de 7 anos e menor de 14, e menina maior de 7 e menor de 10, era obrigado a dar-lhes instrução primária, sob pena de multa. No decorrer dos anos elaboraram-se novas leis estabelecendo a obrigatoriedade do ensino, evidenciando a dificuldade em torná-la efetiva.



*Tornar a instrução primária uma obrigação legal, é uma necessidade. Pretender o contrário, em consideração ao direito paterno e liberdade individual, (...) é patrocinar a idéia de que alguém tenha a liberdade de criar óbices ao aperfeiçoamento moral da humanidade, à civilização da nação, à perfectibilidade do espírito.<sup>9</sup>*

Quanto à liberdade de ensino, embora já fosse permitida a abertura de escolas particulares<sup>10</sup> sob autorização e inspeção do Estado, em 1868 estabeleceu-se claramente a liberdade do ensino particular e a sua animação.<sup>11</sup> Qualquer pessoa poderia abrir aula particular e ensinar livremente aquilo que não se opusesse às leis do país e a moralidade pública. Em 1871 o Inspetor da Instrução Pública, Sérgio Lopes Falcão, argumentou que o Estado deveria *dar a mão, o conselho, o auxílio e a força* para a iniciativa particular:

*Esta é a grande e indispensável reforma; porque a situação atual do ensino, fundada na ação direta do Estado, anacronismo de meio século, não poderá por forma alguma resolver-se o problema da instrução primária (darei) no Brasil.<sup>12</sup>*

Para João Tomé da Silva, Presidente da Província, o ensino *era uma indústria, e o princípio da liberdade de indústria* deveria ser uma realidade.<sup>13</sup> A contribuição da imprensa livre ao progresso e à civilização foi um argumento utilizado na defesa no ensino livre:

*A imprensa também exerce a alta e poderosa influência na marcha e destinos da sociedade; e todavia o direito de*

<sup>9</sup> Falla à ALP pelo Presidente da Província, João Tomé da Silva, em 25.03.1874.

<sup>10</sup> A permissão para abertura de escolas primárias particulares, algumas subvencionadas pelo poder público, deveu-se grandemente a pressão das colônias de imigrantes.

<sup>11</sup> Lei Provincial nº 600, de 13.04.1868.

<sup>12</sup> Relatório do Inspetor da Instrução Pública ao Presidente da Província, em 01.03.1871.

<sup>13</sup> Falla à ALP pelo Presidente da Província, João Tomé da Silva, em 25.03.1874.

*livre publicação é reconhecido como uma garantia social; longe de ser um mal a liberdade de imprensa é “uma fonte perene de luzes e bem ser social”.*<sup>14</sup>

A liberdade do ensino colocava-se como uma necessidade haja vista o Estado não dar conta de atender a demanda, principalmente dos núcleos de imigrantes, compostos em sua maioria de famílias protestantes.

Ensino primário livre e secular foi uma das bases estabelecidas para a reforma da instrução pública em 1880. A legislação anterior, contudo, já facultava aos filhos de famílias protestantes participar ou não do estudo da religião e da prática de atos religiosos das escolas públicas. Durante a discussão do novo Regulamento da Instrução Pública, em 1880, uma comissão considerava que a secularização do ensino estava sendo interpretada equivocadamente ao proibir qualquer ensino religioso nas escolas primárias. Discordava dessa interpretação e solicitava que a doutrina cristã continuasse a figurar entre as matérias do ensino primário:

*A religião é o grande eixo sobre que se volvem as sociedades bem constituídas, é o elo que as une, o vínculo que as aperta e sustenta. Os princípios da religião não devem ser ignorados por um povo que aspira aos foros de civilizado, e a religião católica, que é e ainda será por muito tempo a da grande maioria deste povo, deve ser-lhe explicada.*<sup>15</sup>

Percebe-se que apesar do discurso da secularização o Estado não abria mão da formação religiosa, indispensável na constituição de indivíduos moralmente úteis ao Estado Nacional em formação:

---

<sup>14</sup> Ibidem.

<sup>15</sup> Relatório da Comissão de Instrução Pública, de 15.06.1880.

*O que convém é não tornar-se obrigatório o ensino dela a todos indistintamente: deixe-se ao pai acatólico a liberdade de declarar que não quer que seus filhos assistam a tais lições, e é quanto basta em homenagem á liberdade de crenças.*<sup>16</sup>

A secularização no ensino não implicava, portanto, a exclusão do ensino religioso. Visava garantir a predominância dos interesses civis e afastar o perigo do monopólio religioso, pois este poderia colocar em risco a formação de cidadãos brasileiros identificados com os interesses nacionais:

*secularização quer dizer que o ensino público não será confiado à congregações religiosas que o monopolizem, preparando fanáticos em vez de preparar cidadãos.*<sup>17</sup>

Outro indício do processo de secularização do ensino foi a não mais exigência de o professor público interino professar a religião católica.<sup>18</sup> Essa disposição legal não deve ter sido bem recebida pelos dirigentes católicos, afetando as relações entre Igreja e Estado. Segundo NASCIMENTO, *havia um certo desconforto nas relações entre Igreja-Estado, e o crescimento do protestantismo não foi só tolerado, como intensamente estimulado pelo Estado monárquico, no bojo da política de substituição de mão de obra escrava.*<sup>19</sup> Os privilégios concedidos aos sacerdotes, como a dispensa das provas exigidas para o exercício do magistério, também começavam a ser criticados. O fato destes não apresentarem *nos seminários, provas de habilitação em aritmética, matéria a mais essencial do curso primário,*<sup>20</sup> era um ponto questionado. A substituição, em 1881, do

---

<sup>16</sup> Ibidem.

<sup>17</sup> Ibidem.

<sup>18</sup> Artigo 2º da Lei Provincial nº 620, de 04.06.1869.

<sup>19</sup> NASCIMENTO, Jorge c. *Modernidade pedagógica no Brasil do século XIX*. São Paulo, texto mimeografado.

<sup>20</sup> Relatório do Encarregado da Instrução Pública, João José das Rosas Ribeiro de Almeida, de 15.02.1874.

**cônego** Joaquim Eloy de Medeiros, Diretor Geral da Instrução Pública, pelo **bacharel** Luiz Augusto Crespo, também pode ser indicativo das tensões entre o clero e o Estado.

A discussão e defesa da obrigatoriedade, da liberdade e da secularização do ensino são expressão da influência do ideário liberal, das imigrações não católicas e das tensões entre Igreja e Estado. É no bojo dessas discussões que o governo provincial criou um novo colégio secundário público, o Atheneu Provincial.

### **1. A criação do Atheneu Provincial**

O fechamento brusco do Colégio Santíssimo Salvador em 1870 recolocou na pauta de discussão os rumos da instrução pública secundária em Desterro. Houve debates e discussões em torno do restabelecimento do antigo Liceu Provincial mas, frente à alegada precariedade financeira da Província, a solução adotada foi a subvenção ao Colégio da Conceição, pois de algum modo era preciso oferecer à mocidade da Província e principalmente da Capital um local onde pudesse ilustrar-se e adquirir os elementos iniciais de preparação para assumir os cargos públicos e para prestar os exames aos cursos superiores. No entanto, a instituição das mesas de exames preparatórios nas Províncias em 1873 precipitou a criação de um novo estabelecimento público de ensino secundário.

As aprovações conferidas pelos liceus e colégios provinciais não eram reconhecidas como suficientes para matrícula nos cursos superiores do Império. Era necessário que o pretendente, mesmo tendo concluído os estudos nos Liceus, se submetesse aos exames parcelados de preparatórios, prestados nas próprias Faculdades ou, a partir de

1854, também na Inspetoria Geral da Instrução Primária e Secundária do Município da Corte. Assim, embora tenha sido “descentralizado” pelo Ato Adicional de 1834, o ensino secundário continuou a ser controlado, indiretamente, pelo governo geral, que definia as matérias dos preparatórios, pois a maioria dos estabelecimentos provinciais e particulares de ensino secundário restringia seu currículo às matérias exigidas nos exames de ingresso aos cursos superiores.

Os exames de preparatórios eram realizados, no início da década de 1870, em apenas quatro pontos do país - Corte, São Paulo, Pernambuco e Bahia - cabendo aos estudantes deslocarem-se para um desses locais para realizá-los. Muitas vezes, porém, os inscritos não eram imediatamente chamados às provas devido ao grande número de interessados. Esta problemática levou o Ministro e Secretário dos Negócios do Império, João Alfredo Corrêa de Oliveira, a ponderar junto a Sua Majestade Imperial:

*É de conveniência geral que os habitantes de qualquer Província, que pretendam seguir os cursos superiores, possam, mais próximos da família e sob a vigilância desta, estudar os preparatórios e fazer os respectivos exames, sem que tenham necessidade de ir a algum dos quatro únicos pontos do Império em que prestam-se tais exames. Esta necessidade impede a muitos a carreira literária e científica em que viriam a ser distintos, porque (...) seus pais não podem ou temem mandá-los para as cidades em que se fazem os estudos e exames preparatórios; dificulta a carreira de outros pelos sacrifícios a que são obrigados para irem às ditas cidades; torna precipitados os estudos, que pausadamente, se segundo as inclinações de cada um, melhor apreciadas*

*com calma e sob as vistas dos pais ou protetores dos estudantes, poderiam ser mais proveitosos.*<sup>21</sup>

Para evitar semelhantes inconvenientes e atender às reivindicações provinciais,<sup>22</sup> o Ministro sugeriu a criação de comissões de exames gerais de preparatórios nas Províncias onde não havia Faculdades, as quais, segundo ele, concorreriam para o desenvolvimento das instituições de instrução secundária, públicas e particulares e para a uniformidade do ensino.<sup>23</sup> Assim, visando facilitar aos estudantes os meios de realizarem os exames preparatórios e, ao mesmo tempo, desenvolver o ensino secundário nas Províncias, o governo publicou o Decreto Imperial nº 5.429, de 02.10.1873, criando comissões de exames gerais de preparatórios nas Províncias onde não havia Faculdades.

Logo após a publicação do decreto assumiu a Presidência da Província catarinense João Tomé da Silva, bacharel pela Faculdade de Direito de Olinda onde fora professor de Direito Administrativo. Na primeira *Falla* dirigida à Assembléia Legislativa Provincial em 25.03.1874, a exemplo de muitos de seus precedentes e sucessores, Tomé da Silva argumentou sobre a necessidade de reformar a instrução pública primária e secundária da Província. Suas propostas incluíam liberdade de ensino, ensino primário elementar obrigatório, a criação de uma escola normal para habilitação dos professores e a restauração do antigo Liceu sob a denominação de Atheneu Provincial. Com a publicação do decreto nº 5.429 tornava-se, segundo ele, *de todo o ponto necessário instituir um curso regular dos respectivos estudos, correspondendo-se assim às vistas magnânimas que presidiram á tão salutar concessão.*<sup>24</sup> Comentou ainda que outras Províncias, menos adiantadas que a catarinense, o tinham feito e já estavam fruindo os

---

<sup>21</sup> Decreto Imperial nº 5.429, de 02.10.1873.

<sup>22</sup> A Assembléia Provincial de Minas Gerais já em 1864 reivindicou ao Senado a criação de um conselho de exames preparatórios na capital da Província. In.: HAIDAR, M.L.M. Op. cit. ps.86-7.

<sup>23</sup> Decreto Imperial nº 5.429, de 02.10.1873.

<sup>24</sup> Falla à ALP pelo Presidente da Província, João Tomé da Silva, em 25.03.1874.

benefícios outorgados pelo decreto. Embora o decreto não explicitasse que somente nas Províncias que possuísem estabelecimentos públicos de instrução secundária seriam criadas as mesas, nas fontes pesquisadas<sup>25</sup> esta exigência ficou implícita.

A idéia de restaurar o antigo Liceu sob a denominação de Atheneu Provincial converteu-se assim, em 07 de abril de 1874, em projeto de lei, sob nº 13, assinado pelo deputado e professor José Vicente Carvalho Filho. No dia 14, na 9ª sessão ordinária da Assembléia Legislativa, não havendo quem pedisse a palavra, o projeto foi posto em votação e aprovado em 1ª discussão para passar a 2ª, na qual também foi aprovado no dia 17.<sup>26</sup>

Se no âmbito do legislativo, composto majoritariamente por conservadores, não houve controvérsias, parece que não houve unanimidade na sociedade. No dia da aprovação do projeto foi publicado no DESPERTADOR um artigo, assinado simplesmente por S., onde o autor assim se posicionou em relação ao mesmo:

*Seria uma criação essa que, em outras circunstâncias e não nas em que atualmente se acham os cofres provinciais, daria, não só aos membros da Assembléia que a autorizasse, como ao administrador que a levasse a efeito, um nome digno da gratidão de todos os catarinenses; mas nas circunstâncias porém, em que se acham os cofres provinciais, e nas condições em que infelizmente se acha a mocidade de nossa terra, - é a criação antieconômica e de mera ostentação (...)*<sup>27</sup>

Embora não seja possível identificar o autor do artigo, este representava, possivelmente, uma fração da sociedade tendente a

<sup>25</sup> Entre outros o Parecer da Comissão de Instrução Pública de 29.04.1878 e o Relatório do Inspetor da Instrução Pública, Cônego Joaquim Eloy de Medeiros, de 10.12.1879.

<sup>26</sup> Atas das sessões da ALP, de 1874.

<sup>27</sup> Jornal O DESPERTADOR, Desterro, 17.04.1874.

continuar subvencionando a escola particular. O artigo evidencia a existência de diferentes entendimentos sobre o papel do Estado frente à instrução. Para o autor do artigo um Atheneu ia muito além das necessidades educacionais da mocidade local e havendo um estabelecimento do nível do Colégio da Conceição, *modicamente subvencionado pelos cofres públicos*, a criação do Atheneu era *antieconômica*, devido não só aos gastos com sua montagem, como de sua manutenção, custando, nos seus cálculos, seis vezes mais do que se despendia então com o Colégio da Conceição. Finalizou o artigo dizendo que se fosse consultado a respeito da instrução pública na Província, seu parecer seria de *que se criasse um estabelecimento, à imitação do Colégio da Conceição, para o sexo feminino, que parec(ia) estar aqui ficando no esquecimento*.<sup>28</sup>

O projeto, entretanto, continuou tramitando na Assembléia e, na 12ª sessão ordinária, foi lido e posto em 3ª discussão, sendo aprovado para ser remetido à comissão de redação. No dia 22 de abril, na 13ª sessão foi lida a redação do projeto de lei nº 13, seguindo para sanção do Presidente da Província. O projeto transformou-se na Lei nº 716, de 22.04.1874, reformando a instrução pública secundária catarinense e restaurando o antigo Liceu sob a denominação de Atheneu Provincial.

As aulas no Colégio da Conceição, já não mais dirigido por Dona Rosalina desde maio, mas por seu esposo Jacinto Furtado Paes Leme, foram suspensas a partir de 12 de junho. No dia 26 O DESPERTADOR publicou o primeiro anúncio do Atheneu Provincial, assinado pelo diretor:

*(...) faço público que desde já se acham abertas as matrículas; devendo os Senhores pais, tutores ou protetores dos pretendentes, instruir suas petições com os seguintes documentos: 1º certidão de idade do*

---

<sup>28</sup> Ibidem.



*matriculado; 2º atestado médico declarando não sofrer de moléstia contagiosa ou repugnante; 3º atestado que prove não ter sido expulso de colégio ou aulas que tenha frequentado.*

Sua instalação deu-se no dia 01 de julho, uma quarta-feira, com grande festividade:

*Para tornar-se o ato mais aparatoso, S. Ex. mandou postar em frente ao portão do prédio uma Guarda do Batalhão do Depósito de Instrução, que fez as honras da festa. Todo o espaço entre o portão e o edifício, estava ornado de bandeiras diversas e alguns arcos guarnecidos de flores e ramagem. Viam-se várias girândolas colocadas à entrada do mesmo edifício.<sup>29</sup>*

A instalação do Atheneu Provincial, segunda tentativa do Estado de criar e manter uma escola secundária pública, não subvencionada, era uma oportunidade de afirmar o interesse da administração pública e de determinados grupos sociais na difusão da instrução pública secundária. Prestigiaram o ato de instalação ocorrido ao meio dia o Presidente da Província, o chefe de polícia, chefes de outras repartições, o inspetor da instrução pública, o diretor e lentes do colégio e muitas senhoras, tornando a concorrência numerosa.<sup>30</sup> O Cônego Joaquim Eloy de Medeiros, recém nomeado inspetor da instrução pública, leu um discurso, seguido pelo discurso improvisado do Dr. Genuíno Firmino Vidal, nomeado para a cadeira de Eloquência e Poética, e por breves alocuções de meninos, entre os quais, dois filhos do Sr. Paes Leme, *que mereceram louvores gerais das pessoas presentes*. O Presidente da Província falou brevemente e terminou o ato proferindo, *em altas vozes*, os tradicionais vivas, *à Santa Religião, às Majestades Imperiais e ao Povo Catarinense*. Na seqüência houve um

<sup>29</sup> Jornal O DESPERTADOR, Desterro, 03.07.1874.

<sup>30</sup> Ibidem.

grande banquete, com *diferentes peças de assados, e bem assim doces e vinhos delicados, refrescos, etc.* A noite as pessoas voltaram ao colégio para um *soirée*.<sup>31</sup> Os bailes eram frequentes na época e constituíam-se em ocasiões oportunas para as camadas sociais mais elevadas reunirem-se e demonstrarem o que consideravam ser o ideal do bom comportamento, de civilidade. Dependendo do grau de civilidade demonstrado e dos contatos mantidos, os bailes constituíam-se ainda em oportunidade para ascender socialmente.

Para O DESPERTADOR, um dos periódicos do partido conservador, *o ato de instalação do Atheneu foi esplêndido, e a solene festa, poderia ser chamada popular*.<sup>32</sup> Fruto de uma administração do partido conservador os periódicos representantes desta facção elogiaram a iniciativa. A oposição, contudo, que conseguia manter seu periódico sem apoio do poder público, não viu com o mesmo entusiasmo a iniciativa:

*Ontem efetuou-se a instalação do Atheneu. Dizem-nos que houve grande festa. As repartições públicas ficaram desertas com grave prejuízo do serviço público, e não faltaram os discursos, os assados, os bolinhólos, foguetes e mesmo guarda de honra! Só não haviam alunos para as aulas secundárias. Que palhaçada! E vai a província despender uma boa soma anualmente, para contentar a vaidade do Sr. João Thomé que quer deixar em toda parte para onde o manda o governo, um eloqüente traço de sua passagem - um Atheneu - e recheadas as algibeiras dos amigos!*<sup>33</sup>

A criação do Atheneu originou, sem dúvida, novos cargos públicos que foram preenchidos, na maioria dos casos, por pessoas

<sup>31</sup> Ibidem.

<sup>32</sup> Ibidem.

<sup>33</sup> Jornal A REGENERAÇÃO, Desterro, 02.07.1874.

ligadas ao partido conservador. Esta prática, embora criticada pelos oposicionistas, era igualmente realizada por estes quando assumiam a administração pública. As intrigas políticas, como veremos, se fizeram presentes em diversos momentos da organização do colégio, principalmente quando da nomeação e substituição para os cargos, e também nos momentos em que o legislativo propunha mudanças na estrutura do Atheneu.

## 2. Localização e espaço físico

Segundo SUGAI, a implantação da Vila de Desterro deu-se a partir da praça principal onde localizavam-se a Igreja e o porto. Até 1850 o comércio e as habitações ocuparam, basicamente, o lado leste da praça, não havendo uma maior diferenciação espacial. No entanto, o desenvolvimento portuário e comercial a partir dessa década e o crescimento de uma camada social privilegiada, vinculada a tais atividades, fez com que as novas edificações, principalmente sobrados (residenciais e comerciais), se situassem, preferencialmente, nas primeiras quatro quadras do lado oeste da praça. Era o princípio de um *processo de separação espacial entre as camadas sociais dentro da área urbana de Desterro*. Os sobrados, construídos principalmente a oeste da praça, e as chácaras, localizadas nos arredores do núcleo urbano, *constituíam-se em habitações privilegiadas e propriedade da população de mais alta renda*.<sup>34</sup> Eram indicativo de riqueza e, portanto, distintivo social.

O edifício onde funcionaram praticamente todos os colégios secundários (públicos e subvencionados pelo governo provincial)

<sup>34</sup> SUGAI, Maria Inês. *As intervenções viárias e as transformações do espaço urbano - a via de contorno norte-ilha*. São Paulo, USP, Dissertação de Mestrado, 1994. ps. 12-32.

existentes em Desterro no Império, localizava-se numa chácara no bairro do Mato Grosso, junto à Praça Municipal. O acesso à chácara e à praça dava-se pela rua Áurea, que aí terminava.<sup>35</sup>

A casa base dessa chácara remonta a década de 1820, aproximadamente, quando o Governador da Capitania, João Vieira Tovar e Albuquerque, a construiu. Na década de 1840, após passar pelas mãos de vários proprietários, a chácara passou para o poder dos jesuítas recém-chegados à Desterro. Em 1848 eles ergueram um edifício em seguimento à casa onde residiam para acomodar os alunos internos do colégio. Como a obra estava sendo realizada sobre uma área em que se projetava continuar uma via pública, a rua Áurea, houve grande polêmica. Após idas e vindas do fiscal da Câmara Municipal e do engenheiro da Província, permitiu-se aos jesuítas continuarem as obras.<sup>36</sup> Com a saída dos jesuítas, em 1856 o governo provincial adquiriu o prédio a fim de instalar o Liceu Provincial. A partir de então, este edifício provincial abrigou todos os colégios públicos e subvencionados existentes em Desterro até o final do período imperial.

Os Estatutos do Colégio da Conceição, que ali também funcionou, afirmavam que o local ficava *no ponto mais elevado da cidade do Desterro, muito arejado, bastante isolado da povoação, com uma extensa chácara para os recreios dos alunos*.<sup>37</sup> Quanto ao estilo arquitetônico do edifício uma comissão da instrução pública, ao fazer referência à verba repassada pelos cofres públicos para obras no prédio quando ali funcionava o Colégio da Conceição, assim se expressou:

*Inutilíssima a despesa, malbaratado dinheiro, que apenas serviu para transformar o modesto, porém suficientemente espaçoso próprio provincial, num casarão de*

<sup>35</sup> A chácara e a Praça ou Largo Municipal ocupavam a área onde hoje localizam-se a atual Praça Getúlio Vargas e as ruas circundantes. A rua Áurea corresponde atualmente as ruas dos Ilhéus e Visconde de Ouro Preto.

<sup>36</sup> VEIGA, Eliane Veras da. *Florianópolis: memória urbana*. Florianópolis, EdUFSC/Fundação Franklin Cascaes, 1993. ps. 332-4.

<sup>37</sup> Estatutos do Colégio da Conceição publicados no jornal O DESPERTADOR, em 13.04.1872.

*depravadíssimo gosto arquitetônico, se há ali arquitetura!*<sup>38</sup>

Para estabelecer o Atheneu Provincial autorizou-se a execução das obras necessárias no edifício ou o aluguel de um prédio que oferecesse as necessárias acomodações para funcionamento do mesmo.<sup>39</sup> Prevaleceu a primeira alternativa. O edifício exigia reparos constantes, principalmente em relação ao telhado, frequentemente afetado pelas chuvas e ventos do quadrante sul. Além dos reparos no prédio era freqüente a solicitação de limpeza da chácara. Nesse sentido, em 1875 o diretor do Atheneu reclamou a *necessidade de roçar a frente da chácara deste estabelecimento para impedir que aí se ocult(assem) como costuma(vam) os alunos externos com o fim de praticar atos reprovados (...)*<sup>40</sup> Quanto à divisão interna pode-se afirmar que havia um refeitório, um dormitório (alojamento), dois ou três salões (num funcionou a cadeira de primeiras letras), aposentos do censor e do porteiro.

A urbanização expandia-se atingindo os bairros próximos a área central da cidade. Tornava-se necessário abrir novas ruas que, em muitos casos, passavam pelas propriedades particulares. Em 1880 o Presidente da Província falou da necessidade de abrir-se uma rua em frente ao Atheneu:

*importante e vasto Próprio Provincial com acomodações que podem ser aproveitadas para muitos outros misteres, precisa ser frentado por uma rua que dê trânsito para a rua Presidente Coutinho e o importante bairro situado naquela extrema da cidade. A abertura pois desta rua é uma obra útil e urgente, que eu vos recomendo.*<sup>41</sup>

<sup>38</sup> Parecer da Comissão de Instrução Pública, de 29.04.1878.

<sup>39</sup> Lei Provincial nº 716, de 22.04.1874.

<sup>40</sup> Ofício da Inspetoria da Instrução Pública ao Presidente da Província, em 14.06.1875.

<sup>41</sup> Falla à ALP pelo Presidente da Província, Antônio de Almeida Oliveira, em 02.01.1880.

Segundo SUGAI, 70% das chácaras apresentadas numa planta topográfica de 1876 localizavam-se na área ao norte da Praça do Palácio. Dentre os motivos que levaram as camadas mais privilegiadas a ocuparem essa área a autora destaca a existência dos caminhos que ligavam a Vila do Desterro às duas fortificações situadas ao norte, a facilidade de acesso aos pontos d'água, a qualidade e beleza do sítio, a privilegiada paisagem das baías e a sua localização em relação aos ventos. A abertura de novas ruas, facilitando o acesso à praça central, transformou as chácaras dessa área em residências fixas, e aos poucos as mesmas foram sendo desmembradas e loteadas.<sup>42</sup> A chacara do Atheneu, propriedade do governo provincial, não escapou a este processo de loteamento.

Em 1886 o legislativo catarinense autorizou a venda do prédio e o loteamento do terreno em que havia funcionado o Atheneu e a compra de outro prédio, *em lugar mais apropriado, no centro da Cidade*<sup>43</sup>, destinado ao mesmo fim, ou seja, à instrução pública secundária. Anos depois o prédio onde funcionou praticamente todo o ensino secundário público, foi demolido.

### 3. Disposições legais

O primeiro regulamento do Atheneu foi expedido por ato de 25.05.1874, ou seja, um mês após o executivo aprovar a sua criação. Nessa mesma data foram nomeados, por atos da Presidência da Província, o diretor e os professores do colégio, bem como o Inspetor Geral da Instrução Pública da Província.

---

<sup>42</sup> SUGAI, M. I. Op. cit. ps. 23-9.

<sup>43</sup> Lei Provincial nº 1.129, de 19.09.1886.

Esse primeiro regulamento - foram três ao todo - dispunha, nos seus 32 artigos, as diretrizes básicas para o funcionamento do colégio. Previa, entre outras medidas, que o Atheneu seria *um internato de educação pública e instrução primária e secundária*, cabendo à **educação** *formar o coração dos alunos, inspirando-lhes o amor da religião e dos bons costumes*, e à **instrução**, *oferecer um sistema de estudos elementares das letras, ciências e artes*.<sup>44</sup> Em regulamento especial, organizado pelo Inspetor Geral da Instrução Pública, de acordo com o diretor do Atheneu e aprovado pela Presidência, seria detalhada a metodologia a ser adotada, bem como as atribuições e deveres do diretor, censor e demais funcionários. O censor deveria ser uma pessoa da inteira confiança do diretor, podendo ser nomeado para a função um professor público. Já o cargo de diretor não poderia ser ocupado por professor público. Ambos deveriam *ser pessoas de reconhecida probidade, inteligência e com habilitação para dirigir o ensino e educação da mocidade*. Estabelecia ainda que as primeiras nomeações dos professores seriam feitas pelo Presidente da Província e posteriormente através de concurso.

Quanto aos alunos poderiam matricular-se pensionistas, meio-pensionistas ou externos. Como pensionistas seriam admitidos meninos livres e menores de doze anos. Não seriam admitidos ao internato, nem poderiam frequentar as aulas, os que padecessem de moléstia contagiosa e os escravos. A preocupação em estabelecer critérios de exclusão para pessoas portadoras de doenças contagiosas deve-se ao fato de continuarem precárias as condições sanitárias da cidade possibilitando frequentes surtos epidêmicos.

<sup>44</sup> Essa distinção entre educação e instrução era comum na época e aparece tanto na legislação como nos discursos dos dirigentes do ensino e nos artigos publicados na imprensa. Embora se entendesse que o desenvolvimento moral (educação) e o desenvolvimento intelectual (instrução) se complementassem havia maior ênfase em um ou outro dependendo do nível de ensino (primário ou secundário) e da dependência administrativa da escola (pública ou particular). Uma análise mais detalhada sobre a distinção entre educar e civilizar pode ser encontrada em: SCHAFASCHEK, Rosiclér. *Educar para civilizar e instruir para progredir* - Análise de artigos divulgados pelos jornais do Desterro na década de 1850. Florianópolis, UFSC, Dissertação de Mestrado em Educação, 1997.

O segundo regulamento, onde foram detalhadas as diretrizes para o funcionamento do Atheneu, organizado pelo Inspetor Geral da Instrução Pública, Cônego Joaquim Eloy de Medeiros, de acordo com o diretor e aprovado pelo Presidente da Província, por ato de 22 de junho de 1874, continha 62 artigos, subdivididos em dez capítulos. Tratava da instituição e organização do colégio, da matrícula, do pessoal, da Congregação, dos professores, do regime e disciplina, dos exames, dos pensionistas e dos feriados.

Durante a vigência desse segundo regulamento, foram aprovadas leis que buscavam alterar, modificar ou ampliar a estrutura do colégio. Algumas delas, contudo, como a criação de uma aula de Agricultura Prática<sup>45</sup> e uma Escola Normal<sup>46</sup> anexas ao Atheneu, não foram executadas.<sup>47</sup> Em abril de 1876, após algumas discussões no legislativo, foram suspensos o exercício das cadeiras de Filosofia e Retórica e suprimido o internato, bem como os cargos de secretário e contínuo. Como essas disposições alteravam a estrutura do colégio, em junho o então Presidente da Província, João Capistrano Bandeira de Mello Filho, em ofício ao Inspetor da Instrução Pública recomendou que o mesmo reunisse os professores e juntos apontassem as modificações que julgavam necessárias no Regulamento, com base nos dois anos de funcionamento do colégio. Em julho o inspetor comunicou que havia acabado de organizar o novo regulamento de conformidade com as novas disposições legais e o submetia a aprovação:

---

<sup>45</sup> A Lei Provincial nº 768, de 21.05.1875, criou uma aula de Agricultura Prática anexa ao Atheneu Provincial, no entanto, não encontrei nenhuma evidência de que essa aula tenha se efetivado.

<sup>46</sup> A Lei Provincial nº 807, de 20.04.1876, estabelecia a criação de uma Escola Normal a funcionar no edifício do Atheneu Provincial. Os professores deste seriam encarregados do ensino das matérias próprias de uma escola normal, recebendo por esse trabalho uma gratificação anual de 400\$000 réis. Como as determinações se limitaram a legislação, em 1880 novamente se legisla no sentido da criação de um Curso Normal.

<sup>47</sup> Na 21ª sessão da ALP de 1875 foi apresentado um projeto do Padre Faraco visando criar um capelania no Atheneu Provincial. No ano seguinte o projeto entrou em discussão no legislativo e posto em votação foi rejeitado.



*Aproveitando do anterior, as disposições que não foram alteradas pela nova lei, procurei harmonizá-lo com muitas outras do Colégio de Pedro II, ...*<sup>48</sup>

Por ato de 09.08.1876 foi aprovado o terceiro e último regulamento do Atheneu, reduzido a um externato e sem os cargos de censor, secretário e contínuo. Nos 91 artigos, subdivididos em doze capítulos, inúmeras alterações foram introduzidas. Entre outras o curso secundário foi reduzido de cinco para quatro anos; instituiu-se um exame de admissão; a direção seria assumida por um dos professores; determinou-se uma premiação aos melhores alunos; estabeleceu-se algumas penas aos alunos indisciplinados e definiram-se normas para o concurso das cadeiras vagas. A alteração mais importante foi a introdução da obrigatoriedade de frequência em todas as cadeiras de cada ano, simultaneamente.<sup>49</sup>

Em 1877 suprimiu-se a cadeira de primeiras letras e restabeleceram-se as cadeiras de Retórica e Poética e a de Filosofia. Ficou ainda estabelecido que o Atheneu não poderia *sofrer qualquer reforma antes de concluído o primeiro curso*<sup>50</sup>, ou seja, nos quatro anos seguintes. Contudo, em janeiro de 1878, com a queda do Ministério conservador chefiado pelo Duque de Caxias, ascenderam ao poder os liberais e, embora suas diferenças partidárias fossem, ao nível de Santa Catarina, muito mais pessoais ou familiares do que ideológicas, novos encaminhamentos foram dados aos negócios públicos. Enquanto os conservadores estiveram na administração percebeu-se nos seus relatórios oficiais que, apesar das dificuldades apontadas, consideravam que o Atheneu *deveria ser mantido à custa mesmo de grandes sacrifícios*.<sup>51</sup> Sendo obra de uma administração conservadora os sucessores partidários envidaram todos os esforços para que a iniciativa

<sup>48</sup> Ofício do Inspetor da Instrução Pública, Cônego Joaquim Eloy de Medeiros, ao Presidente da Província, Alfredo de Escagnolle Taunay, de 28.07.1876.

<sup>49</sup> Regulamento do Atheneu Provincial, de 09.08.1876.

<sup>50</sup> Artigo 1º, § 6º da Lei Provincial nº 837, de 01.05.1877.

<sup>51</sup> Relatório do Presidente da Província, Alfredo d'Escagnolle Taunay, para o 1º Vice-presidente, Hermínio Francisco do Espírito Santo, em 02.01.1877.

vingasse. Embora admitissem oficialmente o decréscimo na frequência consideravam que o Atheneu não tinha *deixado de corresponder à expectativa geral*,<sup>52</sup> e convinha, segundo eles, que a mocidade catarinense encontrasse *na capital de sua província, todos os recursos para a ilustração do espírito, como para a conquista dos títulos indispensáveis para a matrícula em qualquer das academias do Império*.<sup>53</sup>

Com a ascensão dos liberais assumiu a Presidência da Província o catarinense Joaquim da Silva Ramalho, chefe do partido liberal. De modo geral o conteúdo contido nas fontes evidenciou que os liberais eram defensores da liberdade de ensino. Um exemplo é a fala de Ramalho, onde sugeriu o fechamento do Atheneu e a subvenção a um colégio particular:

*(...) apesar de já ter sido reformado, não corresponde todavia aos fins que determinaram a sua criação. (...) Melhor seria que em seu lugar se fundasse um colégio particular devidamente subvencionado, porque o razoável desejo de lucro obrigaria o diretor a esforçar-se pelo aproveitamento dos discípulos. (...) opino pela supressão daquele estabelecimento.*

Como o assunto exigia, segundo o próprio Ramalho, *estudo e reflexão*, nomeou uma comissão para emitir parecer sobre a questão, bem como a organização de *um projeto de reforma da instrução pública*. Os itens a serem analisados pela comissão foram os seguintes:

*1º Convirá conservar o Atheneu Provincial tal como se acha organizado, ou reformá-lo, ou extingui-lo? 2º No caso de reformá-lo qual o plano que deve ser adotado? 3º*

<sup>52</sup> Relatório do Presidente da Província, José Bento de Araújo, ao 1º Vice-Presidente, Joaquim da Silva Ramalho, em 14.02.1878.

<sup>53</sup> Fala à ALP pelo Presidente da Província, José Bento de Araújo, em 06.03.1877.

*No caso de extinção será conveniente substituí-lo por colégios particulares, devidamente subvencionados? 4º Nesta última hipótese - que destino terão os professores, que adquiriram direito á vitaliciedade?*<sup>54</sup>

Após fazer um breve histórico da instrução secundária na Província, a comissão apontou uma série de modificações na organização do Atheneu. Entre elas estender o curso à 5 ou 6 anos; dar aos lentes mais liberdade na aplicação de castigos (nunca porém corporais) aos vadios, negligentes e insubordinados; buscar por todos os modos aumentar o número de alunos; facilitar a admissão de meninos menores de 12 anos; tornar gratuita a matrícula; premiar com boas notas os inteligentes e assíduos; criar mais prêmios a fim de ampliar a esfera da emulação; preferir - por lei - para os empregos públicos os candidatos que tivessem o curso completo; criar uma aula especialmente destinada a habilitar professores para o ensino primário e tornar livre aos alunos o curso de qualquer das aulas, sendo somente obrigatório a todos o desta última.<sup>55</sup> A comissão finalizou o parecer sobre o Atheneu opinando pela conservação do colégio, *porque (era) da Província, e a esta incumb(ia) instruir os seus filhos - os futuros cidadãos; porque já esta(va) funcionando, com resultados, senão de todo satisfatórios, ao menos bastante animadores; e porque (tinha) mais probabilidade de duração (por isso que pertence à sociedade) do que um colégio subvencionado.*<sup>56</sup>

Em 1878 e 1879 o legislativo não se reuniu devido a divergências entre este, de maioria conservadora, e o executivo, liberal, e não foram emitidas novas leis, apenas atos do executivo, não alterando substancialmente o Atheneu. No entanto, bastou o legislativo reunir-se no princípio de 1880, agora com maioria liberal, para que novas medidas fossem adotadas. Em 04.02.1880 a lei nº 859, suprimiu a

---

<sup>54</sup> Parecer da Comissão de Instrução Pública de 29.04.1878. Assinaram o parecer o Padre José Leite Mendes de Almeida, Jacintho Furtado Paes Leme, Luiz Alves de Souza, Eduardo Nunes Pires e o Padre Carlos Fernando Cardoso.

<sup>55</sup> Ibidem.

<sup>56</sup> Ibidem.

cadeira de Filosofia e estabeleceu que as cadeiras que vagassem no Atheneu não seriam mais providas. Esta medida representava o fim gradativo do colégio. Em abril a lei nº 898 dispunha que seria criada anexa ao Atheneu uma cadeira de Português, Pedagogia e Metodologia para aprendizagem dos professores públicos ou daqueles que se quisessem habilitar para o magistério. Além destas matérias o Curso Normal compreenderia ainda cadeiras de Francês, Aritmética e História e Geografia. Esta mesma lei extinguiu as cadeiras de Retórica e Literatura Nacional e a de Inglês, quando vagasse, cadeiras estas que não faziam parte do currículo do Curso Normal criado. O Curso Normal era reivindicado desde o final da década de 1830 para melhorar a instrução primária, carente de professores habilitados. Como algumas das cadeiras do Atheneu comporiam o currículo do Curso Normal, em 1881 modificou-se a lei nº 859, estabelecendo-se que as que vagassem e fizessem parte do Curso Normal poderiam ser providas.<sup>57</sup>

As determinações da lei nº 898 de 01.04.1880 não saíram do papel e em 1882 foi expedido ato aprovando novas instruções para o Curso Normal a funcionar anexo ao Atheneu.<sup>58</sup> Contudo, deixou de ser instalado *por falta absoluta de alunos que concorressem à matrícula*.<sup>59</sup> Pelo mesmo motivo não foi instalado no início de 1883. Para Joaquim Augusto do Livramento, Presidente da Província, o fato de não se apresentarem alunos interessados podia ser explicado *por muitas razões*, mas ele reduzia a duas: os baixos vencimentos do magistério e a facilidade com que os pretendentes ao magistério conseguiam as nomeações.<sup>60</sup> Como o Curso Normal não chegou a ser iniciado continuaram sendo oferecidas no Atheneu as cadeiras de Latim, Francês, Inglês, Português, Aritmética e História e Geografia. Em termos legais, as tentativas frustradas de anexar um Curso Normal ao Atheneu foram as últimas determinações tendentes a modificar a estrutura organizacional do colégio. Entretanto, os dirigentes, nos

<sup>57</sup> Lei Provincial nº 929, de 02.04.1881.

<sup>58</sup> Ato Provincial de 04.02.1882, aprovou instruções provisórias para o Curso Normal.

<sup>59</sup> Ofício do Inspetor da Instrução Pública ao Presidente da Província, em 01.08.1882.

<sup>60</sup> Relatório do Presidente da Província, Ernesto Francisco de Lima Santos, para o Vice-Presidente, Joaquim Augusto do Livramento, em 30.06.1882.

relatórios aos sucessores e nas Fallas ao legislativo, continuavam sugerindo mudanças devido à baixa frequência às aulas. Além do elevado número de cadeiras e a obrigatoriedade de frequentar todas simultaneamente, apontavam a competência dos colégios particulares<sup>61</sup> como uma das principais causas para tal situação:

*A essas causas ligo eu a que me parece mais real - a competência de colégios particulares - onde o influxo da atividade, zelo e interesse individual, o aproveitamento é mais rápido e satisfatório, inspirando mais confiança aos pais de família.*

*É um fato observado em quase todas as províncias.*

*Institutos bem organizados, para o ensino público, e com bons professores, são abandonados e decaem ante a preferência que inspiram e merecem os estabelecimentos particulares.*<sup>62</sup>

Embora fossem inúmeras as dificuldades tornava-se cada vez mais inaceitável a hipótese de a capital da Província não possuir um estabelecimento de instrução secundária:

*deixar apagar-se no centro de uma capital a única luz que pode servir de fanal à juventude na difícil jornada da vida, será uma iniquidade, será, com permissão o digo, um inqualificável barbarismo.*<sup>63</sup>

A saída foi propor novas alterações. Ao dirigir-se à Assembléia Legislativa em 25.03.1883, um mês após ter assumido a

<sup>61</sup> Segundo ofício do Inspetor da Instrução Pública, de 31.12.1881, funcionavam na cidade três colégios particulares, sendo dois de meninos e um de meninas. Os dois primeiros regidos pelos cidadãos Presalyno Lery Santos e José Ramos da Silva Júnior, respectivamente, e o terceiro por Dona Rosaria Richard.

<sup>62</sup> Relatório do Presidente da Província, João Rodrigues Chaves, para o Vice-Presidente, Joaquim Augusto do Livramento, em 09.03.1882

<sup>63</sup> Relatório do Presidente da Província, Ernesto Francisco de Lima Santos, para o 3º Vice-presidente, Joaquim Augusto do Livramento, em 30.06.1882.

Presidência da Província, Theodureto Carlos de Faria Souto solicitou *meios e autorização para reformar radicalmente a instrução pública*. Em 19.05.1883 o legislativo aprovou a lei nº 1.029, reorganizando o ensino público na Província e convertendo o Atheneu Provincial em Instituto Literário e Normal. Em agosto expediu-se o Regulamento dando execução a lei nº 1.029 e no final deste mês iniciaram-se as atividades no Instituto Literário e Normal.

## CAPÍTULO IV - A ORGANIZAÇÃO DO ATHENEU PROVINCIAL

### 1. O internato

A organização de colégios sob a forma de internatos era muito comum no século XIX. Em geral afastados do centro da cidade, ofereciam aos alunos as condições para uma vida dedicada aos estudos. No caso do Atheneu, além do edifício espaçoso e da extensa chácara, localizava-se num lugar bastante arejado e isolado da povoação. A distância dos centros urbanos era um modo de manter os estudantes afastados das tentações do cotidiano e inteiramente voltados para os estudos:

*o meio pelo qual se pode mais facilmente educar a mocidade é por via dos internatos, onde os alunos, arredados do burburinho da sociedade, colocados, (...) entre o claustro e o colégio, só respirem ordem, método, escola, deveres, obediência, resignação, paciência, abnegação, religião e todo esse misterioso composto de virtudes cristãs (...)*<sup>1</sup>

Para evitar que os alunos internos se envolvessem nos assuntos extra-classe o art. 8º do Regulamento de 25.05.1874 previa que, dependendo da sua categoria, pensionistas, meio-pensionistas ou

---

<sup>1</sup> Relatório do Presidente da Província, Ernesto Francisco de Lima Santos, para o 3º Vice-presidente, Joaquim Augusto do Livramento, em 30.06.1882.

externos, ocupariam lugares separados, quer nas aulas, quer nos outros atos da comunidade.

O internato do Atheneu admitia alunos pensionistas e meio-pensionistas, os quais pagavam, além da taxa de matrícula, 20\$000 e 12\$000 réis por mês, respectivamente. Estes valores eram praticamente iguais aos cobrados em outros estabelecimentos e aulas particulares<sup>2</sup> de ensino secundário existentes em Desterro no período e, em torno de 40% menores que os pedidos no extinto Colégio da Conceição. Caso o aluno se retirasse do colégio durante o ano letivo, não teria direito à restituição, só concedida ao que saísse em função de moléstia. A renda das mensalidades era utilizada para o custeio do internato, como alimentação e limpeza, cabendo ao Tesouro Provincial pagar os vencimentos do diretor, censor, professores, contínuo e porteiro. Como pensionistas eram admitidos meninos livres e menores de doze anos, idade esta que poderia ser ampliada ou modificada pelo Presidente da Província. Deveriam trazer de casa um *pequeno enxoval*, que incluía:

*uma cama de ferro completa, uma bacia de banho, um pente fino, uma escova de dentes, uma tesoura de unhas, 6 lençóis, 4 fronhas, 1 cobertor de lã, 2 colchas de chita, 6 toalhas de mão, 2 lenços para banhos, além da roupa do uso em baú pequeno.*<sup>3</sup>

Caso ficassem doentes, as despesas deveriam ser pagas pelos seus pais ou tutores, os quais pagariam também o custo da lavagem das roupas.

Para auxiliar na direção, polícia e disciplina do Atheneu, o diretor contava com o auxílio de um censor. O primeiro, nomeado em julho de 1874 sob indicação do diretor, foi Germano Antônio Alvim, exonerado, a seu pedido, em fevereiro de 1875. Passou então a ocupar o cargo o alferes honorário do exército, João B. da Silveira,

<sup>2</sup> O Colégio Catharinense, dirigido por Guilherme Henrique Wellington, cobrava 20\$000 réis dos pensionistas e 12\$000 réis dos semi-pensionistas. O professor Bernardo Francisco Broering dava aulas secundárias e cobrava 10\$000 réis mensais.

<sup>3</sup> Artigo 44 do Capítulo VIII do Regulamento de 22.06.1874.



considerado, pelo Inspetor da Instrução Pública, *um cidadão de boa conduta*. Ao censor, que deveria residir no estabelecimento, cabia, entre outras atribuições: acompanhar os alunos pensionistas às refeições; vigiá-los durante o recreio; acompanhá-los durante as atividades fora da sala de aula, inclusive à missa aos domingos e festas de guarda e não consentir que os externos e meio-pensionistas entrassem para as aulas sem estarem limpos e decentemente vestidos, revistando nas quartas-feiras e sábados as unhas, cabeças e orelhas dos alunos.<sup>4</sup> Os pensionistas deveriam arrumar a cama pela manhã e limpar e engraxar o calçado na véspera dos dias de feriado. Teriam à sua disposição, pela manhã, água fria para lavarem o rosto e, aos domingos e quintas-feiras, água fria ou quente para tomarem banho. Não era permitido comprar coisa alguma sem licença do diretor. Às quintas-feiras, domingos ou dias santificados poderiam obter, quando merecedores, licenças gerais do diretor para ausentarem-se do colégio. Com base no Regulamento de 22.06.1874 elaboramos o quadro a seguir com as atividades dos alunos pensionistas:

## Quadro 2

### Atividades dos alunos pensionistas do Atheneu Provincial

Hora	Atividade
05:00	Levantar, rezar, lavar-se, vestir-se e fazer a cama
05:30	Estudos
07:30	Almoço
8:30	Aulas
13:00	Jantar
	Recreio
14:30	Aulas
17:00	Recreio
18:00	Estudos
20:00	Chá
	Dormir

**Fonte:** Regulamento do Atheneu Provincial de 22.06.1874.

---

<sup>4</sup> Artigo 17 do Capítulo VIII do Regulamento de 22.06.1874.

Os semi-pensionistas não dormiam no colégio e faziam ali apenas uma refeição, o jantar, às 13:00 horas.

O Presidente da Província podia mandar admitir, por conta dos cofres provinciais, quatro meninos pobres como pensionistas e seis como meio-pensionistas *uma vez que (fossem) de reconhecida inteligência e de família honesta*, dando preferência aos filhos de empregados públicos da Província que se destacassem pelo bom desempenho do seu cargo.<sup>5</sup> Para as vagas de pensionistas o Inspetor sugeriu que fossem preferidos aqueles que não tivessem residência na Capital, o que lhe parecia mais equitativo.<sup>6</sup> Estes ficavam sujeitos às mesmas disposições quanto ao enxoval e às doenças, a não ser que parecesse à Presidência que deversem ser pagas também pelos cofres públicos. A pensão poderia ser suspensa no caso de o aluno pensionista ou meio-pensionista atingir o número de faltas que o impossibilitasse de fazer os exames finais ou devido à sua má conduta e aproveitamento. O valor da mensalidade destes alunos era repassada, em trimestres adiantados, ao diretor do Atheneu.

Ao iniciarem as atividades letivas no Atheneu praticamente todas as vagas de pensionistas e meio-pensionistas estavam preenchidas. Através de ofícios encaminhados ao Presidente da Província pelo Inspetor da Instrução Pública é possível afirmar que havia muito interesse nestas vagas, pois nem todos chegavam a ser atendidos e logo que aparecia uma vaga era imediatamente ocupada. Isto demonstra que os pais tinham interesse em matricular seus filhos no curso secundário, mas nem todos tinham condições de mantê-los no colégio.

Em março de 1876, um ano e oito meses após a instalação do Atheneu, em discurso à Assembléia Legislativa, o então Presidente da Província, João Capistrano Bandeira de Mello Filho, sugeriu a

---

<sup>5</sup> Artigo 49 do Regulamento do Atheneu Provincial de 22.06.1874.

<sup>6</sup> Pelo que apuramos pelo menos dois dos quatro alunos admitidos como pensionistas não eram da Capital.

supressão do internato, que, segundo ele, gerava despesas elevadas para a Província, apresentando *acanhados resultados*. Disse ainda:

*Não sou infenso ao sistema de internatos, mas em minha humilde opinião, a não ser possível manter um com todas as condições e exigências imprescindíveis a institutos de ordem semelhante, devemos contentar-nos com o externato.*<sup>7</sup>

Sugeriu também a supressão do cargo de diretor e censor, não só como medida de economia, como por considerá-los supérfluos no caso de ser extinto o internato. Assim, sob o pretexto de diminuir os gastos com o colégio, foi pela lei nº 811 de 26.04.1876 suprimido o internato e os lugares de secretário, contínuo e censor do Atheneu.

## 2. Aula de primeiras letras

O primeiro Regulamento do Atheneu, expedido a 25.05.1874, assim como os demais, previa que seria um estabelecimento de instrução primária e secundária. Assim, além das cadeiras do curso secundário, houve, nos primeiros anos, anexa ao Atheneu, uma cadeira de primeiras letras. A idade mínima para ingresso era 6 anos e a máxima 15, com matrícula gratuita.

O currículo a ser seguido compunha-se das seguintes matérias:  
a) *escrita*, que compreendia o ensino de linhas, caracteres maiúsculos, bastardo, bastardinho e cursivo, devendo o professor explicar todas as regras da caligrafia e pô-las em prática; b) *ortografia*, desenvolvida

---

<sup>7</sup> Falla à ALP pelo Presidente da Província, João Capistrano Bandeira de Mello Filho, em 01.03.1876.

através de exercício verbal e ditado; c) *leitura*<sup>8</sup>, que compreendia o ensino do abecedário, soletração e leitura corrente, fazendo o professor com que os alunos entendessem o que lessem e adquirissem boa pronúncia; d) *gramática*, onde deveriam ser ensinadas as aplicações de suas regras, análise gramatical e lógica, mas, a partir do terceiro Regulamento, datado de 09.08.1876, passou a envolver apenas as noções elementares, análise gramatical e lexicologia; e) *aritmética* abrangia o cálculo verbal e escrito até proporções, problemas das regras de três, de juros, de companhia e de liga, além do sistema métrico completo, mas foi reduzida, no terceiro Regulamento, ao ensino das quatro operações de inteiros e frações; f) *história* (suprimida do terceiro Regulamento) compreendia os princípios gerais de geografia, e história do Brasil para os alunos de 1ª e 2ª classe; g) *educação moral e religiosa*, através da qual o professor deveria desenvolver no coração de seus alunos as virtudes morais e religiosas servindo-se, para esse fim, de exemplos, de contos morais, de exercícios religiosos, do catecismo, da história sagrada e de considerações sobre as maravilhas da natureza, ao alcance da inteligência dos educandos.

Comparando-o com o currículo estabelecido para as demais escolas públicas<sup>9</sup>, percebe-se que era um pouco mais complexo, aprofundado, pelo menos na sua primeira versão, pois quando foi alterado, pelo Regulamento de 09.08.1876, sofrendo redução não apenas no número de matérias, mas no conteúdo das mesmas, tornou-se mais simplificado e próximo do das demais escolas públicas. Contudo, embora as matérias e o conteúdo estabelecido fossem parecidos, a

<sup>8</sup> O Regulamento de 22.06.1874 especificava o tempo a ser dispendido com esta matéria em cada uma das quatro classes:  $\frac{1}{4}$  de hora para a 1ª classe,  $\frac{1}{2}$  hora para a 2ª classe,  $\frac{3}{4}$  de hora para a 3ª e 1 hora para a 4ª, a dos principiantes.

<sup>9</sup> Quando o Atheneu foi criado estava em vigor o Regulamento da Instrução Pública de 29.04.1868, aprovado pela nº 620 de 04.06.1869, estabelecendo que o ensino primário nas escolas públicas compreendia a instrução moral e religiosa; a leitura e a escrita; as noções essenciais de gramática; os princípios elementares da aritmética; o sistema de pesos e medidas da Província e o sistema decimal francês. Em maio de 1875, a lei nº 776, reformou novamente a instrução pública primária da Província estabelecendo que nas escolas urbanas, que incluíam as da Capital e demais cidades, o ensino compreenderia as seguintes disciplinas: artes de ler, escrever e contar cientificamente; noções de civilidade, de moral e doutrina cristã; gramática portuguesa; noções de história e geografia pátrias; leitura corrente da Constituição e desenho linear.

ênfase e o tempo destinado a cada um deles, ao que parece, não eram os mesmos. As cadeiras destinadas a desenvolver nos alunos determinados valores morais e religiosos, eram acentuadas nas escolas primárias públicas, a começar pela ordem em que aparecem no rol de disciplinas. A cadeira de primeiras letras do Atheneu, destinada a preparar para as aulas secundárias, possuía uma clientela diferenciada. Filhos das camadas favorecidas, traziam de casa os “bons modos”, fazendo com que o professor desse mais ênfase aos conteúdos necessários ao ingresso no curso secundário, do que à transmissão de determinados valores e padrões morais.

Os professores dessa cadeira foram, pelos dados obtidos, primeiramente, José Maria Branco, nomeado inicialmente para a cadeira de Português e Literatura, a qual só mais tarde passou a reger, e posteriormente, Silvio Pélico de Freitas Noronha que passou a regê-la a partir de abril de 1876, porque sua cadeira foi temporariamente suprimida do curso secundário. Este último já era, antes de realizar concurso para Eloquência e Poética, professor de primeiras letras.

Embora não se tenha localizado nenhuma lista nominal dos alunos matriculados na aula de primeiras letras do Atheneu, o que permitiria estabelecer uma relação entre estes e os alunos matriculados nas cadeiras do ensino secundário, o depoimento do Inspetor Interino da Instrução Pública, José Ramos da Silva, deixa claro as finalidades da mesma:

*Destinada principalmente a preparar alunos capazes de frequentar o Atheneu, fácil é de imaginar com que dificuldade não lutará o respectivo professor, á vista do crescido número de seus alunos, não podendo apresentá-los sempre em quantidade suficiente a povoar as diversas aulas secundárias, quando é ela, quase exclusivamente, a que assim procede,*

*segundo se deduz do relatório do diretor desse estabelecimento.*<sup>10</sup>

Ou seja, a cadeira de primeiras letras foi anexada ao Atheneu com o objetivo explícito de preparar e encaminhar os alunos que a frequentavam para o ensino secundário. Esta iniciativa pode ser considerada uma tentativa pioneira de estabelecer no âmbito da “rede” pública de ensino uma articulação entre a instrução primária e a secundária. Estas, no geral, diferenciavam-se fosse pela clientela que atendiam, fosse pelos objetivos, finalidades sociais, que visavam. A primeira, atendia, basicamente, os filhos das camadas desfavorecidas e tinha por finalidade oferecer os conhecimentos indispensáveis à vida e inculcar princípios de civilidade e moralidade. A segunda, destinada a preparar os jovens para o ingresso no ensino superior e para exercerem cargos públicos, atendia os filhos da elite, formados nas escolas de primeiras letras particulares ou por professores particulares, pois o preconceito de classe atingia as escolas públicas, havendo *repugnância da parte de pessoas em certa posição social em enviar seus filhos a aprender onde todo o mundo aprende*<sup>11</sup>.

Com a criação da cadeira de primeiras letras anexa ao Atheneu, muitas escolas primárias particulares, do sexo masculino, foram fechadas em Desterro.<sup>12</sup> Provavelmente os alunos dessas escolas, filhos da elite desterrense, passaram a frequentar a cadeira de primeiras letras do Atheneu, apostando na qualidade da mesma e no ingresso nas cadeiras secundárias. Matricularam-se em julho de 1874 73 alunos. Destes foram apresentados à exame final 27 (37%), dos quais 8 foram aprovados em 1ª classe e 19 em 2ª.<sup>13</sup> Em 1876 a frequência caiu para 29 alunos, sendo aprovados no final do ano 12 (41%), um com distinção,

<sup>10</sup> Relatório do Inspetor Interino da Instrução Pública, José Ramos da Silva, de 31.01.1876.

<sup>11</sup> Relatório do Inspetor da Instrução Pública, Sérgio Lopes Falcão, de 01.03.1871.

<sup>12</sup> Falla dirigida à ALP pelo Presidente da Província, João Thomé da Silva, em 21.03.1875.

<sup>13</sup> *Ibidem*.

nove plenamente e dois simplesmente.<sup>14</sup> No início de 1877 contava com apenas 10 alunos matriculados<sup>15</sup> o que levou o Inspetor da Instrução Pública a propor, em ofício ao Presidente da Província, a supressão da mesma, o que já havia sido sugerido em janeiro desse ano por Alfredo d'Escragnolle Taunay no relatório que deixou ao passar a presidência da Província para seu sucessor. Para TAUNAY, devia-se suprimi-la tendo em vista o *grande número de escolas primárias* existentes e dar mais desenvolvimento ao curso secundário, que, na sua opinião, deveria *ser mantido a custa mesmo de grandes sacrifícios*.<sup>16</sup>

Quanto ao número de escolas primárias existentes em Desterro, os dados disponíveis são do ano de 1874, quando havia 24 destas, sendo 21 públicas e 3 particulares. Das três particulares, duas funcionavam na freguesia da Capital, para o sexo feminino, e uma na freguesia do Rio Vermelho, para o sexo masculino. Das públicas havia, aproximadamente, duas (uma para cada sexo) em cada uma das oito freguesias que então formavam o município de Desterro, sendo que na freguesia da Capital existiam quatro para ambos os sexos. As escolas públicas foram freqüentadas, neste ano, por 986 alunos (dos quais apenas 56 ou 5,6% foram aprovados nos exames) e as particulares por 91, num total de 1.077 alunos.<sup>17</sup>

O argumento de que havia escolas primárias suficientes, utilizado por Taunay para suprimir a cadeira de primeiras letras do Atheneu, foi utilizado também por José Bento de Araújo, que sugeriu, para economia do Atheneu,

*suprimir a cadeira de primeiras letras, mal cabida em um estabelecimento de instrução secundária, situado nesta*

<sup>14</sup> Relatório do Presidente da Província, Alfredo d'Escragnolle Taunay, ao Vice-Presidente, Hermínio Francisco do Espírito Santo, em 02.01.1877.

<sup>15</sup> Não encontramos dados que explicassem ou apontassem motivos para a queda no número de matrículas.

<sup>16</sup> Relatório do Presidente da Província, Alfredo d'Escragnolle Taunay, ao Vice-Presidente, Hermínio Francisco do Espírito Santo, em 02.01.1877.

<sup>17</sup> Falla dirigida à ALP pelo Presidente da Província, João Thomé da Silva, em 21.03.1875.

*cidade. onde não faltam escolas públicas e particulares destinadas especialmente a esse ensino.*<sup>18</sup>

Se, na opinião desses dirigentes, havia número suficiente de escolas primárias, não parece que o rendimento das mesmas, pelo menos das públicas, das quais dispõem-se de alguns dados, fosse satisfatório, ou ao menos próximo dos atingidos pela escola de primeiras letras anexa ao Atheneu. Em Desterro, como já indicamos, em 1874 o índice de aprovação foi de 5,6%, enquanto que na Província, neste mesmo ano, o índice foi de 8,2% e, em 1875, 9%. Comparando-se esses índices com os obtidos pela escola de primeiras letras anexa ao Atheneu, 1874, 27%, e 1876, 41%, vê-se que estão muito aquém. A causa do baixo índice de aproveitamento dos alunos das escolas públicas era colocada, em geral, nos professores. Analisando o índice de aprovação na cidade de Desterro, em 1874, o Presidente da Província, afirma *que este número poderia ter sido maior se da parte dos professores, em geral, tivesse havido mais zelo e dedicação no cumprimento de seus deveres.*<sup>19</sup>

Nos anos subseqüentes à supressão da cadeira, ocorrida em maio de 1877, a mesma foi apontada, inúmeras vezes, como uma das causas para o decréscimo da frequência do Atheneu, haja vista o *limitadíssimo número de alunos prontos que forneciam as escolas públicas.*<sup>20</sup> No final de 1879, quase três anos após a supressão da cadeira de primeiras letras, o Inspetor Geral da Instrução Pública propunha, para aumentar o número de alunos do colégio, a possibilidade de restabelecê-la com um professor que fosse *conhecido por sua dedicação e habilitação, visto que as escolas públicas não os fornecem.* Lembrava que *em sua criação teve o Atheneu essa aula, e anualmente dela saiam muitos alunos à matricular-se neste estabelecimento.*<sup>21</sup> Seu restabelecimento foi lembrado também em 1880,

<sup>18</sup> Falla dirigida à ALP, pelo Presidente da Província, José Bento de Araújo, em 06.03.1877.

<sup>19</sup> Falla dirigida à ALP pelo Presidente da Província, João Thomé da Silva, em 25.03.1874.

<sup>20</sup> Relatório do Inspetor Geral da Instrução Pública, Cônego Joaquim Eloy de Medeiros, de 10.12.1879.

<sup>21</sup> Ibidem.



quando aventava-se a criação de um curso normal<sup>22</sup> anexo ao Atheneu, onde seria *indispensável aos alunos normalistas para adquirirem o conhecimento prático da profissão*.<sup>23</sup> Caso não funcionasse, o restabelecimento da cadeira de primeiras letras seria, na opinião do então Presidente da Província, *em todo caso útil*, pois, segundo ele

*a Capital precisa de mais uma escola, e essa colocada no Atheneu será mais de chamar a atenção dos meninos para as aulas secundárias existentes no estabelecimento.*<sup>24</sup>

Não havia unanimidade entre os dirigentes sobre a suficiência ou não do número de escolas primárias em Desterro, nem sobre o restabelecimento da cadeira de primeiras letras, que, de fato, não aconteceu.

### 3. Corpo docente

O ato nomeando os primeiros professores para o Atheneu foi expedido a 25 de maio de 1874, pelo então Presidente da Província, João Thomé da Silva, que, nas suas palavras, aproveitou quantos elementos teve na ocasião e reputou bons. Somente as primeiras nomeações seriam feitas pelo Presidente da Província, posteriormente as cadeiras seriam providas por concurso. Entre os oito primeiros professores nomeados havia dois bacharéis, um naturalista, um cônsul e um padre. Destes apenas o bacharel Luiz Augusto Crespo, nomeado

<sup>22</sup> A lei nº 898, de 01.04.1880, que reorganizou a instrução pública na Província, dispunha em seu artigo 2º, § 1º, a criação de uma cadeira de português, pedagogia e metodologia, anexa ao Atheneu, para aprendizagem dos professores públicos ou daqueles que quisessem se habilitar para o magistério. Além destas matérias o curso normal compreenderia ainda as aulas de francês, história e geografia elementar.

<sup>23</sup> Falla dirigida à ALP pelo Presidente da Província, Antônio Almeida Oliveira, em 02.01.1880.

<sup>24</sup> Ibidem.

para a cadeira de Filosofia, não aceitou o cargo sendo nomeado no seu lugar o bacharel Bernardo Francisco Broring. Três haviam sido professores do Liceu, Fritz Müller, nomeado para a cadeira de Matemáticas, João José de Rosas Ribeiro de Almeida, nomeado para a cadeira de Francês e Anfilóquio Nunes Pires, nomeado para a cadeira de Inglês.

Para compor os quadros da instrução pública, em especial do Atheneu, o Presidente da Província fez um rearranjo dos funcionários dos altos escalões. Se por um lado isto poderia evidenciar que não era grande o número de pessoas capacitadas levando-as a acumular várias funções, por outro lado poderia ser um indicativo da centralização político-administrativa nas mãos de um grupo minoritário. Para que pudesse assumir a cadeira de Inglês do Atheneu, Anphilóquio Nunes Pires foi exonerado do cargo de Procurador Fiscal interino da Fazenda Provincial e o cônego Joaquim Eloy de Medeiros foi exonerado do cargo de Diretor Geral da Fazenda Provincial para assumir a Inspeção Geral da Instrução Pública.<sup>25</sup>

Quanto às incumbências dos professores, previstas nos Regulamentos, cabia-lhes, entre outras, cuidar do ensino das matérias desempenhando-o com todo interesse, dar aula no tempo marcado pelo horário, advertir e repreender os alunos com moderação, apresentar ao diretor, mensalmente, um mapa numérico dos alunos de suas classes com as respectivas notas, chamar amiudadas vezes os alunos à lição, marcar sabatinadas regularmente, manter o silêncio e a ordem dentro da aula, tratar os alunos com benevolência e urbanidade, comparecer às sessões da Congregação e observar as ordens do diretor. Expostas com todas as letras as normas que o professor deveria seguir, implicitamente ficava claro que deveria ser um exemplo de moralidade e civilidade.

Para garantir a assiduidade dos professores os Regulamentos previam penas aos faltosos. Assim, os que não comparecessem um quarto de hora depois da marcada para sua aula, teriam contada uma

---

<sup>25</sup> Atos Provinciais de 25.05.1874.

falta. Na hipótese de não poderem comparecer às aulas o diretor designaria um substituto. Caso o impedimento excedesse a três dias, a designação para substituição seria determinada pelo Inspetor Geral, com aprovação do Presidente da Província. Nestes casos, em que os professores se substituíam reciprocamente, o que substituíra percebia, além dos vencimentos da sua cadeira, a gratificação<sup>26</sup> do substituído. Os que faltassem aos atos a que eram obrigados a comparecer, como os exames e as sessões da Congregação, perderiam o vencimento correspondente aos dias que faltassem e os que justificassem a falta perderiam apenas a gratificação correspondente.

Percebe-se que as medidas para garantir a assiduidade dos professores eram muitas, porém até que ponto as mesmas eram observadas e cumpridas é difícil precisar. O que é possível afirmar, com base nos ofícios do Inspetor da Instrução Pública ao Presidente da Província, é que havia muitas substituições entre eles, motivadas principalmente por doenças.

Embora a freqüente ausência do professor titular prejudicasse o andamento da matéria, as constantes substituições demonstraram que os professores possuíam conhecimentos diversos. Alguns chegaram a assumir quatro a cinco cadeiras.

Quanto à seleção dos professores, no Regulamento de 1876 há um capítulo especial tratando do preenchimento das vagas e da forma dos concursos. Dispunha que vagando ou criando-se alguma cadeira seria anunciado um prazo de seis meses para a inscrição e habilitação dos candidatos. Podiam inscrever-se os que provassem maioridade legal e moralidade, provada através de *folha corrida* e atestado do pároco ou de autoridades do lugar ou lugares onde o candidato houvesse residido pelo menos um ano nos últimos tempos. Durante o período em que a cadeira ficasse sem titular, o Presidente da Província podia nomear um dos professores do Atheneu para ocupá-la, caso não houvesse

---

<sup>26</sup> Este foi o critério estabelecido no Regulamento de 09.08.1876. Pelo Regulamento de 22.06.1874 essa gratificação era igual a metade dos vencimentos do substituído, estando ele em licença com ou sem vencimentos.

inconveniência no horário, ou qualquer pessoa estranha ao estabelecimento que preenchesse um dos seguintes requisitos: possuísse um título científico de qualquer das Faculdades do Império ou do estrangeiro, ou uma carta do Colégio Pedro II; tivesse ordens sacras; pertencesse ou tivesse pertencido à instrução, ainda que primária; ou tivesse notoriedade científica ou literária comprovada em obra, livros ou memórias. Findos os seis meses sem que candidato algum houvesse se inscrito, como ocorreu diversas vezes, era marcado novo prazo de três meses. Se ainda não houvesse candidato, o Presidente da Província podia nomear efetivamente o professor que estivesse regendo interinamente a cadeira ou qualquer cidadão que atendesse um dos requisitos acima.

O concurso constava de três partes: prova escrita, prova oral e argumentação recíproca. A prova escrita versava sobre um ponto ou trecho sorteado, tendo o candidato um hora para desenvolvê-lo. Para a prova oral, que duraria uma hora e meia, também seria sorteado um ponto ou trecho o qual deveria ser desenvolvido em forma de lição, podendo o candidato expor suas idéias e teorias acerca dos sistemas de ensino. A argumentação recíproca seria realizada no dia seguinte, sendo absolutamente proibidas as agressões, alusões, ditos picantes e ofensivos. Caso houvesse um único candidato, a argumentação recíproca seria substituída por argumentação dos examinadores. A mesa julgadora era composta pelo Inspetor Geral da Instrução Pública, três professores e um delegado nomeado pela Presidência da Província. Encerradas as provas os julgadores se reuniriam separadamente para discutir e realizar a classificação por ordem de merecimento. Caso julgassem que nenhum dos pretendentes estava em condições de ser classificado, declarariam ao Presidente da Província, o qual mandaria proceder a novo concurso. Se houvesse um único candidato, a mesa julgadora deveria julgar se o mesmo merecia ou não o provimento da cadeira e indicar se o mesmo foi aprovado com distinção, plenamente ou simplesmente. Neste último caso, caberia ao Presidente da Província, que sempre que possível deveria presidir os concursos,

decidir sobre a escolha ou não do candidato. Se houvesse mais candidatos, o Presidente da Província, faria a nomeação entre os três primeiros classificados. Os demais candidatos aprovados teriam preferência para os empregos públicos e gozariam de vantagens em acessos e comissões.<sup>27</sup>

Depois de concursados os professores eram considerados interinos durante os primeiros dois anos<sup>28</sup> de efetivo exercício, durante os quais poderiam ser demitidos pelo Presidente da Província caso não cumprissem com seus deveres. Se não fossem demitidos neste período seriam considerados vitalícios e contariam para a jubilação (aposentadoria) os dois anos. Depois de vitalícios só poderiam ser demitidos por sentença ou por incapacidade física ou moral, judicialmente declarada. Tinham direito a jubilação integral os professores que contassem com 25 anos de efetivo ensino público na Província e proporcional os que tivessem 12 anos de efetivo ensino e não pudessem continuar por impossibilidade física ou moral. Os professores que, depois de 25 anos de efetivo serviço, continuassem a exercer o magistério teriam, a cada cinco anos, um aumento de  $\frac{1}{4}$  nos seus vencimentos.

A concorrência dos colégios particulares era apontada como uma das causas para a baixa frequência dos alunos no Atheneu e alguns de seus professores eram professores ou diretores de escolas particulares. Visando coibir esta prática, foi editada, em 1881, uma lei dispondo que nenhum professor público de instrução primária ou secundária, poderia ter qualquer estabelecimento desse gênero, nem tampouco ser diretor, gerente ou lente, sob pena de perda do emprego.<sup>29</sup> Ao ser publicada tal lei, o diretor do Atheneu, o Pe. José Leite Mendes de Almeida, lecionava num colégio particular de propriedade de José Maria Branco, professor de Literatura e Língua Nacional do Atheneu. Também o professor de História e Geografia,

---

<sup>27</sup> Capítulo XI do Regulamento do Atheneu Provincial, de 09.08.1876.

<sup>28</sup> A Lei Provincial nº 859, de 04.02.1880, determinou que somente depois de seis anos de efetivo exercício os professores seriam considerados vitalícios.

<sup>29</sup> Lei Provincial nº 929, de 02.04.1881.

Custódio Teixeira Raposo, possuía um colégio particular. Todos foram intimados a deixarem suas atividades no ensino particular sob pena de serem demitidos do Atheneu. O diretor do Atheneu e o professor de História e Geografia logo comunicaram que já haviam deixado suas atividades particulares. Já o professor de Literatura e Língua Nacional argumentou:

*não podendo sustentar-me e á minha família com os pequenos vencimentos que recebo dos cofres provinciais, e ainda esses mal pagos, continuo a lecionar particularmente, para me não tornar pesado à sociedade, e continuarei a lecionar no Atheneu em quanto não for expulso.*

*Sou obediente ás leis do pais, mas a esta que me quer reduzir a fome, bem como a minha família, não posso obedecer, porque, não tendo outra enxada, nem outros meios de vida para sustentar minha família, senão ensinar meninos, para o que me acho legalmente habilitado, preciso de trabalhar durante as horas vagas que me ficam das aulas do Atheneu, visto que com os pequenos vencimentos que dali tenho, não posso viver.*<sup>30</sup>

A pressão continuou e em julho de 1881 José Maria Branco comunicou ao diretor do Atheneu que havia abandonado a direção do colégio que possuía, bem como deixara de nele lecionar.<sup>31</sup> Se lecionar no Atheneu dava prestígio e distinção social, o depoimento de José Maria Branco deixa claro que os professores obrigavam-se a exercer outras atividades para complementar seus parcos vencimentos.

---

<sup>30</sup> Ofício encaminhado ao diretor do Atheneu pelo professor José Maria Branco, em 31.05.1881.

<sup>31</sup> O Colégio Branco passou a ser dirigido pelo cidadão Prosalindo L. Santos sob a denominação de Colégio São Sebastião. In.: Ofício da Inspetoria da Instrução Pública ao Presidente da Província, em 30.07.1881.

O vencimento dos professores era de 800\$000 réis de ordenado e 400\$000 réis de gratificação, ou seja, um total de 1.200\$000 réis anuais, ou 100\$000 réis mensais. Reconhecia-se que os professores eram *mal retribuídos*,<sup>32</sup> mas a alegada precariedade financeira da Província impedia que lhes fosse concedido aumento. Em 1880 sugeriu-se um aumento de 200\$000 réis anuais no vencimento que era o mesmo há mais de vinte anos, ou seja, desde a época do Liceu Provincial. Um dos empecilhos para concedê-lo era a necessidade de estendê-lo também aos professores do ensino primário e a Província não dispunha de recursos financeiros para tal.<sup>33</sup>

#### 4. Congregação

Os professores<sup>34</sup> e o diretor, como presidente, formavam a Congregação do Atheneu, cujas principais atribuições<sup>35</sup> eram escolher e designar os livros e compêndios que deveriam ser admitidos no estabelecimento, elaborar o horário das aulas, organizar a lista dos examinandos no final do ano letivo, assistir aos exames, definir os alunos que seriam premiados e emitir pareceres sobre questões literárias de interesse à instrução pública. Deveria ainda tomar conhecimento sobre o procedimento dos professores, tomando a iniciativa de repreender e punir quaisquer irregularidades, cujas medidas propostas e aprovadas seriam comunicadas pelo diretor ao Inspetor Geral da Instrução Pública. Cabia ainda à Congregação deliberar, após proposta de algum professor, sobre a expulsão de aluno

---

<sup>32</sup> Relatório do Diretor do Atheneu Provincial anexo ao ofício da Instrução Pública ao Presidente da Província, em 31.12.1881.

<sup>33</sup> Relatório da Comissão de Instrução Pública, de 15.06.1880.

<sup>34</sup> Com exceção do professor de instrução primária.

<sup>35</sup> As atribuições da Congregação estão definidas nos três Regulamentos do Atheneu.

do estabelecimento, cuja efetivação dependia da aprovação do Inspetor Geral ou, na falta deste, do Presidente da Província.

A Congregação devia reunir-se uma vez por mês ordinariamente e, extraordinariamente, sempre que fosse convocada pelo diretor. Às reuniões, sob a presidência do diretor e na falta deste do professor mais antigo, só poderiam comparecer os seus respectivos membros e as mesmas só se realizariam se houvesse pelo menos cinco presentes. As decisões da Congregação cujo efeito não fosse momentâneo, só entrariam em vigor depois de aprovadas pelo Inspetor Geral da Instrução Pública. As atas das sessões seriam lavradas pelo secretário da Congregação, cargo ocupado pelo *professor mais moderno* e encaminhadas, por cópia, ao Inspetor Geral.

No final de cada ano letivo a Congregação deveria encarregar um de seus membros para confeccionar a “memória histórica do Atheneu”, narrando os trabalhos do ano, estado do colégio, grau de prosperidade e acontecimentos notáveis que tivessem ocorrido, a ser apresentada no primeiro dia útil do ano seguinte. Depois de elaborada e aprovada a mesma seria impressa e distribuída aos agentes fiscais da instrução e aos professores públicos da Província.<sup>36</sup>

Apesar de muitas das decisões da Congregação dependerem da aprovação do Inspetor da Instrução Pública, como a aprovação dos livros e compêndios escolhidos e o quadro de horário das aulas, podemos considerá-la o órgão deliberativo do Atheneu. Era o espaço onde se discutia o andamento do colégio, além de outras questões relacionados à instrução na Província.

---

<sup>36</sup> Não localizamos nenhuma destas memórias, mas ela foi elaborada, pelo menos em um ano, pois em 24.01.1876 o Inspetor da Instrução Pública oficiava ao Presidente da Província que o diretor do Atheneu havia lhe comunicado que a memória achava-se escrita e aprovada pela Congregação, porém, não tendo este meios para fazê-la imprimir solicitava autorização para esse fim. Inicialmente o Presidente autorizou, porém acabou suspendendo a ordem enquanto não se apresentasse o custo da impressão. Como não localizamos mais referências sobre o assunto, não foi possível saber se a mesma acabou sendo impressa, nem se continuou a ser elaborada nos anos seguintes pois não há mais referência a ela.



## 5. Corpo discente

O artigo 10º do Regulamento de 22.06.1874 previa que seriam admitidos para matrícula, quer no internato, quer no externato, *meninos livres do sexo masculino*, nacionais ou estrangeiros, de qualquer religião ou cor. Já o Regulamento de 09.08.1876 previa que só seria admitido à matrícula no 1º ano do curso, aquele que mostrasse, em exame, que sabia ler e escrever corretamente, que conhecesse os elementos da doutrina cristã e que dominasse as quatro operações aritméticas.

A matrícula era anunciada pelos jornais com antecedência, sendo realizada no mês de janeiro de cada ano. Eram necessários os seguintes documentos no ato da matrícula:

- 1º Certidão de idade constando ter o matriculando pelo menos doze anos.
- 2º Atestado médico declarando não sofrer de moléstia contagiosa e haver sido vacinado.
- 3º Atestado provando não ter sido expulso de outras aulas ou colégios que tivesse frequentado.
- 4º Documento provando ser livre, se a respeito de sua condição houvesse dúvida.

Não seriam admitidos, portanto, meninas, portadores de doenças contagiosas e escravos.

Os pensionistas contribuíam com uma mensalidade de 20\$000 réis e os meio-pensionistas com 12\$000 réis mensais, além da matrícula. Os externos pagavam uma taxa de matrícula de 10\$000 réis, podendo ser paga em duas prestações, uma no princípio e outra no fim

do ano letivo. Esta taxa subiu para 15\$000 réis em 1876 e foi novamente reduzida para 10\$000 réis em 1877. Em 1878, os membros de uma comissão nomeada pelo Presidente da Província para analisar algumas questões relativas à instrução, apontaram, em seu parecer, a necessidade de tornar gratuita a matrícula a fim de aumentar o número de alunos no Atheneu. Também o Inspetor da Instrução Pública ponderava que a taxa de 10\$000 réis anuais era ônus pesado para muitos alunos e que a verba arrecadada, em torno de 300\$000 réis anuais, comparada ao custo total de 8:000\$000 réis anuais, não era certamente auxílio significativo às despesas do estabelecimento.<sup>37</sup> Ponderou ainda que era *de mau efeito pretender tornar fonte de renda a instrução, quando ela carec(ia) de ser auxiliada e espalhada gratuitamente por todos*.<sup>38</sup> Em 1880 as matrículas tornaram-se gratuitas.

O Regulamento de 1874 previa que o Presidente da Província poderia mandar admitir, por conta dos cofres provinciais, quatro meninos pobres como pensionistas, seis como meio-pensionistas e dez como externos.<sup>39</sup> Pelos dados encontrados no material pesquisado, podemos afirmar que pelo menos dezesseis pais encaminharam *petições* para que seus filhos fossem incluídos como alunos pensionistas da Província.

Em anexo a um ofício da Inspetoria da Instrução Pública, de 30.06.1874, encontrou-se um ofício do diretor do Atheneu, datado de 12.06.1874, em que o mesmo dá seu parecer sobre três *petições*. Entre elas estava a *petição* de Guilherme de Sousa, para a qual o diretor emite o seguinte parecer:

*Os menores de nomes João e Norberto filhos de Guilherme de Sousa, são dois meninos muito aproveitáveis, este, pela sua vivacidade, e aquele pela aplicação, ambos foram alunos do*

<sup>37</sup> Relatório do Inspetor da Instrução Pública, Cônego Joaquim Eloy de Medeiros, de 10.12.1879.

<sup>38</sup> *Ibidem*.

<sup>39</sup> Artigo 13º do Regulamento de 25.05.1874.

*Colégio da Conceição onde sempre estudaram com aproveitamento e por isso, sabendo que seu Pai, pobre jornaleiro, tudo sacrifica pela educação desses dois meninos, julgo-os no caso de serem favorecidos.*

Tratava-se de João da Cruz e Souza e seu irmão Norberto. Em 30 de junho, o Presidente da Província, defere, entre outros, o pedido de Guilherme de Sousa, para que seus dois filhos fossem admitidos como alunos externos do Atheneu.

Poderiam ser admitidos também alunos ouvintes, com autorização do Inspetor da Instrução Pública, ficando sujeitos as disposições disciplinares e regimentais do Regulamento, e poderiam, no fim do ano, fazer os exames, uma vez que pagassem a matrícula.

**Tabela 3**

**Número de matrículas no curso secundário do Atheneu  
(1874-1883)**

Ano	Matrículas
1874	51
1875	112
1876	34
1877	37
1878	21
1879	28
1880	23
1881	18
1882	15
1883	20

**Fonte:** Fallas dos Presidentes da Província e Ofícios da Instrução Pública 1874-1883.

Nos dois primeiros anos de existência do Atheneu o número de matrículas foi alto, embora não seja possível precisar quantos realmente frequentavam as aulas. Após esses dois anos houve, como pode se observar na **Tabela 3**, uma maior estabilidade no número de matrículas, decrescendo um pouco nos últimos anos.

Acompanhando a trajetória de alguns alunos do Atheneu é possível afirmar que muitos destacaram-se na sociedade catarinense, atuando nas mais diversas áreas: na política, no magistério, no jornalismo, na administração pública e na criação de importantes instituições culturais.

José Arthur Boiteux, por exemplo, foi eleito Deputado Estadual, fundou o Instituto Histórico e Geográfico Catarinense, a Academia Catarinense de Letras e a Faculdade de Direito de Santa Catarina. Além de Boiteux foram deputados e pertenceram a Academia Catarinense de Letras seu irmão Henrique Boiteux, Henrique de Almeida Valga, Arthur Ferreira de Melo e Oscar M. do Desterro Rosas. Atuaram na imprensa Fernando Caldeira de Andrade, Miguel Faraco, Arthur Ferreira de Melo e Horácio de Carvalho. Ocuparam cargos públicos, Henrique de Almeida Valga (Pasta Viação e Indústria), Fernando Caldeira de Andrade (Chefe de Polícia), Arthur Ferreira de Melo (Chefe de Polícia). Atuaram como professores, Arthur Ferreira de Melo e José Francisco Paes.

Embora nos discursos oficiais e nos periódicos a instrução pública secundária devesse estender-se também ao sexo feminino, pouco se fez de concreto, na rede pública, no sentido de oferecer às moças desterrenses mais do que as primeiras letras. Em 1875 aprovou-se uma lei autorizando o Presidente da Província a contratar com quem melhores vantagens oferecesse o estabelecimento de um Colégio de instrução secundária para o sexo feminino, gratuito para as externas, mediante uma subvenção anual de até 4:000\$000 réis.<sup>40</sup> O colégio deveria oferecer como disciplinas obrigatórias a Língua Nacional,

---

<sup>40</sup> Lei Provincial nº 747, de 28.04.1875.

Francês, Alemão, Música (vocal e piano), História Sagrada, Doutrina Cristã, Noções de Civilidade e de Moral, História e Geografia Pátrias, Desenho e Prendas Domésticas. Tais cadeiras eram praticamente as mesmas oferecidas nos poucos colégios particulares destinados às meninas e moças. Esse currículo destinava-se a preparar a moça para bem desempenhar seu papel de esposa e mãe, capaz de cuidar da casa, educar os filhos e acompanhar o marido às reuniões sociais. Em alguns colégios femininos particulares os exames finais eram públicos e convidavam-se pessoas ilustres para prestigiar o ato e, conseqüentemente, aumentar a credibilidade do colégio. Em 1881 o Inspetor da Instrução Pública assistiu o encerramento dos trabalhos letivos do colégio de meninas Franco Brasileiro, dirigido por Dona Rosária Richard:

*o progresso atual das alunas promete larga soma de benefícios à educação da mulher nesta Província, si, como é de esperar, a digna e inteligente diretora insistir no empenho a que se impôs de prestar o seu concurso para o desenvolvimento da instrução do sexo frágil, infelizmente em grande atraso entre nós.*<sup>41</sup>

Se o Estado não tinha condições de oferecer instrução secundária ao *sexo frágil*, buscava na medida do possível incentivar e motivar as iniciativas particulares de distintas senhoras desterrenses.

## 6. Currículo

O objetivo do Atheneu, expresso nos seus Regulamentos, era:

*Instruir a mocidade, dando-lhe conveniente cultura literária, prepará-la devida e cuidadosamente para a matrícula nas*

---

<sup>41</sup> Ofício da Inspetoria da Instrução Pública, de 31.12.1881.

*Faculdades e Academias do Império, desenvolver-lhe o espírito em suas aspirações morais e religiosas, fortificando a sua inteligência e alargando a esfera de seus conhecimentos.*<sup>42</sup>

Em função desse objetivo definiram-se as cadeiras que compuseram o currículo do colégio, todas preparatórias para o ingresso nos cursos superiores. Analisando-se seu conteúdo programático percebe-se que era definido tendo em vista o programa estabelecido para os exames de preparatórios. O Regulamento de 1874 dispunha que o ensino secundário do Atheneu compreendia sete cadeiras, distribuídas em um curso de cinco anos: Latim, Francês, Inglês, Filosofia, Eloquência e Poética, Geografia e História e Matemáticas. Aos alunos era permitido matricular-se em uma ou mais aulas, desde que não houvesse incompatibilidade no horário, podendo fazer os exames nas matérias que tivesse frequentado.

No Regulamento de 1876, o curso secundário do Atheneu foi reduzido a quatro anos:

1º ano: Português, Latim, Francês e Aritmética;

2º ano: Português, Latim, Francês, Inglês e Álgebra;

3º ano: Literatura Nacional, Latim, Inglês, Geometria, Geografia e História;

4º ano: Literatura Nacional, Latim, Geografia, História e Trigonometria.

Além dessas o Regulamento previa o ensino de música, dança, desenho e ginástica quando as circunstâncias financeiras da Província o permitissem, que não chegou a ocorrer. Quanto aos compêndios, os Regulamentos previam os mesmos do Colégio Pedro II.

A redução do curso para quatro anos foi constantemente citada pelos responsáveis pela instrução como uma das causas dos maus resultados alcançados pelo Atheneu. Diziam que em quatro anos era impossível aos alunos fazerem grandes progressos, que o prazo era exíguo para o ensino de tantas matérias. Sugeriam que o curso fosse

---

<sup>42</sup> Artigo 1º do Regulamento do Atheneu Provincial, de 09.08.1876.

elevado para cinco ou seis anos, o que traria, segundo eles, melhores resultados e facilitaria a distribuição do horário.

Outro fator apontado para o decréscimo de alunos era a obrigatoriedade da frequência em todas as aulas, instituída pelo Regulamento de 1876. Se antes os alunos podiam escolher quantas e quais matérias desejavam frequentar, agora, teriam que frequentar todas as matérias referentes ao ano em que estavam matriculados. Caso reprovassem em alguma matéria, teriam que repetir o ano e, se fossem reprovados três vezes consecutivas na mesma matéria, não poderiam continuar no Atheneu. Esse Regulamento buscou, de certo modo, dar maior organicidade ao curso, fosse implantando estudos seriados e regulares ou criando normas mais rigorosas na execução dos exames finais.

O aluno aprovado em todas as cadeiras obteria um diploma assinado pelo Presidente da Província, pelo Inspetor da Instrução Pública e pelo diretor do Atheneu. Pelo Regulamento de 1874, este diploma lhe daria direito de ser nomeado para qualquer emprego da Província, independente de concurso, bem como lhe serviria como título de habilitação aos concursos para preenchimento das cadeiras de instrução primária e secundária. Já pelo Regulamento de 1876, o diploma lhe daria direito de ser nomeado, independente de concurso, para qualquer emprego provincial de 1ª entrância. Assim, embora não oferecesse cadeiras destinadas à formação pedagógica ou técnico-administrativa, o curso secundário do Atheneu habilitava seus alunos para o magistério e para compor os quadros da máquina administrativa.

A descrição do conteúdo das oito cadeiras que compuseram o currículo do Atheneu durante os nove anos de sua existência evidencia a predominância do ensino clássico-literário. As freqüentes disposições legais alterando a estrutura do curso e a alta rotatividade dos professores fizeram com que a maioria das cadeiras tenha funcionado sem muita regularidade:

## Latim

O Latim foi a única cadeira distribuída em todos os anos em que diversamente se dividiu o curso secundário do Atheneu. Esse fato, aliado ao número de horas semanais destinadas ao seu ensino fez com que fosse a cadeira com a maior carga horária do curso. Seu ensino compreendia exercícios gramaticais, metrificação e análise de versos, composição em prosa e verso, versão de prosadores e poetas portugueses e latinos e tradução de clássicos como Horácio, Virgílio, Tito Lívio, Tácito e Perso.

Por ter sido regida quase exclusivamente pelo padre José Leite Mendes de Almeida, até sua morte em meados de 1883, a cadeira de Latim teve um funcionamento regular, raro no colégio. Além de professor da cadeira de Latim, Mendes de Almeida foi também diretor do Atheneu durante cinco anos. Em março de 1878, com a queda do gabinete conservador e a subida dos liberais ao poder, assumiu a Presidência da Província de Santa Catarina o Vice-Presidente, o catarinense Joaquim da Silva Ramalho, chefe do partido liberal, que dispensou do cargo de diretor do Atheneu o conservador João José de Rosas Ribeiro de Almeida e nomeou Mendes de Almeida para o cargo. Com a morte deste em julho de 1883 ficou vago o cargo e, conforme disposto legalmente, assumiu a direção do colégio o Diretor da Instrução Pública o bacharel Luiz Augusto Crespo. Este, ao comunicar a morte do professor ao Presidente da Província, assim se expressou:

*Este tristíssimo acontecimento (...) abriu no corpo docente do Atheneu um claro difícil de ser preenchido, porque o ilustre morto às mais belas qualidades de sacerdote, reunia um cabedal de ciência que poucos possuíam.*<sup>43</sup>

---

<sup>43</sup> Ofício da Diretoria Geral da Instrução Pública ao Presidente da Província, em 02.07.1883.



Como a cadeira de Latim não fazia parte do currículo do Curso Normal foi extinta. Contudo, para que os alunos não ficassem privados do seu ensino no meio do ano letivo, o professor de Francês, Wenceslau Bueno de Gouvêa, ofereceu-se para regê-la gratuitamente.

## Francês

O estudo da língua dos países materialmente avançados da época era, em certa medida, indispensável a uma cidade portuária que mantinha relações comerciais diretas e indiretas com esses países. Mas, muito além dos interesses comerciais, dominar o francês e o inglês era uma maneira de demonstrar status e, portanto, distinguir-se socialmente. Segundo CARELLI, *a atração pela França das Luzes, que era inicialmente de ordem ideológica e que preparava uma laicização das instituições e dos comportamentos, incluía a aprendizagem da língua e o gosto pelos usos*.<sup>44</sup> Nesse sentido, a influência da cultura francesa, no Brasil, e em particular em Desterro, foi visível não apenas na linguagem, mas no vestuário e comportamento das pessoas. A elite local, na tentativa de demonstrar um maior grau de civilidade buscava afrancesar-se. Assim, além de ser um dos preparatórios, o francês tinha toda uma carga cultural que atraía a emergente elite local. A cadeira de Francês obteve no decorrer dos anos o maior número de alunos matriculados.

Pelos regulamentos, o ensino de Francês era oferecido nos dois primeiros anos do curso. O conteúdo compreendia leitura, gramática, versão do português para o francês, tradução de poetas e prosadores portugueses e franceses clássicos e composições.

O primeiro professor a regê-la foi João José Rosas Ribeiro de Almeida, professor vitalício da cadeira de Francês do Liceu Provincial. Em 1867, com a extinção das cadeiras avulsas do Liceu, Ribeiro de

---

<sup>44</sup> CARELLI, Mario. *Culturas Cruzadas: intercâmbios culturais entre França e Brasil*. Trad. de Nícia Adan Bonatti. Campinas, Papirus, 1994. p. 59.

Almeida foi nomeado bibliotecário da Biblioteca Pública e em 1872 secretário da Instrução Pública da Província. Em 1874, ao serem nomeados os professores do Atheneu, o Presidente da Província convocou os professores vitalícios do Liceu para assumirem as respectivas cadeiras no Atheneu. Durante a regência da cadeira de Francês Ribeiro de Almeida assumiu também, rapidamente, o cargo de secretário do colégio e, quando Paes Leme solicitou demissão da direção em julho de 1876, foi nomeado provisoriamente para o cargo de diretor, nele permanecendo por um ano e oito meses, ou seja, até março de 1878, quando os liberais o substituíram pelo Padre José Leite Mendes de Almeida, professor de Latim.

Paralelamente às atividades docentes, Ribeiro de Almeida dirigiu o jornal O CONSERVADOR (1871-1889), através do qual polemizava com os liberais.

Em maio de 1880 Ribeiro de Almeida solicitou licença, sendo substituído pelo professor de História e Geografia Custódio Teixeira Raposo, que permaneceu na regência da cadeira até maio do ano seguinte quando Ribeiro de Almeida solicitou sua jubilação. Com a jubilação a cadeira de Francês ficou vaga. Havendo um dispositivo legal proibindo o provimento das cadeiras que vagassem no Atheneu, a cadeira não foi ministrada temporariamente. Este dispositivo não se aplicava às cadeiras que fizessem parte do curso da Escola Normal, entre elas o Francês, e em setembro mandou-se abrir inscrição para o concurso, para que a mesma fosse provida e se inicia-se o quanto antes o Curso Normal. Em fevereiro de 1882 encarregou-se novamente o professor de História para reger a cadeira até que ela fosse provida efetivamente. Ao comunicar ao Presidente da Província o fim do prazo de inscrição e o nome dos três candidatos inscritos, o Inspetor Geral da Instrução Pública, antes de solicitar a designação do dia e da mesa julgadora, consultou se deveria mesmo realizar-se o concurso tendo em vista que nenhum aluno havia se matriculado no Curso Normal. Para ele a cadeira não deveria ser provida efetivamente, quando muito continuar a ser regida interinamente pelo professor de História e Geografia. O

Presidente resolveu adiar o concurso até que o legislativo resolvesse acerca da supressão ou conservação do Curso Normal, continuando a ser regida interinamente por Custódio Teixeira Raposo. Em janeiro de 1883 mandou-se colocá-la em concurso e no mês seguinte foi nomeado professor interino da cadeira Wenceslau Bueno de Gouvêa. Encerrado o prazo de inscrição três candidatos inscreveram-se, dois dos quais haviam se inscrito anteriormente. O concurso não chegou a ser realizado porque sendo o Atheneu transformado em Instituto Literário e Normal, coube ao Presidente da Província nomear o novo professor de Francês.

### Inglês

A cadeira foi dividida inicialmente em três anos e posteriormente em dois, com uma carga horária de seis horas semanais, reduzida nos últimos anos de existência do Atheneu, a três horas. Aprendia-se gramática, leitura, tradução de poetas e prosadores portugueses e ingleses clássicos.

Anfilóquio Nunes Pires, professor vitalício de Inglês do Liceu Provincial, a exemplo de Ribeiro de Almeida, foi convocado para assumir a cadeira no Atheneu, bem como o cargo de secretário do colégio. Para que pudesse assumir estes cargos Nunes Pires foi exonerado do cargo de Procurador Fiscal interino da Fazenda Provincial, que então presidia.

Em 1876 Nunes Pires foi eleito deputado provincial e solicitou licença para o período em que o legislativo se reuniria (2 meses), sendo substituído pelo Pe. José Leite Mendes de Almeida, professor de Latim. Em janeiro de 1878, um dia antes da queda do gabinete conservador, Anfilóquio Nunes Pires, membro do partido conservador, deixou de reger a cadeira de inglês e a mesma foi colocada em concurso. Expirado o prazo de seis meses nenhum candidato inscreveu-se. Segundo ofício do Inspetor da Instrução Pública, candidatos que pretendiam inscrever-

se não satisfaziam algumas cláusulas do Regulamento. Tratava-se de estrangeiros que ainda não tinham a necessária naturalização brasileira. Depois de algumas prorrogações no prazo, devido a problemas com a inscrição dos candidatos estrangeiros - os únicos que se apresentaram - realizou-se o concurso com a inscrição do alemão J. L. Warger e *examinada a prova escrita, que consistia na versão de português para inglês de alguns trechos clássicos e pesando a prova oral prestada, foi a mesa julgadora de parecer que o candidato não merecia prover a cadeira, por falta de habilitação.*<sup>44</sup> Afixaram-se novamente editais com o prazo de três meses. Inscreveram-se Robert Grant e J. L. Warger, reprovado no concurso anterior e que não compareceu à sessão de seleção. Realizadas as provas, Robert Grant foi considerado aprovado, assumindo a cadeira em 27.02.1879 e permanecendo na regência da mesma até o final. Solicitou, contudo, inúmeras licenças, sendo substituído, nessas ocasiões, por outros professores do Atheneu, entre eles o professor de Francês, João José Rosas Ribeiro de Almeida e o de Latim, Pe. José Leite Mendes de Almeida.

## Matemáticas

O ensino de aritmética, álgebra, geometria e trigonometria constituía a cadeira de Matemáticas. Fritz Müller, professor vitalício do Liceu Provincial, a exemplo de Nunes Pires e Ribeiro de Almeida, foi convocado pelo Presidente da Província, João Tomé da Silva, para assumir a cadeira de Matemáticas do Atheneu. Esta imposição não agradou a Müller:

*Eu fui convocado para lecionar ali como professor de Matemáticas. Pela lei que dissolveu nossas antigas cátedras, eu não era mais obrigado a aceitar qualquer cargo que não me agradasse. Eu me sentia tão bem no Itajaí, onde por 6 ou 7*

---

<sup>44</sup> Ofício da Inspetoria Geral da Instrução Pública ao Presidente da Província, em 15.11.1878.

*anos trabalhei com afinco e satisfação na tarefa a que eu mesmo me impus. que eu desejava não aceitar esta cátedra. Mas o meu antigo diretor Anfilóquio me escreveu dizendo que, caso nós não aceitássemos o cargo de professor, João Tomé suspenderia nosso ordenado. E quem poderia lutar pelo seu direito mesmo com a lei ao seu lado, indo contra os diferentes estados de espírito de um Ministro ou Presidente? Fui para Desterro contra a minha vontade enquanto minha família permaneceu no Itajaí. (...) Eu estava de péssimo humor e não escondia isto (...)*<sup>45</sup>

Contrariado com a convocação e pouco disposto a lecionar a cadeira, poucos dias após o início das aulas, em ofício ao Presidente da Província, Müller solicitou ser dispensado de lecionar no Atheneu, alegando problemas de saúde e mostrando a desvantagem para a Província em não poder dar continuidade aos trabalhos científicos de que estava encarregado pela nº 585, de 28.06.1867. Ao que parece o Presidente não lhe concedeu, nessa ocasião, a licença, apesar de o Inspetor da Instrução Pública, Cônego Joaquim Eloy de Medeiros, ter se manifestado a favor. Sem dúvida o Cônego não devia fazer muita questão da presença de um materialista, entre os docentes do Atheneu. No final de setembro Fritz Müller encaminhou novo pedido de licença por motivo de saúde, agora acompanhado de atestado médico. O Inspetor da Instrução Pública, ao encaminhar o pedido ao Presidente da Província disse que a falta do professor seria *bastante sensível à instrução* devido a dificuldade em nomear outro professor do Atheneu para substituí-lo, mas acreditava que isto não seria motivo suficiente *para negar-se ao peticionário uma licença para tratar de sua saúde*.<sup>46</sup> Em 25 de setembro foram concedidos dois meses de licença à Fritz Müller, sendo substituído pelo professor de Filosofia, Bernardo Francisco Broring, até o final de novembro quando retornou.

<sup>45</sup> Carta-biográfica dirigida em 1892 por Fritz Müller para um amigo em Munique, publicada em *Blumenau em Cadernos*, nº 25, Blumenau, maio/1983.

<sup>46</sup> Ofício do Inspetor Geral da Instrução Pública, Cônego Joaquim Eloy de Medeiros, ao Presidente da Província, em 21.09.1874.

A possibilidade de vir a ser nomeado a qualquer momento naturalista viajante do Museu Nacional do Rio de Janeiro, vislumbrada quando passou por Desterro o Diretor do Museu, aliada à indisposição de lecionar no Atheneu, fizeram com que Müller não mais se apresentasse no colégio. Sua nomeação como naturalista viajante só se efetivou em outubro de 1876, pois como disse o próprio Müller, *no Brasil todas as coisas levam algum tempo*.<sup>47</sup> Nessa mesma época o Inspetor da Instrução Pública propôs ao Presidente da Província o nome de Müller para o cargo de Inspetor de Distrito das escolas da Colônia Blumenau. Ao nomeá-lo o Presidente da Província assim se expressou:

*(...) manifesto a minha satisfação por ver identificado com os interesses morais do Brasil um dos homens da ciência mais respeitados em todo o mundo civilizado pelos seus vastos conhecimentos zoológicos.*<sup>48</sup>

O professor de Filosofia, Bernardo Francisco Broring, assumiu a cadeira de Matemáticas até o início de 1877 quando o Presidente da Província nomeou para regê-la interinamente o engenheiro Alberto Aquino Fonseca. Em 1878 foi aberto concurso para a cadeira, mas nenhum candidato inscreveu-se, sendo o prazo prorrogado por mais três meses. Em agosto desse ano foi nomeado novo professor interino o capitão tenente e ex-diretor do colégio, Jacintho Furtado Paes Leme, o qual, junto com Feliciano de Souza Corcoróca, inscreveu-se para o concurso. Realizado o concurso o único candidato que compareceu, Paes Leme, foi aprovado. Em março de 1882 Paes Leme aceitou a nomeação para o cargo de Patrão-Mor do Arsenal da Marinha da Corte, ficando vaga a cadeira de Matemáticas. Consultado se deveria ser extinta a cadeira ou colocada em concurso, por fazer parte a Aritmética do Curso Normal, o Presidente da Província mandou o professor José Maria Branco continuar a regê-la interinamente até que a Assembléia

<sup>47</sup> Carta-biográfica dirigida em 1892 por Fritz Müller para um amigo em Munique, publicada em *Blumenau em Cadernos*, nº 25, Blumenau, maio/1983.

<sup>48</sup> Ofício do Presidente da Província, Alfredo Escragnolle Taunay, para o Inspetor Geral da Instrução Pública, Cônego Joaquim Eloy de Medeiros, em 20.10.1876.

Legislativa Provincial resolvesse sobre a supressão ou conservação do Curso Normal. Em maio Paes Leme solicitou licença por tempo indeterminado mas teve seu pedido negado. Em janeiro de 1883 abriu-se inscrição para o concurso da cadeira e foi nomeado novo professor para regê-la interinamente, o médico Dr. João Henrique da Silva Coutinho. Findo o prazo de inscrição em 30.07.1883 e não havendo inscritos o prazo foi prorrogado por mais três meses. Na seqüência o Atheneu foi transformado em Instituto Literário e Normal e novos professores foram livremente nomeados pelo Presidente da Província, sem que se tenha realizado o concurso.

Lecionaram na cadeira de Matemáticas, entre vitalícios, interinos e substitutos, oito professores, o que dá uma média aproximada de um professor por ano, número que reflete o modo irregular com que funcionaram algumas cadeiras do Atheneu.

### **Português e Literatura**

O Português passou a figurar mais efetivamente no currículo dos cursos secundários a partir da sua inclusão nos exames preparatórios, em 1870.

Pelo Regulamento de 09.08.1876 o estudo do Português no Atheneu seria oferecido nos dois primeiros anos do curso e o de Literatura nos dois últimos. O ensino de Português compreendia a leitura e recitação de prosadores e poetas nacionais, gramática, análise e exercícios ortográficos e o de Literatura, noções da literatura estrangeira que influenciou na formação ou aperfeiçoamento da portuguesa, estudo das diferentes fases da literatura estrangeira e da luso-brasileira e juízos críticos e paralelos por escrito dos principais prosadores e poetas.

Regeu esta cadeira desde o seu início o professor José Maria Branco.

## Eloquência (Retórica) e Poética

Pelo Regulamento de 1874 esta cadeira, ministrada em um ano, seria uma das últimas a serem cursadas pelos alunos. Contudo, já no início do curso se inscreveram seis alunos e no ano seguinte novamente seis. O bacharel Genuíno Firmino Vidal Capistrano, antigo aluno dos padres jesuítas e na ocasião Promotor Público da Comarca da Capital, foi nomeado para reger a cadeira. Porém, passados apenas quinze dias Capistrano solicitou licença e foi substituído durante três meses pelo professor de Filosofia, o bacharel Bernardo Francisco Broring. Logo depois que Capistrano reassumiu a cadeira foi exonerado do cargo de Promotor Público bem como de professor de Retórica e Poética. No dia seguinte o Presidente da Província mandou pô-la em concurso e pediu ao Inspetor da Instrução Pública, cônego Joaquim Eloy de Medeiros, que propusesse pessoa idônea para exercer o cargo interinamente. O cônego, alegando incompatibilidade de horário dos demais professores do colégio, propôs para o cargo o Padre José Evangelista Franco, que julgava *suficientemente habilitado para fazê-lo*.

Findo o prazo de inscrição para o concurso, o primeiro a ser realizado para uma cadeira do Atheneu, apresentaram-se o próprio Padre Franco e o professor público vitalício da instrução primária, Silvio Pélico de Freitas Noronha. O primeiro desistiu e não compareceu ao exame. Realizadas a prova oral e a prova escrita, Freitas Noronha foi aprovado por unanimidade, assumindo a cadeira em abril de 1875.

Em 1876, foi apresentado ao legislativo projeto de lei autorizando o Presidente da Província a, entre outras providências, suspender o exercício das cadeiras de Eloquência e Poética e de Filosofia do Atheneu. O projeto era assinado por diversos deputados provinciais, entre eles o Padre Franco, ex-professor interino da cadeira de Eloquência e Poética e Anfilóquio Nunes Pires, professor de inglês do Atheneu, autor do projeto. A discussão deste projeto exemplifica como o jogo político refletia nas decisões acerca do Atheneu. Já na



primeira discussão do projeto houve controvérsias.<sup>49</sup> O deputado Padre Rafael Faraco argumentou contra o projeto enquanto Nunes Pires o defendera. Colocado em votação houve empate. No dia marcado para a realização da segunda discussão Nunes Pires solicitou adiamento por 24 horas. No dia seguinte foi aprovado para terceira discussão. Nessa, solicitou-se novamente o adiamento da discussão até que o Inspetor Geral da Instrução Pública fornecesse maiores informações a respeito, as quais, parece, não contribuíram muito para clarear o assunto. Na 32ª sessão daquela legislatura, o projeto voltou à mesa para terceira discussão. Nunes Pires continuou defendendo o projeto alegando que as cadeiras a serem suspensas não eram necessárias naquele momento, pois os alunos só as iriam frequentar mais adiante. O deputado Bittencourt Cotrim falou contra o projeto por *entender ser prematura qualquer reforma que se (pretendesse) fazer no Atheneu Provincial, (pois) ... o tempo de existência do estabelecimento não fornecia bastante experiência para uma reforma.*<sup>50</sup> Apesar das ponderações de Cotrim e a oposição aberta do Padre Faraco, as cadeiras foram suspensas.

Freitas Noronha passou então a reger a cadeira de primeiras letras anexa ao Atheneu até maio de 1877 quando foi suprimida. Nessa ocasião foi restabelecida a cadeira de Eloquência e Poética e Noronha passou a regê-la. Pelo número de alunos aprovados nesta cadeira no decorrer dos anos, parece que eram poucos os que a frequentavam. Em 1880, por exemplo, apenas quatro alunos estavam matriculados. Em abril desse ano a cadeira foi extinta e em abril do ano seguinte Noronha foi nomeado secretário da Instrução Pública, cargo que ocupou até meados de 1883 quando foi nomeado para a cadeira de Eloquência e Poética do Instituto Literário e Normal. Noronha liderou o mais antigo grupo literário de Desterro. Além de ativo literato atuou na imprensa local como um dos redatores de periódicos como O Beija-flor (1867-68), A Perseverança (1868) e A Regeneração (1868-1889), todos

<sup>49</sup> Atas das sessões da ALP no ano de 1876.

<sup>50</sup> Ata da 32ª sessão da ALP em 19.04.1876.

tendentes ao partido liberal. Foi eleito deputado provincial para a 23ª legislatura (1880-1881).

## **História e Geografia**

Pelo Regulamento de 09.08.1876 esta cadeira seria ministrada em dois anos, os últimos do curso. Em Geografia, no primeiro ano, seriam dadas noções de geografia, limitando-se às divisões das terras e águas, estudar-se-iam os principais países com as respectivas capitais, além de termos técnicos. No segundo ano estudar-se-ia a divisão dos homens sobre a Terra, pelas raças e pelos grupos religiosos e políticos e a descrição física e política dos principais países do globo, mais detalhadamente os da América e principalmente o Brasil. Em História seriam estudadas primeiramente a história antiga e média e em seguida a moderna e contemporânea, através dos acontecimentos políticos dos principais estados da Europa, mais individualmente os da América e sobretudo do Brasil.

O primeiro professor da cadeira foi o cônsul Carlos João Watson que a regeu até meados de 1875 quando, estando licenciado para tratar de sua saúde, faleceu. Bernardo Francisco Broring, professor de Filosofia, que já o havia substituído anteriormente, assumiu a cadeira, colocada para concurso. Em março de 1877, com a presença do Presidente da Província, realizou-se o concurso, o segundo do Atheneu. Foram três dias de trabalho. No primeiro os candidatos Custódio Teixeira Raposo e Antônio José Machado de Moraes Cassuono realizaram a prova escrita e a prova oral de História. No dia seguinte procedeu-se a argumentação recíproca e no terceiro dia a prova escrita e a prova oral de Geografia. No final da seleção Antônio José Machado de Moraes Cassuono foi aprovado simplesmente e Custódio Teixeira Raposo plenamente. Custódio Teixeira Raposo foi nomeado e permaneceu na regência da cadeira até o final, sendo substituído em algumas ocasiões pelo professor de Português, José Maria Branco.

## Filosofia

O primeiro indicado para assumir a cadeira foi o bacharel Luiz Augusto Crespo, que não aceitou, sendo nomeado então o bacharel em letras Bernardo Francisco Broring.

Pelo Regulamento de 22.06.1874 o ensino de Filosofia seria ministrado no 4º e 5º ano do curso secundário do Atheneu. No primeiro enfatizaria-se a parte relativa a psicologia e a lógica e no segundo a moral, a teodicéia e a história da filosofia. Como era permitido aos alunos matricularem-se livremente nas cadeiras que quisessem frequentar, sem seguir o curso regular e não havendo a exigência de pré-requisitos, no primeiro e segundo anos matricularam-se seis alunos.

Em 1876, como vimos, foi suspenso o exercício da cadeira de Filosofia e Broring passou a reger a cadeira de Matemáticas até o final do ano quando morreu. Em 1877 restabeleceu-se por lei a cadeira de Filosofia, porém não se tratou do seu preenchimento, possivelmente por não haver alunos interessados. Em meados de 1878 após insistentes consultas do Inspetor da Instrução Pública sobre o preenchimento ou não da cadeira, abriu-se inscrição para concurso. Findos os seis meses sem que nenhum candidato tivesse se inscrito, prorrogou-se a inscrição por mais três meses. Inscreveu-se então o candidato Eufrásio José da Cunha. Contudo, por razões não identificadas, o exame do candidato foi adiado até segunda ordem e logo em seguida foi marcado novo prazo de 60 dias para novas inscrições. Findos os dois meses quatro candidatos inscreveram-se: Eufrásio José da Cunha, Aristides Júlio Cajueiro de Campos, Henrique Ferreira dos Santos Reis e Antônio Martins Vieira Sobrinho. Presentes apenas os dois últimos realizaram-se a prova escrita, a prova oral e a argumentação recíproca. Finda a sessão secreta de avaliação ficou classificado em primeiro lugar o Dr. Henrique Ferreira dos Santos Reis e em segundo o Sr. Antônio Martins Vieira Sobrinho. Santos Reis foi nomeado professor de Filosofia do Atheneu, mas parece que não chegou a lecioná-la, pois a mesma não

mais figurou entre as cadeiras que funcionaram daí em diante. Em fevereiro de 1880 foi suprimida. A cadeira de Filosofia foi, portanto, lecionada apenas nos dois primeiros anos do Atheneu.

Os exames finais das cadeiras eram realizados perante a Congregação e sob a presidência do Inspetor Geral da Instrução Pública. A mesa examinadora era composta pelo professor da cadeira e mais dois nomeados pelo Inspetor. Os exames abrangiam provas escritas, a portas fechadas, e provas orais, públicas. Após ser avaliado o aluno poderia ser reprovado, aprovado simplesmente, aprovado plenamente ou aprovado plenamente com distinção.

Findos os exames o resultado deveria ser afixado no estabelecimento e publicado no *jornal oficial*, e o Presidente da Província marcava um dia para a distribuição dos prêmios aos alunos que se destacassem. Ato este que deveria ser realizado *com a maior solenidade possível*. Em cada ano deveriam ser premiados três alunos, cujos prêmios consistiam em *livros cuidadosamente encadernados*. Caso mais alunos se destacassem, estes receberiam menção honrosa que consistia na *aclamação do nome*. Após a distribuição dos prêmios o professor de Eloquência deveria pronunciar um discurso, podendo ser admitidos mais três oradores.<sup>51</sup>

## 7. Recursos orçamentários

A verba destinada à instrução pública de 1874 a 1883, período de existência do Atheneu, correspondeu, em média, a 26% da receita total arrecadada pelos cofres públicos. A despesa com a instrução secundária, que incluía o vencimento do diretor, dos professores e

---

<sup>51</sup> Regulamento do Atheneu Provincial, de 09.08.1876.

demais funcionários e material de expediente, correspondeu, em média, a 11,5% da despesa total com a instrução pública e a 3% da receita total da Província. Se o percentual parece ser alto, o montante em recursos era pouco devido à baixa arrecadação.

A partir da década de 1880 o governo provincial emitiu leis visando arrecadar fundos para investir na instrução pública. Em 1880 criou uma loteria cujo produto deveria ser aplicado no *custeio e obras dos hospitais de caridade da Província, instituições pias e instrução primária*.<sup>52</sup> Em 1887 ao transferir para os municípios a responsabilidade pela fiscalização da instrução primária autorizou-os a criarem um fundo escolar municipal.<sup>53</sup>

**Tabela 4**

**Receita Total e Despesa com Instrução Pública (1874-1883)**

Exercício	Receita Total	Despesa Inst. Pública	%	Desp. Instr. Secundária	% em relação rec. total	% em relação desp. Inst. Púb.
1874-1875	311:492\$953	76:720\$000	24,63	11:100\$000	3,56	14,47
1875-1876*	311:492\$953	76:720\$000	24,63	11:100\$000	3,56	14,47
1876-1877	304:172\$209	77:217\$614	25,39	9:000\$000	2,96	11,65
1877-1878	314:406\$192	90:000\$000	28,63	10:784\$000	3,43	11,98
1878-1879*	314:406\$192	90:000\$000	28,63	10:784\$000	3,43	11,98
1879-1880*	314:406\$192	90:000\$000	28,63	10:784\$000	3,43	11,98
1880-1881	347:275\$180	84:000\$000	24,18	8:400\$000	2,48	10,00
1881-1882	356:220\$000	86:800\$000	24,37	8:400\$000	2,36	9,68
1882-1883*	356:220\$000	86:800\$000	24,37	8:400\$000	2,36	9,68

\* Nestes exercícios vigoraram os valores dos exercícios anteriores por não ter se reunido a Assembléia Legislativa Provincial.

**Fonte:** Coletânea de Leis Provinciais (1873-1884).

<sup>52</sup> Lei Provincial nº 910, de 08.04.1880.

<sup>53</sup> Lei Provincial nº 1.187, de 17.02.1887.

Tomando-se como referência o exercício financeiro de 1877-1878 e os dados de matrícula desse último ano, pode-se fazer a seguinte inferência: um aluno da instrução primária custava ao Estado anualmente 27\$873 réis, enquanto que um aluno da instrução secundária custava 513\$520 réis anuais. Isto evidencia que a manutenção do ensino secundário, atendendo em torno de 20 alunos, comparado ao ensino primário, atendendo quase 3.000 alunos, representava um alto investimento para o Estado.

Embora houvesse dirigentes e grupos locais tendentes à supressão do Atheneu e à subvenção a um colégio particular, pode-se destacar entre as razões de sua manutenção, com altos custos aos cofres provinciais, o fato de que o fechamento do único colégio secundário público da Província representaria o fim da realização dos exames preparatórios na mesma. Privilégio que não se desejava perder. Além disso, numa época em que os dirigentes se voltavam para a construção do Estado brasileiro, o governo provincial buscou assegurar a formação dos jovens no âmbito da esfera pública.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O processo de implementação da instrução pública secundária em Desterro, através de aulas e colégios, expressou o processo de estruturação e organização social da cidade. A vinda de contingentes militares e oficiais e o povoamento da Ilha com a chegada dos imigrantes açorianos em meados do século XVIII marcam o início da preocupação em instruir a mocidade. Nos primeiros anos do século XIX, além da aula de Latim essa instrução caracterizou-se pelo oferecimento de aulas de Francês e Inglês e outras que vinham ao encontro de determinadas necessidades ligadas a melhoramentos urbanos.

A habilitação em algumas cadeiras como requisito ao ingresso nos cursos superiores de Direito e Medicina determinou a partir da década de 1830 a estrutura e o currículo das aulas e dos colégios secundários criados nas Províncias. Em Santa Catarina temos a partir de então tentativas de instituir aulas secundárias, mas havia dificuldade de encontrar pessoas habilitadas para ensinar. A chegada dos jesuítas na década de 1840 pareceu suprir a carência de professores e tornou-se possível abrir o primeiro colégio secundário. Na década de 1850, época de crescimento econômico e estabilidade política, colocaram-se as condições para o governo provincial abrir um colégio secundário público, o Liceu Provincial. Após a saída do Presidente Coutinho em 1859 e a volta da transitoriedade dos Presidentes da Província, fecha-se o Liceu e subvenciona-se novamente um colégio jesuíta e posteriormente o Colégio da Conceição, particular. Na década de 1870 a instituição das mesas de exames de preparatórios nas Províncias

recolocou a necessidade de um colégio secundário público. Abriu-se então o Atheneu Provincial.

Essa retrospectiva demonstra que o governo provincial, durante o período imperial, subvencionou colégios jesuítas e um particular, além de lançar-se à iniciativas próprias como foram os casos do Liceu e do Atheneu Provincial. Nessa trajetória evidencia-se, portanto, a presença do poder público, da Igreja, especialmente dos jesuítas, e de particulares no oferecimento da instrução secundária em Desterro.

O clero, possuindo alguns dos poucos membros ilustrados da cidade, esteve quase sempre vinculado às iniciativas com relação à instrução secundária e, em alguns momentos, pode-se dizer, foram os eclesiásticos os mentores intelectuais da mesma. No período de existência do Atheneu o cônego Joaquim Eloy de Medeiros, Inspetor Geral da Instrução Pública, e o padre José Leite Mendes de Almeida, professor de Latim e também diretor do colégio, formaram sua base de sustentação.

A situação da Igreja em relação ao Estado, contudo, era ambígua. Embora fosse um ramo do serviço público, devido a sua união, nem sempre seus interesses convergiram. Lembremos a contenda entre o Padre Paiva e o Presidente Coutinho na década de 1850. A Igreja atravessava um período de transição, buscando sua “autonomia” face ao Estado e voltando-se para as diretrizes emanadas de Roma. O Estado, contudo, não abria mão do controle da Igreja pois a mesma possuía grande poder sobre a população e tinha importante papel a cumprir na formação dos cidadãos brasileiros.

Os jesuítas, particularmente, se supriram a carência de pessoal habilitado para atuar no ensino secundário, mantendo colégios subvencionados pelos cofres públicos e contando com o apoio de determinados grupos dirigentes, representaram, ao mesmo tempo, um perigo ao espírito nacional em constituição, devido a serem estrangeiros e também por não se submeterem a ingerência do poder



civil. Assim, embora o governo provincial tenha apoiado e subvencionado os empreendimentos jesuítas, não abriu mão da fiscalização oficial sobre a ação dos missionários. Tal ingerência motivou o fechamento do segundo colégio jesuíta.

Percebe-se assim, no decorrer do período, uma tensão entre o Estado e a Igreja, especialmente os jesuítas, ora prevalecendo um, ora outro. Contudo, embora a Igreja mantivesse um espaço importante constata-se a crescente primazia do Estado no direcionamento dos negócios públicos. Era o civil se sobrepondo ao religioso, expressão do processo de secularização da sociedade, fruto do ideário liberal. A secularização do ensino, embora não implicasse o fim da formação religiosa nas escolas, visou tornar o ensino voltado aos interesses civis, ou seja, formar cidadãos identificados com os valores nacionais de civilidade e progresso.

A burocracia estatal, em Desterro, era composta basicamente pelos mesmos segmentos interessados em oferecer instrução secundária aos seus filhos. Tal fato fazia com que os interesses públicos e particulares se entrelaçassem. Assim, no momento em que se desfez o contrato com os jesuítas, em 1870, não sendo possível ao governo provincial abrir de imediato um colégio público, apoiou a iniciativa particular, pois os filhos das camadas médias e elevadas não poderiam ficar sem instrução secundária. Essas camadas pressionaram o governo provincial e este passou a subvencionar o Colégio da Conceição. A alegada precariedade financeira da Província foi utilizada, de certo modo, para legitimar o subsídio público a um empreendimento particular.

Num momento em que a esfera pública burguesa está se constituindo, não havendo um entendimento único do papel do poder público e uma precisa delimitação das esferas pública e privada, compreende-se porque alguns setores e grupos eram mais favoráveis a subvenção de colégios e outros não. No caso do Atheneu Provincial, em muitos momentos da sua existência sugeriu-se e defendeu-se a sua extinção e a subvenção a colégios particulares. Contudo, a preocupação

da elite dirigente com a construção de um projeto nacional fazia com que o ensino secundário, como espaço de formação da mocidade, se mostrasse um campo importante para garantir uma unidade na formação dos futuros dirigentes. Assim, o Estado buscou assegurar o controle e a fiscalização da instrução secundária, mesmo quando esta esteve sob a direção de jesuítas ou particulares.

Alguns indicadores, como o sobrenome dos alunos, permitem caracterizar a clientela do Atheneu Provincial como sendo filhos de comerciantes, políticos, funcionários públicos e profissionais liberais. Havia algumas exceções, ou seja, alunos menos favorecidos, possibilidade aberta, basicamente, pelas pensões oferecidas pelo governo provincial. A predominância de filhos de uma pequena camada favorecida evidencia que o Atheneu Provincial foi fruto dos anseios dessa camada que possuía divergências internas, mas com um objetivo comum: formar seus filhos. Para tanto essa elite se apropria da esfera pública para atender e garantir seus interesses, publiciza seu projeto educativo. Nesse sentido, que tipo de ensino interessava e convinha a essa camada? Um ensino que ao mesmo tempo que ilustrasse e distinguisse seus filhos da maioria não letrada, garantindo a assunção aos cargos públicos, os preparasse para o ingresso nos cursos superiores.

Assim, o currículo do Atheneu, marcadamente elitista, ofereceu basicamente estudos clássicos destinados àqueles que objetivavam a ilustração do espírito, acesso aos cargos públicos e ingresso no ensino superior. Aliado ao currículo, os exames e os rituais de premiação visavam distinguir ainda mais um determinado grupo social, demarcando e legitimando a diferença entre os que tinham acesso a tal ensino e os que dele estavam excluídos.

Numa sociedade escravocrata e patriarcal, onde os dirigentes estavam interessados em higienizar e disciplinar a cidade, compreende-se que o ensino secundário se destinasse apenas aos meninos, livres, sadios e comportados. O Atheneu foi, portanto, uma escola datada, fruto do seu tempo. Numa sociedade que menosprezava as atividades manuais,

relegadas aos segmentos inferiores, onde a industrialização era incipiente, o ensino secundário passava ao largo das artes mecânicas e úteis, enfatizando as artes liberais e o ensino clássico.

Mesmo destinando-se a determinada parcela da população interessada em formar seus filhos, o ensino secundário enfrentou inúmeros problemas. Não sendo obrigatório, era difícil manter sua regularidade, caracterizando-se mais como aulas avulsas reunidas num mesmo edifício, sem uma integração entre elas. As tentativas de tornar obrigatória a frequência em todas as cadeiras de determinado ano, com o objetivo de garantir organicidade e regularidade, mostraram-se ineficazes.

Como as aprovações nos cursos secundários não eram suficientes, nem obrigatórias para o ingresso nos cursos superiores, poucos alunos chegavam a concluí-los. Essa questão ajuda a compreender o fato da irregularidade no funcionamento dos cursos secundários e a dificuldade de se firmarem estabelecimentos dessa modalidade de ensino. Nesse sentido, ofereceu-se certos privilégios aos alunos que não abandonassem os cursos assim que conseguissem a aprovação nos exames preparatórios. A distinção adquirida pelo letramento, ao lado do apadrinhamento político, constituíam-se assim, em formas de ingressar no serviço público, cada vez mais cobiçado.

No contexto de uma sociedade em processo de “modernização” e de crescente complexificação social, onde a escola pública primária idealizada e difundida destinava-se a transformar os filhos das camadas desfavorecidas em cidadãos obedientes e morais, ao Atheneu Provincial coube o papel de atender, formar e ilustrar os filhos das camadas médias e elevadas de Desterro, ou seja, os futuros dirigentes da Província.

## FONTES DOCUMENTAIS E BIBLIOGRAFIA

### *FONTES DOCUMENTAIS*

#### **Manuscritos**

Atas das Sessões da ALP (1874-6; 1880-1; 1883) - APESC e AALESC.

Ofícios do Inspetor da Instrução Pública ao Presidente da Província - APESC.

Ofícios do Presidente da Província ao Inspetor da Instrução Pública - APESC.

Ofícios do Presidente da Província para diversos e vice-versa - APESC.

Ofícios do Presidente da Província para o Ministério do Império e vice-versa - APESC.

Pareceres da Comissão de Instrução Pública da ALP (1864-70; 1874-1877) - APESC.

Pareceres da Comissão da Fazenda e Orçamento da ALP (1835) - AALESC.

Pareceres da Comissão da Fazenda e Orçamento da ALP (1872-3) - APESC.

Relatórios do Inspetor Geral da Instrução Pública - APESC.

#### **Impressos**

##### *1. Leis*

BRASIL. Coletânea de Leis e Decretos Imperiais - APESC e BALESC.

SANTA CATARINA. Coletânea de Leis e Atos Provinciais - BPSC, ACEE e APESC.

2. *Fallas*

Fallas dirigidas à ALP pelos Presidentes da Província - APESC e BCUFSC.

3. *Relatórios*

Relatórios dos Presidentes da Província - APESC e BCUFSC.

4. *Regulamentos*

Regulamento do Atheneu Provincial de 25.05.1874 - APESC.

Regulamento do Atheneu Provincial de 22.06.1874 - APESC.

Regulamento do Atheneu Provincial de 09.08.1876 - APESC.

5. *Jornais*

O ARGOS. Desterro, 1861 - BPSC.

O MENSAGEIRO. Desterro, 1855, 1856 - BPSC.

O CRUZEIRO DO SUL. Desterro, 1858 - BPSC.

O DESPERTADOR. Desterro, 1864-5, 1872-5 - BPSC.

A REGENERAÇÃO. Desterro, 1874 - BPSC.

*BIBLIOGRAFIA*

ADORNO, Sérgio. *Os aprendizes do poder*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1988.

AZEVEDO, Fernando de. *A transmissão da cultura*. Parte terceira da 5ª edição da obra *A Cultura Brasileira*. São Paulo/Brasília, Melhoramentos/INL, 1976.

BARROS, Roque Spencer Maciel de. *A ilustração brasileira e a idéia de universidade*. São Paulo, Convívio/EdUSP, 1986.

BOITEUX, Lucas Alexandre. *A instrução pública em Santa Catarina*. *Jornal do Comércio*, Rio de Janeiro, 1944-5.

-----, *Notas para a história catarinense*. Florianópolis, Tipografia a vapor da Livraria Moderna, 1912.

- BRITO, Paulo José Miguel de. *Memória Política sobre a Capitania de Santa Catarina*. Florianópolis, Livraria Central, 1932. (Obra escrita no Rio de Janeiro em 1816 e publicada em Lisboa, pela Academia Real das Ciências, em 1829)
- CABRAL, Oswaldo Rodrigues. *História de Santa Catarina*. Florianópolis, 1968.
- . *Os jesuítas em Santa Catarina e o ensino de humanidades na Província*. Florianópolis, Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina, 1940.
- CALMON, Pedro. *História social do Brasil*. São Paulo, Nacional, 1937.
- CAMPOS, Nazareno J. de. *Terras comunais da Ilha de Santa Catarina*. Florianópolis, FCC/EdUFSC, 1991.
- CARDOSO, F. H., IANNI, Octávio. *Cor e mobilidade social em Florianópolis*. São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1960.
- CARELLI, Mario. *Culturas Cruzadas: intercâmbios culturais entre França e Brasil*. Trad. de Nícia Adan Bonatti. Campinas, Papirus, 1994.
- CARVALHO, José Murilo de. *A construção da ordem: a elite política imperial*. Brasília, EdUFB, 1981.
- CARVALHO, Laerte Ramos de. *As reformas pombalinas da instrução pública*. São Paulo, EdUSP, 1978.
- COELHO, Manuel Joaquim de Almeida. *Memória Histórica da Província de Santa Catarina*. Desterro, Tipografia de J. J. Lopes, 1877. (escrita em 1854)
- COLLAÇO, Vera Regina Martins. *Um painel do teatro catarinense no século XIX - com enfoque em Nossa Senhora do Desterro*. São Paulo, USP, Dissertação de Mestrado em Artes, 1984.
- CORREIA, Carlos Humberto. *Os governantes de Santa Catarina de 1739 a 1982*. Florianópolis, EdUFSC, 1983.

- COSTA, Firmino. Cruz e Sousa. Florianópolis, *Revista do IHGSC*, (8): 17-18, 1919.
- FIORI, Neide Almeida. *Aspectos da evolução do ensino público: ensino público e política de assimilação cultural no Estado de Santa Catarina nos períodos Imperial e Republicano*. Florianópolis, EdUFSC, 1991.
- FONTES, Henrique S. *José Artur Boiteux - patriarca do ensino superior*. Florianópolis, Edição do autor, 1965.
- , *O nosso Cruz e Sousa*. Florianópolis, Edição do autor, 1961.
- GOULART, Jane Janete. *A instrução pública elementar na Província de Santa Catarina (1834-1889)*. Florianópolis, UFSC, Dissertação de Mestrado em História, 1992.
- GRAMSCI, Antônio. *Concepção dialética da história*. 8. ed., Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1989.
- HAIDAR, Maria de Lourdes Mariotto. *O ensino secundário no Império brasileiro*. São Paulo, Grijalbo/EdUSP, 1972.
- HARO, Martim Afonso Palma de (org.). *Ilha de Santa Catarina: Relato de viajantes estrangeiros nos séculos XVIII e XIX*. Florianópolis, Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina, 1979.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Caminhos e Fronteiras*. 3. ed., São Paulo, Companhia das Letras, 1994.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de, CAMPOS, Pedro Moacyr. *História geral da civilização brasileira*. São Paulo, Difusão Européia do Livro, 1971.
- MAIA, Olivia da. O ensino em SC - de 1515 a 1834. *Revista Atualidades*, Florianópolis, (1/2), jan./fev., 1949.
- MICELI, Sérgio. *A elite eclesiástica brasileira*. Rio de Janeiro, Bertrand, 1988.

- MÜLLER, Fritz. *Fatos e argumentos a favor de Darwin* (Für Darwin). Tradução e apresentação de Hitoshi Nomura. Florianópolis/Rio de Janeiro, FCC/CPRM-DNPM, 1990.
- NASCIMENTO, Jorge C. *Modernidade pedagógica no Brasil do século XIX*. São Paulo, texto mimeografado.
- PAIVA, Pe. Joaquim Gomes de Oliveira e. *Notícia geral da Província de Santa Catarina*. Desterro, Tipografia da Regeneração, 1873. (escrita em 1864) (Obra póstuma anotada por Alfredo Teotônio da Costa)
- PAIVA, Vanilda Pereira. *Educação popular e educação de adultos*. 3ª ed. São Paulo, Loyola, 1985.
- PEDRO, Joana Maria. *Mulheres honestas e mulheres faladas: uma questão de classe*. Florianópolis, EdUFSC, 1994.
- PIAZZA, Walter F. Almirante Henrique Boiteux. Florianópolis, *Revista do IHGSC*, 3ª fase, nº 01, II semestre 1979.
- PINTO, Edgard Roquete. *Glória sem rumor - o sábio Fritz Müller*. Blumenau, Museu Fritz Müller, 1979.
- RAMOS, Nilton João. *Relações históricas entre Igreja e Estado na formação do pensamento educacional catarinense (1850-1910)*. Florianópolis, UFSC, Dissertação de Mestrado em Sociologia Política, 1990.
- REIS FILHO, Casemiro. *A educação e a ilusão liberal: origens do ensino público paulista*. Campinas, Autores Associados, 1995.
- RIBEIRO, Maria Luisa Santos. *História da educação brasileira: a organização escolar*. 13ª ed. Campinas, Autores Associados, 1993.
- ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. *História da educação no Brasil*. 11ª ed. Rio de Janeiro, Vozes, 1989.
- SAVIANI, Dermeval. *É possível uma história da educação latino-americana?* Texto referente a Conferência proferida no II Congresso Ibero-Americano de História da Educação Latino-Americana. Campinas, 1994.



- SCHAFASCHEK, Rosiclér. *Educar para civilizar e instruir para progredir - Análise de artigos divulgados pelos jornais do Desterro na década de 1850*. Florianópolis, UFSC, Dissertação de Mestrado em Educação, 1997.
- SCHMIDT, Leonete Luzia. *A constituição da rede pública de ensino elementar em Santa Catarina: 1830-1859*. Florianópolis, UFSC, Dissertação de Mestrado em Educação, 1996.
- SILVA, Geraldo Bastos. *A educação secundária (perspectiva histórica e teórica)*. São Paulo, Cia. Editora Nacional, 1969.
- SILVA, José Ferreira da. *Fritz Müller*. Rio de Janeiro, Edições Alba, 1931.
- . *Entre a enxada e o microscópio*. Blumenau, 1971.
- SOARES, Iaponan. *Ao redor de Cruz e Sousa*. Florianópolis, EdUFSC, 1988.
- SOUSA, Cruz e, VÁRZEA, Virgílio, LOSTADA, Santos. *Julieta dos Santos - homenagem ao gênio dramático brasileiro*. Florianópolis, EdUFSC, 1990.
- SUGAI, Maria Inês. *As intervenções viárias e as transformações do espaço urbano - a via de contorno norte-ilha*. São Paulo, USP, Dissertação de Mestrado, 1994.
- TAVARES, Maria do Carmo. *Educação no Brasil* (esboço de estudo histórico). 3. ed., Recife, EdUFPE, 1978.
- THOMPSON, E. P. *A miséria da teoria ou o planetário de erros* (uma crítica ao pensamento de Althusser). Rio de Janeiro, Zahar, 1981.
- VEIGA, Eliane Veras da. *Florianópolis: memória urbana*. Florianópolis, EdUFSC/Fundação Franklin Cascaes, 1993.
- XAVIER, Maria Elizabete S. P., RIBEIRO, Maria Luisa Santos, NORONHA, Olinda Maria. *História da educação: a escola no Brasil*. São Paulo, FTD, 1994. (Coleção Aprender & Ensinar)
- . *Poder político e educação de elite*. 3ª ed. São Paulo, Cortez, 1992.